

ADRIANA GARRITANO DOURADO

**NO RITMO DA BATALHA DE RIMA DA
JUVENTUDE EM DOURADOS-MS:
TENSÕES ENTRE DESIGUALDADES SOCIAIS E
LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DA JUVENTUDE
NO BRASIL**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS**

2024

ADRIANA GARRITANO DOURADO

**NO RITMO DA BATALHA DE RIMA DA
JUVENTUDE EM DOURADOS-MS:
TENSÕES ENTRE DESIGUALDADES SOCIAIS E
LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DA JUVENTUDE
NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado e Doutorado em Psicologia da Saúde, da Universidade Católica Dom Bosco, para exame de defesa de Doutorado em Psicologia, área de concentração: Políticas Públicas, Cultura e Produções Sociais, sob a orientação da Professora Doutora Anita Guazzelli Bernardes.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO E DOUTORADO EM PSICOLOGIA
CAMPO GRANDE-MS
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária Mourâmisse de Moura Viana - CRB-1 3360

D739n Dourado, Adriana Garritano
No ritmo da batalha de rima da juventude em Dourados-MS:
tensões entre desigualdades sociais e luta pela sobrevivência
da juventude no brasil/ Adriana Garritano Dourado
sob orientação da Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes.--
Campo Grande, MS : 2025.
155 p.: il.

Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Católica
Dom Bosco, Campo Grande - MS, 2025
Bibliografia: p. 134-155

1. Juventude. 2. Rap. 3. Política pública. 4. Metodologia
indisciplinada. 5. Contracolonialidade I.Bernardes,
Anita Guazzelli. II. Título.

CDD: 305.235098



A tese apresentada por **ADRIANA GARRITANO DOURADO**, intitulada “**NO RITMO DA BATALHA DE RIMA DA JUVENTUDE EM DOURADOS-MS: TENSÕES ENTRE A DESIGUALDADE SOCIAL E LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA DA JUVENTUDE NO BRASIL.**”, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi **aprovada**.

A presente defesa foi realizada no formato virtual. Eu **Anita Guazzelli Bernardes**, como presidente da banca assinei a folha de aprovação com o consentimento de todos os membros, ainda na presença destes.

Campo Grande - MS, 17 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANITA GUAZZELLI BERNARDES
Data: 17/12/2024 11:23:36-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes

Profa. Dra. Camilla Fernandes Marques

Profa. Dra. Betina Hillesheim

Profa. Dra. Roberta Brasilino Barbosa

DEDICATÓRIA

Aos coletivos das batalhas de rima da cidade de Dourados-MS. Um salve às suas histórias!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha família, pela paciência com os minutos ganhos e perdidos. Aos amigos, fiquei devendo aconchego, mas minha alma não é pequena, então o céu e o mar me são infinitos: creio que ainda dá tempo de a gente se encontrar.

Ao companheiro de jornada, Henrique Silveira de Sousa, pelo amor incondicional, sempre no incentivo à construção do que é melhor pra nós dois. Agradeço aos amigos Ângelo Sorgatto e Érico Ibiapina, pelos incentivos nas leituras teóricas e reflexões da vida. Aos companheiros do laboratório de psicologia, pelas sempre preciosas discussões fora da caixinha – com uma cerveja junta, ia melhorar. Grata.

Aos colegas, professores(as) e funcionários(as) da jornada de quatro anos de doutorado na UCDB, em que o acolhimento em um curso que passou por uma pandemia tem muito a contar sobre parcerias e superações.

Agradeço aos colegas do CREAS de Dourados-MS e usuários da assistência social, em especial ao território indígena da cidade. Fiquei devendo aprender o guarani: demarcação e água pra todos e todas, já!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de pesquisa.

Em especial, à Anita Guazzelli Bernardes, por sua generosidade afetuosa nos velejos da pesquisa. Espero um dia conseguir retribuir com alegria. Sem nenhum medo de ficar à deriva com você, sua presença e incentivo foi cais, esteio, âncora e porto seguro.

Às componentes da banca, Roberta Brasilino Barbosa, Camilla Marques e Betina Hillesheim: sinto-me privilegiada com as generosas contribuições.

“Pra arregaçar como um ciclone (entendeu?)

Pra que amanhã não seja só um ontem

Com um novo nome

O abutre ronda, ansioso pela queda (sem sorte)

Findo mágoa, mano, sou mais que essa merda (bem mais)

Corpo, mente, alma, um, tipo Ayurveda

Estilo água, eu corro no meio das pedra

[...] É um mundo cão pra nóiz, perder não é opção, certo?

De onde o vento faz a curva, brota o papo reto

Num deixo quieto, num tem como deixar quieto [...]”

—Emicida, AmarElo, 2019

RESUMO

Esta tese de doutorado em Psicologia da Saúde tem como objetivo geral problematizar a expressividade da juventude junto ao rap nos espaços noturnos da cidade, reinventando territórios existenciais como as praças públicas e produzindo subjetividades em espaços longe das pressões do dia a dia no universo capitalista, sob a luz do Sol. Assim, o foco é acompanhar a juventude brasileira, junto de alguns autores pós-estruturalistas e contracoloniais, trazendo problematizações sobre os dados estatísticos na pesquisa, em que a juventude pobre, preta, parda e indígena aparece em desigualdade social – uma vez que foi reconhecida pelas leis brasileiras somente na década de 1990 como cidadã de direitos, em uma lógica de aparecimento associada à situação de rua ou criminal em outros séculos ou décadas – e produz arranjos sobre si mesma no movimento do rap. A pesquisa abarca a juventude de Dourados-MS, bem como do território do Centro-Oeste do país. O campo social foi o movimento das batalhas de rima, em seus coletivos de jovens, organizadas no período noturno nas praças da cidade de Dourados-MS, cuja população tem hábitos predominantemente agrários. Os processos de pesquisa foram acompanhados cartograficamente seguindo a ferramenta metodológica do jogo da rima improvisada da batalha, em que os vencedores são aqueles que sabem jogar com o improviso do oponente, em rounds preestabelecidos da luta, e que se viram para achar rimas e ganhar a torcida do público, em um procedimento contracolonial de produção de conhecimento e de mundos. Sobretudo em uma montagem metodológica ritmada ao som do rap da batalha, os rounds do jogo da batalha do improviso aparecem como capítulos na tese, em que se busca questionar o improviso surgido da juventude no Brasil – que se mantém desigual – e o “se virar” do jovem que quer sobreviver em um jogo simbólico de luta de gladiadores, querendo resistir em seus modos de subjetivação. Propõe-se uma problematização entre um movimento de luta coletivo nas expressões de arte e cultura na

cidade e os espaços de ausência surgidos pela juventude desassistida brasileira com a seguinte pergunta de pesquisa: que possibilidades existem de negociação entre a expressividade das batalhas de rima em seu modo de lidar com o imprevisível e as desigualdades sociais a que a juventude está sendo submetida no Brasil atualmente? Que movimentos aparecem nos dados estatísticos diante da culpabilização da juventude preta, parda, pobre, indígena e periférica? O questionamento surge através do jogo da batalha de rima, sendo feito em rodadas, como se houvesse gladiadores de um lado – com a expressividade inventiva e questionadora, mobilizada pela batida do rap (gênero musical advindo do movimento do hip-hop) – e, em outro lado, os dados sobre as injustiças sociais no Brasil com a juventude, que também acaba por ser mobilizada pelo universo contemporâneo com ideais normativos hegemônicos, inclusive da ciência da psicologia. Também foi utilizada a metodologia indisciplinada proposta por Jota Mombaça, apoiando-se também na interseccionalidade inspirada pelas epistemologias negras, propondo desnaturalizar a maneira como vemos a juventude: somente de uma forma que seja vinculada a seu rendimento financeiro ou acadêmico.

Conceitos-chave: juventude, rap, política pública, metodologia indisciplinada, contracolonialidade.

ABSTRACT

This doctoral thesis in Health Psychology has the general objective of problematizing the expressiveness of youth in rap in the city's nightlife, reinventing existential territories such as public squares and producing subjectivities in spaces far from the pressures of everyday life in the capitalist universe, under the sunlight. Thus, the focus is to follow Brazilian youth, together with some post-structuralist and decolonial authors, bringing problematizations about the statistical data, in which poor, black, brown and indigenous youth appear in social inequality – since they were only recognized by Brazilian laws in the 1990s as citizens with rights, in a logic of appearance associated with homelessness or criminality in other centuries or decades – and produce arrangements about themselves in the rap movement. The research covers the youth of Dourados-MS, as well as the territory of the Central-West of the country. The social field was the movement of rhyme battles, in their youth collectives, organized at night in the squares of the city of Dourados-MS, whose population has predominantly agrarian habits. The research processes were monitored cartographically following the methodological tool of the improvised rhyme battle game, in which the winners are those who know how to play with the opponent's improvisation, in pre-established rounds of the fight, and who work hard to find rhymes and win the support of the public, in a countercolonial procedure of production of knowledge and worlds. Above all, in a methodological montage rhythmed to the sound of the battle rap, the rounds of the improvised battle game appear as chapters in the thesis, in which the aim is to question the improvisation that emerged among the youth in Brazil – which remains unequal – and the “getting by” of the young person who wants to survive in a symbolic game of gladiatorial fighting, wanting to resist in their modes of subjectivation. A problematization is proposed between a collective struggle movement in the expressions of art and culture in the city and the spaces of absence

emerged by unassisted Brazilian youth with the following research question: what possibilities exist for negotiation between the expressiveness of rhyme battles in their How to deal with the unpredictable and social inequality that youth are being subjected to in Brazil today? What movements appear in the statistical data in light of the blaming of black, brown, poor, indigenous, and peripheral youth? The questioning arises through the game of rhyme battles, which is played in rounds, as if there were gladiators on one side – with the inventive and questioning expressiveness, mobilized by the beat of rap (a musical genre originating from the hip-hop movement) – and, on the other side, the data on social injustices in Brazil with youth, who also end up being mobilized by the contemporary universe with hegemonic normative ideals, including those of the science of psychology. The undisciplined methodology proposed by Jota Mombaça was used, also relying on intersectionality inspired by black epistemologies, proposing to denaturalize the way we see youth: only in a way that is linked to their financial or academic performance.

Keywords: youth, rap, public policy, undisciplined methodology, countercoloniality.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
COVID-19	Infecção respiratória causada pelo vírus SARS-Cov-2
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQIAPN+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e pessoas que não se enquadram nas definições anteriores
MC	Mestre de Cerimônias
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNEI	Unidade Educacional de Internação

SUMÁRIO

1. “NÓIS É ARTISTA, NUM É BANDIDO, E É SÓ REI NO TATAME: O QUE CÊS QUEREM VER? SANGUE!” (APRESENTAÇÃO)	12
2. PRIMEIRO ROUND: E AÍ, TRUTA, EU TAVA FORA? COMO ASSIM?	32
Chama os Parça: Puxa um Grito!!.....	33
E Solta o Beat, DJ! Juventude, Educação e Trabalho	44
“Cabeça de Racista Espalhada na Minha Estante, o que Cêis Querem Ver? Sangue!!!” Racismo, Devir-Negro e Desigualdades Sociais	61
Só no Beat das batalhas: Juventude, Leis da Desassistência e Violência	68
“É... Tava Fora Mesmo”: Juventude na Banguela	78
Na Fresta e na Rabeira: Tem Rinha na Ribanceira? Complicou. O Bagulho É Loko.....	84
3. SEGUNDO ROUND: JUVENTUDE, HIP HOP E ALIANÇAS DASBATALHAS DE RIMA NA CIDADE	98
É Isso Aí, Truta... O Ritmo da Juventude É o <i>Freestyle</i> na Batalha: Esquentando Com os Gladiadores no Hip-Hop de Dourados.....	99
“Vai Morrer ou Vai Matar, Vai Matar ou Vai Morrer? Quem Vai Encarar a Batalha?”	119
4. “CÊIS PEDIRAM O TERCEIRO, E O TERCEIRO VEIO: QUEBRA ESSE CARA NO MEIO! QUEBRA ESSE CARA NO MEIO!!! FREESTYLE EM TRÊS, DOIS, UM, RIMA!”	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

1. “NÓIS É ARTISTA, NUM É BANDIDO, E É SÓ REI NO TATAME: O QUE CÊS QUEREM VER? SANGUE!” (APRESENTAÇÃO)

Esta tese vem seguir minha curiosidade inicial como psicóloga em instituição pública de assistência social perante o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), trabalhando com os acompanhamentos em medidas socioeducativas em meio aberto, executados no CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) ou na proteção social básica, em serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), bem como em consultório clínico, ao trabalhar com jovens com questões variadas envolvendo seu desenvolvimento pessoal.

Como uma espécie de guia metodológico, a tese está organizada da seguinte forma: segue a cadência da batalha de rima de Dourados-MS, como se, ao ritmo do rap, estivéssemos participando dos campeonatos de batalhas feitos nas praças da cidade e na organização semanal no período noturno, onde as batalhas ocorrem, em sua maioria das vezes. As batalhas de rima com a juventude têm horários fixos e seguem rodadas nas quais é definida uma chave¹ de participantes, até chegar ao vencedor final, com a premiação da “folhinha” da noite contendo um desenho de um artista local.

A pesquisa traz capítulos com elementos da fundamentação teórica acerca da juventude brasileira atual, também apresentando dados sobre a região Centro-Oeste do Brasil e de Dourados-MS, num campeonato de batalha de rima ao som do rap em que se questiona a articulação surgida entre seus oponentes ou se a luta será “sangrenta” entre os gladiadores. Ao longo de todo o texto, a tese tenta conhecer a juventude no território ocupado pelos coletivos de batalhas de rima da cidade de Dourados-MS, também trazendo a implicação de uma pesquisa situada, fomentando uma reflexão sobre a produção de subjetividades em nosso universo contemporâneo, que quer tudo previsível, milimetrado e produtivo, desqualificando modos de viver que fogem do comum em uma

¹ A chave busca trazer um parâmetro dos campeões, eliminando os competidores que saem da batalha daquela noite. Quando há campeonato mobilizado pelas batalhas da cidade toda, define-se a chave, mostrando os finalistas para a decisão.

cidade agrária.

Sobretudo em um jogo político de produção de subjetividades, a guerra nas batalhas torna-se potencialmente interessante ao colocarmos o improviso como força impulsionadora, como marca de resistência para driblar as desigualdades sociais com a juventude periférica brasileira.

Assim, a pergunta de pesquisa é: como as batalhas de rima da população juvenil periférica na cidade de Dourados trazem para a encruzilhada uma batalha do improviso, que quer como resistência expressar novos jeitos de viver, em novos circuitos de afetos, descolonizando nosso jeito de pensar com os jovens?

A tese se inspira na cartografia, conforme os estudos de Deleuze e Guattari (1995a), mas seguirá o percurso das batalhas da juventude na cidade de Dourados, sendo elas quem agenciarão os procedimentos metodológicos.

Com uma proposta que se baseia na geografia, mais especificamente junto à geopolítica, a cartografia como método nas ciências humanas se propõe a realizar estudos sobre grupos variados, como se fossem teias, subvertendo conceitos de espacialidade e tempo ao lidar com modalidades de subjetivação de grupos, visto que também subverte o conceito de uma topologia estática e única em redes com direções movediças, nas quais não há começo ou fim (Deleuze & Guattari, 1995a). Desta forma, uma paisagem psicossocial em territórios culturais, subjetivos, ou a experiência coletiva de um grupo de jovens, por exemplo, não seria somente percebida como identidade única de juventude, mas de várias juventudes, com mesmas características, tornando não um objeto da pesquisa em si, mas um agenciador de pensamento em pesquisa.

Visto desta forma, Deleuze e Guattari (1995a) entendem a cartografia como um mapa aberto de uma experiência real e não conectada a um inconsciente fechado, uma rede de rizomas conectados de elementos entre si. “Um mapa é sempre uma

performance” (Deleuze & Guattari, 1995a, p. 21), não tem um só sentido, e a aliança da juventude nas batalhas nos encaminhará para certas performances para pensar com ela.

Passos, Kastrup e Escóssia (2009, p. 10) relatam que a cartografia propõe uma reversão metodológica do caminho da pesquisa:

Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento, um método não para ser aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso, não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo de que fala Canguilhem. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção.

Passos e Eirado (2009) propõem a reflexão sobre a cartografia, colocando em questão a ideia da transversalidade, da implicação e de dissolução do ponto de vista do observador ao se referir a um plano de pesquisa com a cartografia como método.

Passos e Eirado (2009, p. 122) relatam que o paradigma do cartógrafo “não é o de conhecer, mas o de cuidar, não sendo também o de conhecer para cuidar, mas o de cuidar como única forma de conhecer”.

O cartógrafo acompanha um processo que, se ele guia, faz tal como o guia de cegos, que não determina para onde o cego vai, mas segue também às cegas, tateante, acompanhando um processo que ele também não conhece de antemão. O cartógrafo não toma o eu como objeto, mas sim os processos de emergência do si como desestabilização dos pontos de vista que colapsam a experiência no (“interior”) eu. (Passos & Eirado, 2009, p. 123)

Seguindo as pistas de Deleuze e Guattari, Passos e Eirado (2009) comentam que qualquer experiência pode se tornar performativa e conformar sujeito e mundo, traduzindo

“palavras de fuga” (Passos & Eirado, 2009, p. 124) como movimentos da variação da própria linguagem que dita, regulamenta e ordena, possibilitando romper o ciclo de obrigação e gerando, desta forma, novas possibilidades.

Ao considerar principalmente os itens cor, raça, etnia, gênero e classe econômica, nos quais jovens pretos(as), pardos(as), indígenas e os(as) de classe mais desfavorecida economicamente, os(as) jovens ficam em desvantagem em relação a emprego, escolarização e violência, denunciando um país preconceituoso e necropolítico em suas estratégias com a juventude situada.

Na tese, é abordada a necropolítica de Mbembe (2021) como uma leitura da política sobre o direito de viver ou morrer no conceito de biopoder de Foucault, em que a política de raça está ligada ao extermínio físico, cultural, emocional, intelectual e moral em ambientes coloniais como foi no Brasil.

Convém pontuar também, em relação ao uso dos conceitos de cor ou raça, que preferencialmente será adotado o termo de acordo com a definição do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que se utiliza dos dados com base na autodeclaração para se referir a “preto(a)”, “pardo(a)”, “branco(a)”, “amarelo(a)” ou “indígena” em estatísticas citadas na tese. O uso do conceito de “negro(a)” para se referir a “preto(a)” e “pardo(a)” será utilizado a depender do uso na referência bibliográfica dos autores pesquisados em questão, que podem preferir usar o termo negro(a) em seus escritos.

Ao considerar nosso passado colonizado por portugueses, a tese se aproxima do que pontuou Aimé Césaire (2020) acerca de sua compreensão sobre colonização – também por europeus – ao longo da história:

É concordar que não é nem evangelização, nem empreendimento filantrópico, nem vontade de empurrar pra trás as fronteiras da ignorância, da doença e da tirania,

nem expansão de Deus, nem extensão do Direito; é admitir de uma vez por todas, sem recuar ante as consequências, que o gesto decisivo aqui é do aventureiro e do pirata, dos merceeiros em geral, do armador, do garimpeiro e do comerciante; do apetite e da força, com a sombra maléfica, por trás, de uma forma de civilização que, em um momento de sua história, se vê obrigada internamente a estender à escala mundial a concorrência de suas economias antagônicas. (Césaire, 2020, p. 10)

Dito isso, a cartografia atualiza-se pela juventude com a qual se encontra, assim como com as literaturas contracoloniais, de modo que, com a ferramenta metodológica da submetodologia indisciplinada inquietante de Jota Mombaça (2016) em todo o trabalho, questiona-se também se o “normal” de uma tese tradicionalista em ciências humanas iria se permitir sair de um pedestal de superioridade (pasmem!), com epistemologias colonialistas, como é a psicologia tradicional, para propor um olhar epistemológico em que a criatividade surge com propostas de coletividade, como é na poesia das batalhas de rima.

Em uma metodologia descontraída, provocadora, contestatória, o jogo das batalhas de rima combina com uma proposta contracolonial, de um modo de viver da juventude periférica que se recusa a não ser aceita e validada, não aceitando andar na carona dos outros cidadãos do Brasil, querendo aparecer e se virando na luta pela sobrevivência em um país desigual, racista e ditador de regras para o que se quer da juventude.

Césaire (2020, p. 45) acrescenta também que “todos aqueles que genericamente empenharam seu papel em defesa da sociedade ocidental e burguesa capitalista em nome do progresso, agiram como cães de guarda do colonialismo”. Sobretudo, o autor também se refere aos psicólogos com suas opiniões indicando universalismos, investigações direcionadas sobre o primitivismo, o racionalismo e o caráter “separado” dos não brancos.

Em uma lógica do bem viver, em provocações descontraídas nas batalhas, na tese aparecem tensionamentos entre o surgimento da juventude no Brasil, pelas frestas e na carona das leis de adultos ou de crianças, desassistindo o jovem como ser de direito e aparecendo na marra, improvisado, criativo e potente. Ao se propor a realizar a batalha, a pergunta da tese surge por querer saber sobre o diálogo surgido entre a vida e a morte, em uma metáfora sobre a produção de vida e morte da juventude periférica no Brasil.

Sobretudo, considera-se a perspectiva de Foucault (2005), em seus estudos sobre poder e subjetividades, ao problematizar que “a política é a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 2005, p. 55), não mais como na Idade Média, dando a essa ferramenta sangrenta o poder de dominação, porém, por meios de produção de subjetividades em que guerra e paz ficam em um mesmo patamar e não como opostos. Vista dessa forma, a guerra vem como algo estendido permanentemente nas relações sociais em que fica posta em todas as instituições de poder. Como normas ditadas a serem cumpridas, no Ocidente a partir do século XVII, surge um jogo de forças, com repercussão nos modos de viver, de nos relacionar, de nos conduzir como cidadãos e cidadãs. Questionamentos sobre como a juventude periférica tem sobrevivido nessa guerra são vistos ao longo do texto, visto que, ao se conhecerem, os oponentes tentam lidar com o improviso para ganhar a vida, em uma tentativa de contornar, resistir e, enfim, triunfar pela escapada fora da obediência.

Aliás, ao pensarmos sobre obediência para a modernidade política, como um contrato social regulado, Gros (2018) nos conduz a uma reflexão sobre um possível pacto republicano, que em nome dele não estaríamos autorizados a desobedecer. Entretanto, assume-se assim a postura de uma “democracia crítica” ao desejar liberdade, com exigências de igualdade e de solidariedade, não aceitando o inaceitável, reinventando o futuro, em que um projeto comum de viver juntos, como um embasamento para outra

dimensão.

A contraigualdade é uma igualdade de exigência. A voz que sustenta seu canto – em nome da raridade do belo, da dificuldade do verdadeiro, do lirismo da erudição – faz ouvir a singularidade do autêntico comum. O universal é sempre o protesto de uma diferença. (Gros, 2018, p. 108)

Em uma recusa ao conformismo, toma-se desta forma uma exigência de elevação, contrária à reivindicação de um elitismo que despreza as singularidades em um universo cheio de obediências. (Gros, 2018)

Uma linguagem compatível com o mundo jovem estará presente durante todo o texto. Muitas gírias (melhor dizendo, “dialeto, por favor”, como dizem algumas letras do rap) também farão parte da escrita, bem como alguns erros de português nas rimas produzidas ou em letras de músicas citadas, respeitando a filosofia de um modo de pensar que foge de padrões de conhecimento colonizador de campos empíricos.

E quanto ao dialeto, sobretudo, ao situar a pesquisa, mantendo o uso despreocupado do rap como resistência linguística, Moassab (2011, p. 159), em sua pesquisa sobre o hip-hop, pontua que:

[...] não se trata de ‘linguajar rude’ ou ‘pobre’, mas ao contrário, é um mecanismo de coesão do grupo, no qual, ele se reconhece e pensa seu mundo. A insistência nesse modo de falar implica criar um confronto contra a imposição externa dos vocabulários da língua culta e de suas regras gramaticais e a construção de um modo próprio de se expressar.

Também ao longo do texto, farão parte algumas inquietações-opiniões entre parênteses, como alguma “brecada” no ritmo em alguns momentos dos trechos da fundamentação teórica. Esta questão é observada no texto em que o rap toma conta da escrita, em versos improvisados nas batalhas de rima ou gravados, em uma desobediência

a uma maneira de escrita acadêmica formal, também dando uma quebrada na teoria.

Nas palavras de Luiz Antonio Simas, como uma quebrada na marcação de ritmos:

A síncope rompe com a constância, quebra a sequência previsível e proporciona uma sensação de vazio que logo é preenchida com fraseados inesperados. A síncope opera bordando de sutilezas o vazio, entre as duas marcações do ritmo. É ali que ela mora. A síncope subverte a normatização, busca caminhos que não são os do confrontamento. (Simas, 2020, p. 1)

Desta forma, o movimento da tese objetiva ampliar aquilo que escutamos dessas experiências de vida em um contexto de diáspora no Brasil, especialmente no Centro-Oeste, região marcada pelo agronegócio/agroindústria e suas formas de produção de subjetividades. Reconhecemos a cultura e a música do rap² como possibilidade na ordem do acontecimento como fomento de pesquisa, propondo uma reflexão problematizadora sobre a juventude no país, mais especificamente no território de Dourados-MS, em que as batalhas de rima são feitas por grupos de jovens da periferia nas praças durante as noites.

Convém situar que a aproximação com o movimento das batalhas ocorreu espontaneamente, visto que inicialmente esta seria uma pesquisa sobre a juventude (ainda não tinha pensado em uma pesquisa *com* a juventude) e sua relação com as desigualdades sociais no Brasil. Sobretudo, ao iniciar o processo cartográfico, fui mobilizada pelas batalhas, um movimento público, em que todas as pessoas podem participar, e desta forma meu situar enquanto pesquisadora com as rimas, não ocorreu através de entrevistas formalizadas, eximindo-me assim de uma permissão do Comitê de Ética em Pesquisa,

² O rap é um gênero musical que vem da cultura do hip-hop, movimento que também inclui a dança (o breakdance, break ou dança de rua), a mixagem (DJ), bem como a arte através do grafite, que surgiu no século XX, na década de 70, em guetos negros e latinos do bairro do Bronx, em Nova Iorque, nos Estados Unidos – um bairro de imigrantes da América Central e Latina (todos ex-colônias de países europeus). Surgiu através do jamaicano Clive Campbell (DJ Kool Herc), em um bairro com alto índice de pobreza e violência. No Brasil, o movimento ganhou força de contestação nas décadas de 80 e 90, com o país em transformação, em um Estado de ditadura até a Constituição Federal de 1988, com suas consequentes reivindicações por mudanças.

caso tivessem sido anteriormente planejadas para este procedimento.

A tese também aponta que, ao mesmo tempo, o chamamento da juventude a ser pesquisada nas sociedades modernas atualmente traz um reflexo de culpabilização, implicando ser esse tipo de juventude responsabilizada pelos altos índices de desemprego, violência e pouca qualificação escolar e profissional do mercado de trabalho, querendo colocar as ciências a serviço de enquadrar, arrumar, taxar e rimar com o neoliberalismo.

Busca-se observar quais arranjos surgem entre os dados de desigualdades sociais na juventude no Brasil, localizando a região Centro-Oeste e também Dourados-MS, com a política da rima nas batalhas noturnas da cidade, como se, no ritmo do rap, o drible fosse tensionado, com os jogadores do improviso tentando buscar estratégias de sobrevivência da juventude, em tentativas de persistirem na cidade hostil com a cultura do hip-hop.

Trazendo uma compreensão sobre a metodologia adotada na tese, associa-se o método com a linguagem utilizada nas batalhas, nas batidas do rap, em que as rimas são feitas baseando o jogo em um bate e volta, em que um jogador se baseia na rima do oponente pra fazer sua própria rima, enquanto o público que assiste se manifesta, dando seu voto para as melhores rimas.

Nesse jogo, o público tem papel fundamental. Ganha quem, através do improviso provocado no jogo entre desafios dos jogadores, na lógica da rima-que-vai-pra-rima-que-vem, ganha mais aplausos do público; ganha quem surpreende na perspicácia da rima e performa a magia de atingir além do óbvio, além do que se espera na luta.

Talvez seja nesse jogo que encontramos o que Jota Mombaça escreve sobre “tudo ser experimento na borda das coisas, lá onde estamos prestes a dissolver as ficções que nos matam e aprisionam” (Mombaça, 2021, p. 19), e como um grito reivindicativo de quem fecunda a vida mais-do-que-viva, a vida emaranhada das coisas, expõe: “Não vão

nos matar agora!”

A metodologia apresentada na tese segue os rounds da disputa: um, dois, e quando a luta empata ou quando a luta está muito boa, o público grita em coro pedindo o “terceiro!”. Será que a desigualdade social venceu no Brasil, com tantas políticas de improviso para a juventude ao longo dos séculos? Então: “terceiro!”, “quarto!” ou “quinto!”. Considerando que as batalhas ocorrem até o terceiro round, é eleito um campeão ou campeã, ou campeões/campeãs quando há rounds de duplas, decididos através da chave montada. Mas a desigualdade social continua no país, precisando, assim, de um quarto ou quinto round (até quando? Já não se teve mais ou menos 136 anos para resolver a situação desde a abolição da escravatura? Ou melhor, desde 1500, quando o Brasil começou a ser saqueado?).

Movimentada pelo beat da batalha de rima, feito em rounds, aos beats do rap, o ritmo passa assim a ser feito no texto, posto em capítulos teóricos de provocações, em uma metodologia da rua, capturada e ocupada pela juventude periférica na cidade, seguindo a submetodologia indisciplinada de Jota Mombaça (2016), caminhando cartograficamente pela cidade, ao som do rap, em que se reconhece que o surgimento da juventude no Brasil foi feito nas rabeiras, nas frestas da lei; pegou carona na criminalidade e na pobreza para aparecer na política pública.

Questionamentos surgem ao longo da pesquisa sobre como a ocupação urbana pelos jovens na batalha do rap pode movimentar o modo como a gente pensa – com impressões de forma colonial e científica, querendo enquadrar a juventude baseando-se nas estatísticas – sobre a poesia que brota no improviso, querendo interagir com as ruas, como um bem viver, modificando a forma como a rua é habitada e vista de dia, em um espaço de ganha-pão, de trânsito, como um espaço de vida coletivo na arte e expressividade.

Para o contato com o universo dançante do rap, também foi necessária minha

aproximação com o ritmo, com os MCs (Mestres de Cerimônia), com a cena noturna das batalhas de rua, feitas nas praças da cidade ou nos “Rolês de Rua³”, feitos esporadicamente na cidade, tanto em espaços públicos como em espaços cedidos por parceiros simpatizantes do movimento do hip-hop em Dourados-MS. Fui conduzida pelo território do rap na cidade, apesar de mal conhecer Racionais MC’s, um dos grandes grupos da cena nacional do gênero (que, aliás, é sensacional!!!!), bem como algumas lendas do rap no Brasil desde seu surgimento, a partir de 1988, como DJ Hum, MC Jack, Código 13 e Thaíde (Redbull, 2021), entre outros como Sabotage, Rapin’ Hood etc., popularizados no país junto do gênero rap a partir de 1988, através da juventude periférica de São Paulo. E também pra quem estudou 10 anos de piano clássico, curtindo muito rock, samba e MPB, este foi um processo de se permitir ser afetada pelo ritmo do rap e do movimento do hip-hop. Por que não?

Para a tese, participar da cena noturna do hip-hop na cidade foi extremamente importante (além de ter sido maravilhoso!), considerando não somente a implicação da cartografia para a pesquisa, mas também a vivência da celebração do hip-hop, através da arte, nos espaços de convivência dos “Rolês de Rua”, que trouxeram efetivamente a juventude para a pesquisa, criando submetodologias contracoloniais de um pensamento de capturas acadêmicas. No movimento, vários artistas locais como SoulRa, Vadios67 e DJ Billy, Relatos da Periferia, Miliano, DJ Gabis, Parrésio, DJ Junex, MC Eric, Degê MC, Menor DDs, Pretisa e Odiados, com apresentação de shows, além de campeonatos de batalhas de rima, grafite, muralismo e break, tomaram conta também de espaços de amizade e afeto. E a aliança da juventude cresceu.

³ Os “Rolês de Rua” foram organizados em quatro encontros desde 2023, por Stheffany Castelli Gandolpho, do Movimento Interartes, sendo o último realizado através de um chamamento público em edital no município, com recurso promovido pela Lei Complementar 195/2022 (2022), chamada também de “Lei Paulo Gustavo”, do Ministério da Cultura, em complemento com a prefeitura de Dourados. As ações ocorreram com campeonatos de grafite, muralismo, batalhas de rima, shows de rap, apresentação de DJs e de b-boys (de dança de rua) no Proibido’s Bar (em 11/02/23 e 10/06/23), no Bar do Marujo (02/09/2023) e o último na Praça do Canaã I, com o recurso público da “Lei Paulo Gustavo” (em 20/05/2024).

Hüning e Gomes (2019), ao citarem a aproximação da psicologia dos territórios não como um interesse em uma objetividade geográfica, mas como espaços de subjetividades, acrescentam:

Para além da racionalidade da gestão das cidades, trata-se de pensar sobretudo que vidas se permite viver nesses espaços; como pessoas (mulheres, homens, crianças, negras, idosas, trabalhadoras, desempregadas, que vivem em casa ou nas ruas, que transitam a pé, de bicicleta, de transporte público ou de carro etc) constituem suas vidas na conexão com seus territórios. (Hüning & Gomes, 2019, p.104)

E complementam:

Entendemos que existe uma necessidade de construir uma política de produção de conhecimento sobre as cidades que abarque o afeto e a subjetividade como elementos importantes para a construção de pesquisas nos territórios urbanos, que consiga compreender que a experiência não é meramente um elemento em relação ao qual devemos tomar precauções para que não contamine nossas pesquisas e que, portanto, precisa ser evitada. Ao contrário, temos que começar a produzir um conhecimento que seja afetado e que contemple, em suas narrativas e escritas, a nossa experiência como sujeitos que fazem a pesquisa. (Hüning & Gomes, 2019, p. 104)

Ademais, usa-se metodologicamente as cenas das batalhas de rima, em seus embates, com os gladiadores disputando seus espaços na cena, com as rimas faladas por eles (feitas no improviso, já que, por mais que um MC se prepare, ele precisa lidar com a rima do oponente na hora da batalha!!) e cantadas nos rounds.

Também são usados trechos de músicas, gravadas por alguns jovens das batalhas, destacando a produção da cidade de Dourados-MS, embora apareçam na tese também trechos do rap nacional, como se a pesquisa pudesse ser também musical, reafirmando

uma comunicação do rap, um gênero do hip-hop, como prática historicamente contrahegemônica (“E vem de Wou! Wou! Wou!! Só pra quem tem flow!”).

O documentário “Do Analógico ao Digital” (Brasil, Ministério da Cultura & Prefeitura Municipal de Dourados, 2024) explicita que quem começou a cultura do hip-hop na cidade foi o “Juninho Som” (Argêncio Custodio), que chegou em Dourados em 1985, através das “paqueras”, festas com DJ abertas ao público, em praças, lanchonetes e até mesmo nas ruas. Os passinhos do breakin começavam a bater poeira na terra vermelha, chamando a atenção do público interessado no hip-hop.

Nesse ínterim, achei necessário ofertar aos jovens, visto que o nome de algum deles estaria exposto na tese, a oportunidade de lerem a pesquisa, darem opiniões, contestarem, acompanharem a escrita etc., e reforcei que os mesmos poderiam me procurar para isso.

Esse procedimento foi feito quando fui nas batalhas, pedindo a palavra antes de começarem; ou também através dos perfis do *Instagram*. Escutar alguns comentários como: “puxa, ninguém nunca tinha feito nada desse tipo com a gente” (Superchock MC, comunicação pessoal, 26 de novembro de 2024), “coloca o nome do Degê MC também, que somou comigo no som, só colocar do lado do meu nome” (Menor DDS, comunicação pessoal, 11 de setembro de 2024) ou “Show demais” (GREG, comunicação pessoal, 10 de setembro de 2024), trouxe ânimo para a pesquisa e bem como também mobilizou mudanças nas citações do texto.

Na cartografia deste estudo, objetiva-se uma montagem entre os dados que denunciam a desigualdade social no Brasil com jovens pretos(as), pardos(as), indígenas e de baixa renda, de todos os gêneros, em uma matriz de inteligibilidade colonialista da psicologia, bem como das leis e decretos no país feitos em despreparo para lidar com os jovens, com outras modalidades de subjetivação, com a poesia da rua das batalhas de

rima da juventude, naquilo que foi tornado submundo da cidade de Dourados-MS – essencialmente agrária em costumes e economia –, que em nada combina com a música sertaneja predominante.

Tem-se aqui um objetivo geral da pesquisa, caminhando junto à juventude periférica da batalha, como personagem principal na tese. Proponho problematizar sua expressividade junto ao rap nos espaços noturnos da cidade, reinventando territórios existenciais como as praças públicas e produzindo subjetividades em espaços longe das pressões do dia a dia no universo capitalista, sob a luz do Sol.

É importante esclarecer que todos os capítulos ou subcapítulos são iniciados pelas rimas das batalhas, obedecendo o ritmo pelo qual as batalhas estão nos conduzindo, e a partir delas são expostas as temáticas sobre a juventude.

No primeiro round, o mais extenso, as forças de captura são pressionadas a todo instante: em “E Aí, Truta, Eu Tava Fora? Como Assim?”, as lutas ocorrem em torno do que os gladiadores apresentam para o jogo de batalhas, com as temáticas de educação, trabalho, violência, desigualdade social, assistência e desassistência social sendo confrontadas a todo momento.

Em comparação ao segundo round, que traz uma conversa mais direta com meu objetivo de pesquisa, o primeiro apresenta dados e traz batalhas que brigam mesmo para problematizar o que o país traz de informação sobre a juventude; no segundo, o papo é mais com a juventude, trazendo uma linguagem de resistência, de contrarreferência indisciplinada ao que o primeiro round conta, em uma espécie de tentativa de negociação em alianças das batalhas surgidas na ocupação urbana das praças.

Na primeira batalha (ou primeiro subitem), o jogo que se trava é com os dados estatísticos sobre a juventude em Dourados, no Centro-Oeste do país, além dos dados do Brasil, trazendo uma perspectiva sobre a quantidade de jovens, além das terminologias

sobre o significado de adolescência e juventude nos critérios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Estatuto da Juventude e da Organização Mundial de Saúde (OMS), que fazem distinção entre as idades abordadas.

Sobretudo em uma problematização acerca de modelos evolucionistas da psicologia, chamando os parças e puxando um grito, a convocação foi urgente. Uma discussão sobre normatizações colocadas a somente um tipo de juventude, em desqualificação das diversas singularidades nos modos de ser diversos, usando a interseccionalidade de Collins como uma ferramenta analítica para se pensar relações de poder quanto ao acesso da juventude às ações diversas.

É abordado também o aspecto territorial tanto de Dourados quanto do Centro-Oeste, com hábitos predominantemente agrários, e sua relação com o universo da juventude do rap através das ações do hip-hop na cidade, representadas pelas batalhas de rima no período noturno.

Em uma aproximação com autores contracoloniais, há uma aposta na desobediência epistêmica de Walter Mignolo (2007), que questiona a harmonia de ações colonialistas que visam a homogeneidade de culturas, pessoas e povos e que foram aplicadas em países com histórico de colonização, como foi no Brasil.

Na segunda batalha do primeiro round, a discussão aparece com mais dados sobre Dourados, a região Centro-Oeste e o Brasil, em relação a emprego e educação, baixa escolaridade e incidência de desemprego ocorrendo de forma desigual para pretos(as), pardos(as), indígenas ou indivíduos de classe mais baixa.

Soltando o beat pra batalha, o DJ chama a juventude pra duelar com a educação e o trabalho, também questionando a escola pública e suas propostas de formação de mão de obra para o mercado de trabalho, em que a desigualdade estrutural no país também fica exposta.

Uma problematização surge ao se perguntar se as propostas da educação estariam coladas no quesito econômico, ao realizar propostas neoliberais na carga horária de Ensino Médio em que o estudante de escola pública, ao precisar trabalhar o quanto antes, fica em desvantagem quando comparado ao estudante de escola particular, que possui geralmente mais tempo para se dedicar aos estudos.

Na batalha seguinte, há um tensionamento sobre a juventude no país, em que se percebe que os jovens ficaram de fora das políticas públicas, estando sempre “de carona” em políticas de assistência, constatando os resquícios da colonização e do regime capitalista e hegemônico no Brasil. E na cidade de Dourados não tem sido diferente.

Em “Cabeça de Racista Espalhada na Minha Estante, o que Cêis Querem Ver? Sangue!! Racismos, Devir-Negro e Desigualdades Sociais”, a batalha de rima gira também sobre o projeto de embranquecimento da população em que “raça são os outros”, ao lidar com os efeitos da branquitude nas relações sociais no Brasil, querendo enaltecer uma sociedade hegemônica branca como ideal, já denunciando preconceito e racismo. Nesse ponto, também é acrescentada a discussão pretendida por Schucman (2014) e Bento (2022) sobre a construção racista e preconceituosa da psicologia como profissão. Mbembe (2014) também vem contribuir para as discussões sobre devir-negro e racismo na humanidade (ou nas desumanidades de desqualificação de povos?).

Na quarta batalha da nossa chave do primeiro round, é travada uma luta com a questão legislativa referente à juventude no país, expondo mais uma vez a violência institucional acerca de crianças, adolescentes e jovens pobres no período republicano, em que quem estava assistida era a população branca e com renda maior.

O fervo da batalha nessa parte traz um duelo da juventude com as leis da desassistência e sobre a violência no país, trazendo todo o sangue da juventude feita nas rabeiras e denunciando a forma preconceituosa e genocida com que a juventude

no Brasil é tratada, tendo como principal característica a desigualdade social. Com a juventude de Dourados, com os dados apresentados sobre o território, também não foi diferente. Dados sobre a violência com a juventude na cidade, bem como no Centro-Oeste do país, nos dão uma dimensão mais pontual sobre o tema.

Também é abordada a questão das medidas socioeducativas para adolescentes e jovens, em que são os mais pobres, pretos e pardos do sexo masculino que aparecem em regimes de restrição de liberdade no Brasil, observando os dados localizados na cidade que indicam a mesma maneira sobre como tratamos esses jovens.

Na quinta batalha, o jogo é travado com a sociedade atual que quer chamar a juventude hoje em dia, ao passo que em outras épocas queria anular corpos jovens pretos, indígenas e de classe social mais baixa. A juventude se percebe na banguela, chamando pra uma luta, um controverso diálogo surgido anteriormente no país que só produzia desigualdade social. Quem parece ser chamado para estudar, trabalhar, morrer ou até usufruir da mobilidade urbana no município de Dourados depende de classe social, raça, cor e etnia. Foi importante situar na pesquisa os movimentos sociais no país, desenvolvendo as tentativas de mobilização de coletivos em provocações para mudanças no Brasil, não só para as juventudes, mas para toda a população. Na banguela não dava mais não.

No último subcapítulo do nosso primeiro round, a batalha se assume bagunçada: complicou. A pesquisadora se assume energizada, enrolada, embaracada... Que caminho seguir na encruzilhada? Os rounds das batalhas fizeram com que a pesquisa caísse na ribanceira, sabendo que ia ter rinha, permitindo que a ciência da psicologia se indisciplinasse. Só indo pro segundo round e vendo o que vai dar.

Questionamentos surgem sobre a composição surgida entre o movimento dos jovens com uma clínica política da psicologia, que se propõe a se descolonizar,

acompanhando e se deixando ser acompanhada por outras modalidades de subjetivação dos jovens através das batalhas. Desta forma, pretende-se fazer um plano de dispersão envolvendo um jogo entre a caretice das ciências hegemônicas e a não caretice da ocupação noturna da cidade pelas batalhas de rima; jogo no qual a cidade quer capturar a juventude de dia, mas a juventude se dispersa, indisciplina a regra de ocupar a cidade somente de um jeito colonizado e toma conta das praças disponíveis, também denunciando a falta de praças nos bairros periferizados.

No segundo round (terceiro capítulo), as batalhas continuam e trazem outras questões pra ferver: em “Juventude, Hip-Hop e Alianças das Batalhas de Rima na Cidade”, é posta a potência da encruzilhada, o cruzo da energia do sangue das batalhas: seguindo o jogo proposto pelas batalhas de rima. O segundo round traz os finalistas, os campeões, os que melhor rimaram e conquistaram o público, e quais negociações são feitas para lidar com tudo o que foi exposto no primeiro round. Aqui a juventude aparece mais diretamente e ferve.

Na primeira batalha do segundo round, é apresentado o hip-hop como linguagem de contestação, primeiramente através de mais dados sobre o documentário do DJ DanLitros, que viveu na cidade na década de 1990, testemunhou o surgimento do movimento em Dourados e desenvolveu o material audiovisual sobre o tema. O relatório de pesquisa também apresenta o hip-hop como campo político de contestação no mundo e sua linguagem subversiva que denuncia controvérsias no campo social, principalmente com a periferia.

Através de alguns ensaios escritos, acompanhando as batalhas, é exposto o movimento da juventude pela cidade com a apresentação de alguns mapas do território, nos quais ficam expostas as distâncias necessárias para batalhar, visto que a ausência de mais espaços públicos onde isso seria possível é denunciada.

Também fica explícita a dificuldade de mobilidade para os jovens ao se considerar o menor número de ônibus no período da noite, expondo que a rua se torna um modo de sociabilidade para as batalhas, além de uma análise do lugar da pesquisadora, posicionando-se também como um ser de transformação na experiência com novos lugares na cidade, desfazendo-se de olhares colonizadores de uma psicologia imparcial.

Na segunda batalha do segundo round, os movimentos de registros fotográficos de alguns encontros ocorrem, capturados e socializados através do *Instagram*, também trazendo alguns ensaios da política da rua, das frestas da juventude periférica da cidade.

Em uma outra pista para se pensar sobre o uso dos espaços urbanizados da cidade, também é exposto, com a ajuda de um MC, o uso do grafite e do picho não autorizado – vertentes do hip-hop – como modos de expressão dos afetos, nas brechas do que a juventude conduziu quando a cidade não a sente como pertencente. Sendo o grafite um espaço acolhedor para a juventude periférica do hip-hop, a linguagem das batalhas parece também acolher.

Por fim, nas considerações finais, como um quarto capítulo e um terceiro round das batalhas, intitulado “Céis Pediram o Terceiro, e o Terceiro Veio: Quebra Esse Cara no Meio, Quebra Esse Cara no Meio!!! Freestyle em Três, Dois, Um, Rima!”, chegamos ao final da chave da batalha. Para chegar no terceiro round, é porque a noite foi boa. A produção de conhecimento da pesquisa traz suas reflexões.

2. PRIMEIRO ROUND: E AÍ, TRUTA, EU TAVA FORA? COMO ASSIM?

Chama os Parça: Puxa um Grito!!

Descendo a ladeira na banguela de magrela / Na cautela, sem dar guela / Eu vi um céu maior do que a fresta / Eu fiz um verso maior do que a festa / E saí fora, carregando a minha causa / Pus um C de coragem e a asa virou casa.

–Miliano⁴, 2023

E a pesquisa já começa com o jovem no Brasil na carona da magrela do Miliano, andando por Dourados, na garupa da lei de desassistência no Brasil, no improviso de situar a juventude como cidadã de direitos no país, na carona de código criminal, na onda da situação de rua de desassistidos ao longo dos séculos no país.

Na rabeira da lei de adultos ou crianças, o termo juventude só foi aparecer em meados da década de 1990 no Brasil, quando surge uma emergência que o próprio tema produziu, principalmente relacionada às questões de trabalho, aumento da violência e dificuldades em organizar projetos de vida, segundo Freitas (2005). Talvez já convenha um questionamento: se ela não “aparecia” ou ficou conveniente que ela aparecesse, que se tornasse visível, consumisse, trabalhasse, rendesse etc.

Abramo (2005, p. 23) pontua o quanto um enfoque em ver a juventude como uma fase problemática, que ameaça a ordem social, como um sujeito em preparação, tomou conta do Brasil em questões relativas a comportamentos de risco ou transgressão, em que os setores mais atingidos em ações foram os da saúde e justiça nos anos 80 e 90 do século XX. A autora também abordou a forma estigmatizante dessa maneira de se observar a juventude, visto que o enfoque aqui visava caráter compensatório, que focava mais a

⁴ Miliano, é rapper douradense, compositor e cantor, ficou entre os últimos finalistas do Red BullFrancamente BR em 2023, concurso com a finalidade de buscar e premiar os melhores MCs do Brasil. Vencedor do 1º lugar da categoria Batalha de Rima, do projeto “Conexão Urbana: edição quebrada”, em 20/07/24, em Nova Andradina/MS, financiado pelo FIC/MS e executado pelo projeto Gema. Também foi campeão nacional em 2018 do Duelo Nacional de MCs em Belo Horizonte/MG e campeão estadual do MS em 2024.

juventude urbana popular em ações políticas generalizadas. Além disso, relatou que no Brasil, até os anos 1970, a juventude tornou-se alvo de preocupação política, passando a ser vista como problema nas classes sociais mais baixas, pois o jovem não “conseguia” seguir uma preparação para seu futuro através da educação e entrava mais cedo no mundo do trabalho; sendo assim, o jovem mais pobre não conseguia problematizar a transformação social do país. A posição da juventude como fonte de modernidade só era acessível aos mais favorecidos economicamente. “Para os jovens dos setores populares, as políticas se resumiam a algumas medidas de apoio à inserção no mundo do trabalho, mas mais fortemente medidas de prevenção, punição ou resgate das situações de desvio e marginalidade”. (Abramo, 2005, p.23)

Abramo (2005, p. 23) relata ainda que a partir da década de 1970 no Brasil houve uma modificação no cenário, visto que movimentos estudantis com possibilidades de organização e manifestação política e pública contribuíram inclusive para o fim da ditadura militar, entre os anos de 1964 e 1985; porém, ao mesmo tempo, a década também incluía uma questão acerca dos “meninos de rua” – fenômeno em que a juventude e a infância pobre, em sua maioria negra, continuavam sendo estigmatizadas –, e algumas propostas foram sendo elaboradas até que a era da Constituição Federal de 1988 tomasse posse.

MV Bill (2002) solta um: “Preconceito sem conceito apodrece a nação, filhos do descaso mesmo pós-abolição, mais de 500 anos de angústia e sofrimentos, me acorrentaram, mas não meus pensamentos”. Tudo a ver.

Entretanto, ao surgir o ECA em 1990, algumas questões apareceram quando a teoria se afastava da realidade, que continuava desigual para a adolescência pobre, preta, parda e indígena, além do fato de o ECA ser somente para jovens até os 18 anos (com alguma exceção para a medida socioeducativa quando é começada antes dos 18 anos, mas

vai somente até os 21 anos). Assim, os jovens para além dessa idade ficavam de fora do planejamento de ações públicas nos debates de cidadania e inclusão social (Abramo, 2005, p. 24). Tentar “ver o céu maior do que a fresta” (Miliano, 2023) não é fácil.

Em um período mais adiante, passaram a ter o foco de preocupação na opinião pública sobre os “problemas dos jovens”, vinculando-os à crise na economia e às taxas de desemprego entre os 16 e 24 anos, a índices de gravidez precoce, uso de drogas, abuso de álcool, doenças sexualmente transmissíveis e, principalmente, sua aproximação com a violência (Abramo, 2005, p. 24).

Na rabeira dos “problemas” de outros séculos no Brasil, foram surgindo propostas públicas ou privadas, de organização a sociedade civil, com ações de cidadania com temáticas de empreendedorismo e protagonismo juvenil; com posteriores ações de movimentos sociais juvenis culturais e estudantis; e também com incentivos para sua mobilização aos movimentos sindicais, com destaque para os movimentos sociais de negros e mulheres, atores fundamentais nas lutas por redemocratização no país (Abramo, 2005, p. 26), que reivindicavam direitos para sujeitos silenciados da vida política.

Sobretudo os jovens estavam em seu meio, como militantes, mas sem uma bandeira específica da juventude.

Em 2023, o Brasil possuía 48,5 milhões de jovens, correspondendo a um quarto da população brasileira (QEdu, 2023a). São 224 mil indígenas, 313 mil amarelos(as), 18,6 milhões de brancos(as), 24 milhões de pardos(as) e 5,4 milhões de pretos(as) no total da juventude brasileira. Outros dados expressam que um terço dos jovens brasileiros, o correspondente a 14,7 milhões, vivem em situação de pobreza; que 47,2% dos jovens fora da escola, sem concluir a educação básica, são os que vivem em situação de pobreza; e que jovens do sexo masculino pretos e pardos constituem a maioria dos que saíram da escola sem concluir a educação básica: 44,7% de pretos e 41,2% de pardos relataram que

saíram para poder trabalhar (QEdu, 2023a). Em relação a gênero, no total do Brasil existem 49,4% de mulheres e 50,6% de homens jovens, conforme o Censo de 2022 (QEdu, 2023a).

Contabilizando a região Centro-Oeste, composta pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás, são 16.289.538 habitantes (IBGE, 2024a), posicionando-a em quinto lugar (último) do ranking nacional de quantidade de pessoas por região (IBGE, 2024a).

Citada como potência econômica para o agronegócio e tendo o sertanejo como hegemonia musical, a região Centro-Oeste do país cresce mais do que o dobro das outras regiões do Brasil (BBC, 2023), embora seja a última grande região em quantidade de pessoas. Em sua história, Mato Grosso do Sul foi o último estado criado na região, Com 4 milhões de jovens, tem-se uma população de 22 mil indígenas, 30 mil amarelos(as), 1,3 milhão de brancos(as), 2,2 milhões de pardos(as) e 423 mil pretos(as), entre 50,5% mulheres e 49,5% homens jovens (QEdu, 2023a).

Situa-se nessa dimensão a cidade de Dourados, fundada em 1935, pertencente a um estado agrário. Mato Grosso do Sul (MS) é separado do então estado de Mato Grosso (MT) em 1977 e surge com indígenas sendo usados como mão de obra compulsória em conflitos de terra de coronéis e posseiros, tanto em conquistas por terra na fronteira dos dois estados quanto em disputas entre Brasil, Bolívia e Paraguai por territórios, entre os séculos XIX e XX (Corrêa & Corrêa, 2021). O processo foi estimulado pelo Governo Federal para que os espaços vazios do país fossem colonizados, em um ideal de zelar pelas áreas da fronteira (Vasconcelos, 2005, p. 1). Entretanto, a história de ambos os estados combina mais com a necropolítica tendo como alvo, indígenas, com ocupação também de grandes empresas nacionais ou estrangeiras de empreendimento, de agricultura e pecuária. Arquivos históricos contam que somente foram povoados com a

chegada de migrantes, estimulados pelo governo.

Silva (2022) expõe que historicamente, a população guarani-kaiowá e o agronegócio, a citar, fazendeiros, movimentam conflitos tendo como alvo, a terra, e por outro lado, a resistência pela preservação da vida, sendo um território em que produzir e render parecem se chocar com lugar de vida.

Brô MC's canta pra nós⁵:

Apê xe ha'e / kô nhande reko / Axuka mba'epa ojêhuakue⁶ / Sei que não é fácil,
 sei que nunca foi / Corrói o coração de quem é dono dos boi / As lembranças doem
 nas histórias contadas pelos pajés de nossas terras roubadas / Anos 70, dezenas de
 família extensa, cada vez mais espremido no fundo das fazenda / Quando separada
 em oito aldeias, ignorando sua cultura, nos jogando uma teia / Pechagui'la
 ndaikatui nhapuâ, heta rikua'inhande mondá⁷ / Roubaram nossa terra, a nossa
 cultura / Apê ava'kuera ojapurá⁸ / Nas tribos dos guerreiros na luta / Xe aju pyapy
 rendy porã che a gueru⁹ / Essa é minha sina, curto com a família tomado minha
 xixa, estou aqui em cima /... Koxa roguâre ore nhe'ê i'mbarete¹⁰ / Sem minha
 flecha, mandando minha rima /... Rap representa terra vermelha, yvy pytã aikoha,
 tekoha pe japsaka ape xe ava, xe ko nde xagua, já haque nde ava, ndoalei que nde
 reá, nde ko che xagua¹¹. (Brô MC's¹², 2022)

Dourados acolhe atualmente uma grande área de reserva indígena – diga-se *confinamento* –, com quase 13.500 mil habitantes das etnias Terena, Guarani e Kaiowá em

⁵ Partes do texto a seguir estão em guarani e foram traduzidas pelo professor Josemar Souza Santos, indígena da reserva indígena de Dourados-MS.

⁶ Aqui estou contando / Esse nosso modo de vida / Estou mostrando o que aconteceu.

⁷ Por isso não conseguimos nos levantar, eles roubaram muito de nós.

⁸ Aqui os índios estão com pressa.

⁹ Eu venho, trazendo um bom questionamento.

¹⁰ Assim estamos chegando, nossa língua tem força.

¹¹ Nessa terra vermelha que vivo, aldeia, escutem aqui: eu sou índio, sou igual a você, vamos amigo, não caia, você é como eu.

¹² Grupo de rap indígena douradense, das etnias kaiowá e guarani, composto por moradores da reserva indígena de Dourados. É tido como o primeiro grupo de rap indígena do país.

3,5 mil hectares, sem falar dos indígenas das retomadas ao redor da reserva, que não são contabilizados pelo IBGE, pois o órgão só considera as residências particulares permanentemente ocupadas (quando vão para áreas de retomada, os indígenas geralmente abandonam suas casas antigas e passam a gerenciar suas vidas nas áreas reivindicadas).

De acordo com o Censo de 2022 (IBGE, 2024b), em Dourados há 12.054 indígenas (quem trabalha lá percebe que este número é impossível, dadas as circunstâncias de superpopulação das áreas de retomadas que não são contadas pelo Censo). Nesse resultado, são reconhecidos 9.722 jovens indígenas entre 15 e 29 anos, sendo 4.778 homens e 4.944 mulheres em Dourados (IBGE, 2024c).

Para que os projetos de colonização fossem viabilizados, seria necessário “limpar” as áreas destinadas à colonização (Vasconcelos, 2005, p. 6). Com uma distância de 120 km do Paraguai, a cidade de Dourados é caracterizada por sua atividade rural e agrícola intensa, sendo povoada tanto por indígenas quanto por colonizadores do setor agrícola de outros estados do país em busca de novas terras para plantio e pecuária. Também tem uma atividade urbana mobilizada por empresas, universidades e indústrias, sendo a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul (UFGD, FACE & Ciências Econômicas/UFGD, 2018).

Em Dourados, são 243.367 mil pessoas. Considerando o recorte de idade de 15 a 29 anos, são 13.419 jovens brancos e 14.174 jovens brancas. Entre os jovens pretos, são 1.953 homens e 5.552 mulheres. No número de pardos(as), são 12.424 jovens homens pardos e 11.661 jovens mulheres pardas. Quanto ao número de jovens amarelos, são no total 285 homens e 224 mulheres (IBGE, 2024c).

A cidade apresenta IDH (índice de desenvolvimento humano) de 0,747 (IBGE, 2024b), considerando a longevidade, educação e renda de sua população. Sobre o índice, quanto mais próximo de 1 ele for, melhor será o desenvolvimento humano de um local.

Para a Organização Mundial da Saúde (Brasil, 2007), a fase entre os 15 e os 24 anos corresponde à juventude, sinalizando um descompasso com as leis brasileiras – citando o ECA (Brasil, 1990), que define a adolescência entre como o período entre 12 e 18 anos, e o Estatuto da Juventude (Brasil, 2013), que situa o jovem como sendo a pessoa entre os 15 e os 29 anos. O último Censo pontua que a faixa de idade com maior número de habitantes, refere-se à faixa de jovens entre 25 a 29 anos (IBGE, 2024b).

A Secretaria Nacional da Juventude, criada em 2005 com o objetivo de elaborar políticas públicas para os jovens, foi migrada (seria “diluída” o melhor verbo?) para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em 2019, em uma ação dita “integradora” que também foi aplicada em outras secretarias. Pelo que foi observado nas deliberações governamentais até 2022, mulher, família, juventude, crianças e “LGBTs” (descrito exatamente desta forma, desconsiderando toda a movimentação política, expressiva e social da população LGBTQIAP+, que passou a incluir nomenclaturas de pessoas queer, intersexo, assexuais, pansexuais, bissexuais, transgênero ou outras formas de identidade) passaram a ser vistos como uma pessoa só, situando o ministério, na época, como um articulador entre os vários segmentos da população. As várias secretarias passaram a ficar diluídas no referido ministério, como as da Juventude, da Promoção da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos, do Idoso, da Criança e do Adolescente, da Mulher, do Deficiente e da Família. As mudanças ocorrem em 2023 (Brasil, 2023a), com uma nova mudança na nomenclatura do ministério, desta vez para Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, em uma tentativa de acolher as singularidades das diferenças – inclusive da juventude – nas ações governamentais, com secretarias específicas também.

Embora Dourados tenha um Conselho Municipal da Juventude em atividade, a cidade não conta com uma secretaria específica para a faixa etária, ficando as ações governamentais diluídas nas secretarias municipais. Entretanto, o estado de Mato Grosso

do Sul conta com uma Subsecretaria de Políticas Públicas para Juventude, subordinada à Secretaria de Estado.

Sobretudo, ao tentar compreender a juventude e suas faces multidimensionais, como uma primeira aproximação com o universo dos jovens, como uma certa problemática da pesquisa, também é importante situar uma postura de análise que fuja de um arranjo em que só exista um determinado jovem, de uma mesma forma, de um único jeito de ser; em que se aprisiona essa fase em conceitos evolucionistas que pontuam as categorias somente de um jeito (Nascimento & Coimbra, 2015). O posicionamento da pesquisa coaduna com as autoras em questão, fugindo de conceitos estanques que buscam justificativas para uma dita “identidade juvenil” que se propõe a estratégias de enfrentamento em uma lógica desenvolvimentista.

Os modelos criados de teorias desenvolvimentistas acabam trazendo paradoxos e contradições em que ditam regras para os modos de agir de uma sociedade, em jogos de poder que interferem na maneira como as pessoas são vistas. Acabam não contemplando as particularidades de povos, com suas várias intersecções, como raça, etnia, gênero, classe ou sexualidade, moldando e esquecendo que, desta forma, homogeneízam e apagam singularidades.

Foucault (1954, p. 36) coloca em análise modelos evolucionistas da psicologia em que há descrição de sintomas como “condutas arcaicas”, em uma reflexão sobre um estilo de coerência psicológica que não tome como modelos de referência estágios em fases biológicas. Ao problematizar o uso de modelos prontos e estanques como normatizações para que se encontre referenciais para o patológico, como fazem as teorias do desenvolvimento da psicologia, o autor contribuiu para um questionamento sobre a origem psicológica das condutas, em que o histórico de cada um sinalizaria uma melhor compreensão para as individualidades, e, desta forma, questionam-se normas que acabam

apagando singularidades.

Sobretudo ao situar o posicionamento da pesquisa, é importante esclarecer que nos interessam mais as articulações nas perspectivas que valorizem novas subjetividades, que não carreguem a colonialidade na produção de conhecimento hegemônico europeu.

Mombaça (2021, p. 76) traz questionamentos sobre os sistemas de valores que operam nos dispositivos de poder ao nomear “sujeitos normais”, propondo bagunçar a lógica e desmontando a ontologia dominante e controladora. Na pesquisa com as batalhas operando o direcionamento como método cartográfico, a rima produz alianças com a juventude, sacudindo e trazendo novas possibilidades tanto de fazer pesquisa, quanto de mostrar resistências para lidar com desigualdades.

Os estudos sobre a interseccionalidade, produzidos pelas epistemologias negras, têm muito a contribuir também, visto que considerar as identidades descoladas de contextos diferentes passa, assim, a desqualificar uma série de observações em que as subjetividades se constroem de forma situada, a partir de um conjunto articulado de marcadores sociais das desigualdades, e não de uma forma estanque, de um jeito só, ao falarmos, por exemplo, da juventude.

Collins e Bilge (2021) fomentam uma discussão em que reconceitualizar identidades observando idade, gênero, raça, etnia, cultura, contexto social e capacidade, em um simultâneo processo de planos de composição possíveis de análise, nos faz investigar as relações de poder surgidas a partir da ênfase em somente um determinado jovem, em desqualificação de outro, sem valorizar as diferenças.

Para começarmos essa história, se observarmos a questão dos termos “adolescência” e “juventude”, os dois parecem se chocar em conceituações às vezes confusas, tentando trazer definições cartesianas, visto que, dependendo da referência, o viés desenvolvimentista quer regulamentar de qualquer forma as maneiras de se viver.

Grosfoguel (2016) pontua que o epistemicídio aparece quando não se considera a condição de possibilidade de corpos que fogem a uma estrutura epistêmica moderno-colonial, desqualificando outros conhecimentos e sabedorias que criticam os projetos imperialistas e colonialistas do mundo. Aplicar uma teoria alegando-a universal para os seres humanos, sem considerar suas realidades sócio-históricas, delata uma tentativa racista de tentar inferiorizar saberes buscando teorias universais do conhecimento. Formas de colonizar os corpos combinaram com modelos modernos de ciência que desqualificam pensamentos, trazendo modelos generalistas, colonizados desde os campos empíricos, com conceitos que reafirmam modos de viver igualitários.

Mignolo (2007) propõe uma espécie de desobediência epistêmica ao eurocentrismo, uma forma hegemônica feita pelo projeto moderno-colonizador em que uma única maneira de se pensar seria fundamentada no grego ou latim e nas seis línguas europeias e imperiais da modernidade – inglês, francês e alemão após o iluminismo e italiano, espanhol e português durante o renascimento. A proposta de Mignolo, baseada na filosofia decolonial, argumenta que saberes foram apagados ou desqualificados pela cosmologia do moderno-imperialista, em uma visão heroica, histórica e desbravadora do mundo que estava sendo construído. O autor também acrescenta que a distinção na modernidade – da missão cristã desde o século XVI até a missão secular de civilização, para desenvolvimento e modernização após a Segunda Guerra Mundial – entre teoria e prática não se aplica quando se entra no campo do pensamento da fronteira e nos projetos descoloniais, caracterizando o “fazer” descolonial. O termo descolonial para Mignolo se refere a uma contraposição ao colonialismo.

Bocco (2006, p. 62), também instigada pelo uso do conceito, relata que somente no ECA (Brasil, 1990) o termo “desenvolvimento” aparece 14 vezes; não descartando a importância do documento para a implantação legal do direito de crianças e adolescentes,

é necessário considerar os efeitos que o termo produz.

A autora traz também que o enfoque evolucionista que a concepção de desenvolvimento aborda está historicamente colocada na maneira racional-normativa de vermos e considerarmos a idade cronológica, legitimando assim que o ideal no passo seguinte da adolescência seria o ser humano maduro, um adulto que evoluiu em uma escala normativa e equilibrada do desenvolvimento dos seres humanos, almejada por todos, de forma linear, em um nivelamento racional e estanque.

Também não querendo seguir rastros de uma forma estagnada de análise por idades, podemos subverter o uso do termo adolescente-juventude-adulto-a-vir como forma de considerar a intensidade juvenil, em suas múltiplas formas de estar no mundo. Ao mesmo tempo, não se objetiva trazer uma verdade única e definitiva (Coimbra, Bocco & Nascimento, 2005) sobre a definição dos conceitos, preferindo-se não delimitar um território por idade, não negando suas várias manifestações de vida.

Ninguém escolhe carregar herança do passado de ser escravo ou escrava, o grito saiu da minha boca quando eu percebi que nada mudou / ... Sobra buraco, falta asfalto e alimento... / E eu que vou / ... Se quer que eu respeite a lei, então faça uma lei respeitável. Você sabe que tamo vulnerável / Somos preso por protesto e o boy com droga é inalgemável e imatável, o alvo é nossas vida / ... Não aceito, mas às vezes é melhor deixar de lado. Eu sei o que colherão conforme o que têm plantado / ... Já é esperado, repare no olhar que o topo não muda se a base nunca mudar, mas não no sentido de só esperar / Não escute quem só fala e sim quem luta pra mudar / Sou o degrau mudando, deixando até eles mudo / ... Não sou branco por estar chique e perfumado, e branco não é índio por usar cocar e chocalho / ... Tamo nas batalha, seja rimando ou trampando, falaram mal de mim, ó, então eu tô bem, porque se eu

estivesse mal, nem estariam falando... (Marin67¹³, 2023).

Alguns tensionamentos dos conceitos operantes aparecem quando se percebe que algumas aproximações surgem quando falamos de uma adolescência ao lado das políticas de proteção e outra adolescência colada nas situações de conflito com a lei, dando a entender que o modo como elas são situadas nos índices de cumprimento de medidas socioeducativas pelo ECA, por exemplo, são diferentes entre adolescentes brancos(as), pretos(as), pardos(as) e indígenas; ou então observando a lei brasileira tentando definir a adolescência indígena no ECA, sendo que, por autodeterminação, o indígena não reconhece o termo “adolescente” em sua cultura, sendo assegurado pela resolução 181 de 2016 (Brasil, 2016) e pela convenção 169 de 2004, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo decreto 10.088, em 2019 (Brasil, 2019), sobre a consciência de sua identidade indígena ou tribal.

Marin67 traz em sua letra a vivência de uma juventude na reserva indígena da cidade, em que sobre desigualdade social, a citar também uma recente manifestação da comunidade indígena de insuficiência de água com o saldo de vários feridos em um confronto com a polícia. Várias famílias estavam sem água há 2 meses, em um registro recorde de temperatura de 35 graus em média (G1, 2024).

E cola pra batalha pro primeiro round!!!! O negócio tá apenas começando. Tem muito pra batalhar.

E Solta o Beat, DJ! Juventude, Educação e Trabalho

Nóis segue desenvolvendo, em casa cadernos perdendo / Tá ligado que eu não tô no relento, mas, mano, eu tô contra esse vento / Tá ligado que é contra a maré, só que aqui, mano, nóis não corta fuzil / Eu falei de maré, tá ligado mano, mais aqui nóis respeita o Brasil / Mas aqui, lá na frente desse jeito, vou construir meu castelo

¹³ Marin é rapper douradense, indígena, compositor e beatmaker do grupo Odiados, também da cidade.

/ eu escrevi esse império e apenas escrevi com a caneta e com o martelo.

–MC Suco de Fruta¹⁴, 16/04/2024

Ainda problematizando o uso dos conceitos e implicações acerca dos resultados em dados sobre a população juvenil, observa-se a combinação entre escolaridade e juventude nos dados do IBGE (2023a, p. 110), de acordo com o último Censo, de 2019 a 2022. O único grupo etário que manteve trajetória de crescimento da frequência escolar foi o de 15 a 17 anos, passando de 89,0% para 92,2%; as outras faixas etárias tiveram seu crescimento interrompido por conta da pandemia de COVID-19, segundo o documento. A taxa de conclusão dos anos iniciais do Ensino Fundamental passou de 94,6% para 96,5%, enquanto a taxa de conclusão do Ensino Fundamental passou de 87,0% para 89,8%, correspondente à faixa etária de 17 a 19 anos. E a taxa de conclusão do Ensino Médio, representando a proporção de pessoas de 20 a 22 anos de idade, passou de 69,0% para 73,0%.

Sobretudo ao se verificar um aumento da conclusão da Educação Básica obrigatória, o ingresso no Ensino Médio ainda é um desafio para uma parcela dos jovens de 15 a 29 anos no Brasil, que precisaram largar o caderno e remar contra a maré.

Em 2022, cerca de 9,8 milhões de jovens dessa faixa etária no país já haviam abandonado a escola sem concluir a Educação Básica. Desse total, 462 mil tinham de 15 a 17 anos; 4,7 milhões tinham de 18 a 24 anos; e 4,6 milhões, de 25 a 29 anos. Entre os jovens de 15 a 29 anos que deixaram a Educação Básica incompleta, a maioria (65,7%) não chegou a frequentar o Ensino Médio, sendo que 42,5% não concluíram o Ensino Fundamental e 23,2% concluíram esse nível. A maioria dos jovens de 15 a 17 anos que abandonaram a escola sem concluir a Educação Básica obrigatória não havia concluído o Ensino Fundamental (53,3%), e 22,2% concluíram somente esse nível; portanto, 75,5%

¹⁴ Fala feita na praça do centro da cidade, na batalha do Centrão.

não ingressaram no Ensino Médio. Em relação aos jovens de 18 a 24 anos de idade, grupo que poderia ter concluído o Ensino Médio, 61,2% abandonaram a escola sem ter ingressado nesse nível (IBGE, 2023, p. 110).

Em Dourados, menos de 5% dos alunos matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental abandonaram a escola, e a mesma porcentagem também foi vista para o Ensino Médio, referente a 2022, ambos da escola pública (QEdú, 2023d). No total, foram 422 abandonos nos anos finais do Ensino Fundamental e 225 no Ensino Médio do número de jovens. Com taxa de rendimento de 86,7% no ensino médio e 87,2%, considera-se um bom parâmetro de aproveitamento escolar em perspectivas internacionais, segundo o portal de dados educacionais (QEdú, 2023d).

Desde pequeno aqui, os moleque largando a escola pra ir pro trabalho, é que nós faz parte dessa multidão / Enquanto você fala em improvisação, eu perdendo amigo na sala de aula / Mas da minha parte eu tive a comissão / Cometendo o pecado pedindo perdão / Olhando pra baixo, meu corpo no chão / Tô vivendo no mundo dessa ilusão, eles querem meu corpo, mas a alma não. (Mano Lan MC¹⁵, 2024)

A pesquisa feita pela OIT e pela IPEA (2020) propôs fazer um diagnóstico sobre os jovens com dificuldades em conseguir empregos; os dados fornecidos nos períodos de 2012 e 2019 pela PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra por domicílio contínua) e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Governo Federal, trazem uma análise de que esses jovens conseguiam mais empregos em lugares que ofereciam menores salários e/ou com menores índices de produtividade, impactando a trajetória profissional nessa faixa etária (IPEA, 2020, p. 35). Isso sem citar operíodo entre 2020 e 2021, em que o aumento do desemprego foi devastador por conta da pandemia mundial

¹⁵ Mano Lan também é rapper em Dourados. Costuma gravar beats para trabalhos diversos e também tem gravações independentes de músicas. Participa também das batalhas de rima da cidade esporadicamente.

de COVID-19, além da desistência escolar na população mais pobre.

Em outra pesquisa sobre o mercado de trabalho, desta vez realizada pelo Ministério da Economia (Brasil, 2021), os dados indicam que o desemprego em longo prazo afeta mais os mais jovens e com baixa escolaridade, com idade entre 17 e 29 anos, explicando que o tempo em que essa idade fica sem emprego está maior em comparação com as outras idades ou perfis.

Outro documento publicado pelo IBGE (2021) acerca de subempregos na população jovem expõe que as atividades econômicas em que há predominantemente a presença de pretos e pardos foram no ramo da agropecuária (60,7%), construção (64,1%) e serviços domésticos (65,3%), que não exigiram tanta qualificação profissional, sem levar em consideração a idade, em que a remuneração fica aquém de outros serviços, corroborando a ideia de que o Brasil é, de fato, um país desigual. O outro dado referente a áreas como administração pública, educação, saúde, serviços sociais, informação, financeira e outras atividades profissionais revela que nelas havia a exigência de maior qualificação, com predominância de brancos em sua composição (IBGE, 2021).

Sobretudo com os dados coletados com o Censo populacional de 2022, em publicação feita pelo IBGE (2023), acerca da relação do nível de instrução e mercado de trabalho brasileiro, os informes indicam novamente que os jovens entre 15 e 29 anos com Ensino Fundamental incompleto continuam apresentando maior dificuldade na inserção no mercado de trabalho e manutenção de emprego, dada a baixa escolaridade (IBGE, 2023, p. 46), em comparação com jovens com maior escolaridade. Na pesquisa do IBGE, com os dados do Censo de 2022, não há tabulação sobre a relação entre idade, escolaridade e desemprego, porém, ela informa sobre 35,05 % das pessoas de Dourados estarem ocupadas, referindo-se a empregos de pessoas em idade acima de 14 anos, quando é permitido trabalhar (IBGE, 2024d). Quanto aos subitens raça, cor e idade dessas

pessoas, o município ou o IBGE não divulgaram esses resultados em relação a trabalho.

Em resposta enviada por e-mail pelo IBGE em 2 de outubro de 2024, a instituição informa que o órgão ainda não terminou de tabular os dados do Censo de 2022 com relação a mercado de trabalho nos municípios.

A vida também já me bateu / Eu também, meu truta, sou um trabalhador / Vou de pá, só que tipo, eu também engoli suor, e trabalho hoje, eu vou vomitar / Cê tá me entendendo, meu parça, que na fita eu tô enchendo e pintando com a alma. (MC Buzz¹⁶⁾)

Considerando que o mercado de trabalho apresenta cada vez mais exigências de qualificação profissional, vê-se o número de jovens em uma porcentagem considerável de suscetibilidade para serem incorporados a postos de trabalho precários, em condições de subempregabilidade, com menor ganho ou em condições de menor remuneração, considerando a renda per capita em um país com acentuada desigualdade social como o Brasil.

Guimarães, Brito e Comin (2020) trazem uma reflexão sobre as desigualdades estruturais do Brasil ao analisar os dados obtidos em entrevistas com jovens e sua relação com o mercado de trabalho no ano de 2013, em um contexto de crescimento econômico e de ampliação de direitos, tentando responder se a expansão econômica melhoraria a desigualdade social, ao observar a trajetória dos jovens no mercado de trabalho.

Na pesquisa de 2013, a conclusão foi que os piores percursos, marcados pelo maior risco de desemprego ou estando em subempregos, com menor escolaridade, estavam naqueles que se autodeclararam negros (Guimarães, Brito & Comin, 2020, p. 489). De acordo com a pesquisa, citando os dados também da PNAD, entre 2015 e 2016 houve uma deterioração do mercado de trabalho, com crescimento de desemprego, pioras

¹⁶ MC Buzz na batalha da Praça do Cinquentenário em 04/05/2024.

gradativas e inclusive o aparecimento da pandemia de COVID-19 em 2020, impactando jovens a partir de 14 anos, com inserção precoce no mercado de trabalho ou com desocupação duas vezes maior que a média entre outros ciclos de vida, principalmente ao considerar jovens negros(as) menos qualificados(as) profissionalmente. A conclusão do estudo foi que a condição de desigualdade estrutural no Brasil é maior para negros(as) com menor qualificação profissional.

Ainda sobre a pesquisa em questão (Guimarães, Brito & Comin, 2020), as políticas entre 2017 e 2019, no que se refere a alterações em leis trabalhistas e padrões de contratação formal de emprego, foram prováveis influenciadoras do desemprego nacional, inclusive com a população juvenil. Um outro dado da pesquisa foi também a perda de qualidade nos postos de trabalho ocupados por jovens, tanto para homens quanto mulheres na pesquisa e em famílias de baixa renda. Não menos importante é mencionar a gravidade observada dessa situação com a pandemia de COVID-19 em 2020, também citada pelas pesquisas do IBGE (2023a).

Entretanto, a partir de março de 2022, as taxas de desemprego na população brasileira como um todo começaram a diminuir, segundo o IBGE (2024e), através da PNAD Contínua, com uma melhoria nos rendimentos da população, inclusive com o aumento de número de trabalhadores com carteira assinada. Porém, o Censo de 2022 expõe que, em âmbito nacional, são os brancos homens quem têm o maior índice de ocupação em postos de trabalho em comparação a pretos e pardos (QEdy, 2023c).

O que acontece aqui no nosso dia a dia, na nossa face da periferia... e aqui em Dourados, pois não é diferente / O que acontece no Brasil acontece aqui com a gente... / Ó nós aqui de novo... / Vidas perdidas, o pobre que é o alvo e o abandono e o descaso, criado pelo sistema... / E eu tô cansado de ver tanta humilhação, aqui é o pobre que se ferra / Ele é o condenado pra viver na

escravidão, na exclusão social (Relatos da Periferia¹⁷, 2010).

Em uma problematização com o conceito de Carl Schmitt referente a estado de exceção e soberania, Agamben (2004, p. 9) pontua, na perspectiva da exceção, como sendo a vida que escapa, capturada pela sua exclusão diante do ordenamento normativo que a política pública investe. São vidas que aparecem, na lógica da exceção, que inclusive são até “desejáveis” na teoria do capital humano, referindo-se ao Estado como soberano. Também cantam, jogam, festejam, mas nas leis do mercado são cobrados a aparecer, a render.

E nessa hora, “mano do Relatos”, “nóis” fica de fora se não trabalhar? Melhor chamar mais “parça do rap” pra rimar na batalha:

Será que cê entendeu essa parada? / Se você mora assim onde eu moro, você entenderia, metido em quebrada / Tipo ajudar os coroa é normal / Trampar desde cedo pra nós é normal / Enquadre na frente de casa é normal / Aqui não é novela, essa porra é real. (Gb King¹⁸, 2024)

Atualmente viu-se o aumento de trabalhadores na informalidade, em todas as idades, em concomitância com o aumento também da desigualdade social no Brasil, com o avanço da linha da pobreza. No Censo de 2022, são os pretos e pardos do gênero masculino que ficam na maior parte os serviços de trabalho informal, em comparação a brancos (QEd, 2023c).

Castel (2010) acrescenta que falta coesão social quando a precariedade no mundo do trabalho ocorre em uma sociedade em que um indivíduo, mesmo inserido, não é protegido somente por existir. Ser livre, sem proteção, pode levar a formas de servidão

¹⁷ Grupo atuante em Dourados entre 2010 e 2012, com integrantes do bairro Canaã I. Alguns integrantes fazem parte de um outro grupo em Campo Grande, Vadios 67, também tocando rap da periferia.

¹⁸ MC Gb King é participante das batalhas, compositor, poeta e artista independente de Dourados. Organizava a “Batalha do Rd”, localizada no Parque Rego D’água, na Vila Cachoeirinha. Até 2024, o local se encontrava em situação extremamente precária, inviabilizando a organização das batalhas (questão sobre a inviabilização das praças na pág. 92).

que lhe restringem a liberdade, estando um indivíduo à margem social.

Abílio (2020) traz uma reflexão sobre a uberização do trabalho, em que um trabalhador informal fica sem seus direitos, sem garantias trabalhistas em situações estáveis, e são transferidos a ele o risco e o gerenciamento de seu trabalho, em uma distância de um empreendedorismo com autonomia, visto que fica subordinado, sob controle. Ao citar os trabalhos de motoboys, bikeboys e jovens uberizados em trabalhos de entregadores por aplicativos, prioritariamente feitos por jovens pretos do sexo masculino e de classe baixa, sem vínculos empregatícios, Abílio (2020) descreve um deslocamento das referências feitas pela proteção social para um outro campo, feito por indivíduos na gestão de sua própria sobrevivência.

O aumento de novas tecnologias por aplicativos também veio para se somar a uma nova análise dos trabalhadores, que, aliás, carece de pesquisa quanto aos vínculos trabalhistas adotados com um patrão que não se vê (seria de carne e osso?), que pode pagar o trabalhador (que ele também não vê) por minutos, horas ou dias, que impõe várias exigências e não garante os direitos; e se o trabalhador quiser, ele precisa fazer sua própria previdência. Quanto à atualização da lei trabalhista, em 2022, a Lei n.º 14.297 (Brasil, 2022b) reforça as medidas de proteção aos trabalhadores de aplicativos, como obrigatoriedade de seguro e outras exigências que resguardam os direitos do trabalhador.

Sobretudo com a aproximação do aprimoramento de novas tecnologias a serviço do mercado, a inteligência artificial também tem ganhado cada vez mais espaço, colocando em risco o emprego não somente de jovens, mas de toda uma população em nome de uma modernização do mercado, eficiência e eficácia dos serviços prestados, blablablá... “deu treta” pro trabalhador informal.

E quanto à política pública da educação destinada ao jovem, Ramon de Oliveira (2015), ao problematizar a relação da maior escolarização e qualificação como um fator

funcional ao capitalismo, relata que a ideia é ilusória, visto que o novo sistema escolar proposto atualmente visa a distribuir desigualmente o conhecimento. Na prática, trabalhadores qualificados parcialmente também são utilizados por uma normativa neoliberalista, e tem-se na população mais jovem e mais pobre sua maior lucratividade, dados impactados nas nações periféricas e semiperiféricas (Pochmann, 2001, como citado em Oliveira, 2015). Tudo isso somado ao fato de que a alta taxa de defasagem escolar juvenil, ao falar de 2024, também indica algo importante, principalmente na população mais pobre, que necessita trabalhar mais cedo e largar a escola. Sendo assim, a escola como espaço integrador, criativo e potencializador do “vigor da juventude” torna-se um espaço também de exclusão – a depender da renda.

Como traz Castro (2004), a escola “empresarializada” recebe encomendas de levar “competências” ao mercado de trabalho, com trabalhadores multifuncionais e altamente flexíveis e com formações aceleradas, como também propõe o novo currículo (Brasil, 2018b) da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), embora a discussão envolvendo esse tema tenha ocorrido há muitos anos entre educadores que questionavam o rumo extremamente pragmático e mercadológico que o Sistema Nacional Brasileiro estava tomando.

Aparentemente paradoxal, com ideias de levar mais autonomia ao estudante, bem como flexibilizar o currículo escolar, a exigência para novos postos de trabalho, mais rentáveis, inclui cada vez mais escolarizações, ao passo que um grande contingente de jovens que não conseguem se profissionalizar abarcam subempregos no Brasil, em postos domáveis, obedientes e subservientes.

Segundo a Base Nacional Curricular Comum (Brasil, 2018b), já com alterações através da Lei n.º 13.415/2017, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), houve a proposta de alteração no Ensino Médio a partir de 2018, com uma maior

flexibilização no currículo escolar do aluno. A obrigatoriedade da lei seria para a implantação em 2022, considerando a pandemia de COVID-19 que atrasou esse processo em 2020. Na mudança, o jovem poderia escolher qual frente de estudo/bases teria interesse, com um aumento na carga horária tanto diária quanto ao longo dos três anos do Ensino Médio, que preencheria até 3.000 horas. Em relação às escolas integrais do ensino público, tal mudança representa uma diminuição, já que nestas escolas a carga horária anual era de 1.200 horas, com o total de 3.600 horas no curso todo. Nas escolas regulares, há um aumento de carga horária, de 800 para 1000 horas anuais e de 2.400 horas para 3.000 horas de carga horária total do curso¹⁹. Somente as disciplinas de português e matemática seriam obrigatórias, porém foi excluído o aprofundamento das outras matérias, como filosofia, sociologia, ciências sociais, biologia, física e química, entre outras do currículo do aluno, dependendo da escolha para a frente de estudo. A BNCC nos conta que o aluno terá à disposição todas as matérias de antes, porém as escolas não são obrigadas a fornecer todos os itinerários aos alunos. Assim, o currículo escolar retira o acesso do aluno ao aprofundamento das bases científicas do conhecimento, e desta forma o jovem fica “qualificado” para o mercado de trabalho somente na frente que escolher (ou na frente que a escola terá disponível), fragmentando suas escolhas profissionais futuras. A mudança também acaba limitando o acesso ao Ensino Superior, bem como ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que fica responsável pela inserção do jovem em algumas universidades.

Segundo o IBGE (2023), tem-se o predomínio da rede pública nos ensinos Fundamental e Médio, atendendo o preceito constitucional de garantia de educação básica gratuita pelo Estado. Entretanto, no Ensino Superior, a situação se inverte (IBGE,

¹⁹ Após vários questionamentos e polêmicas, o Governo Federal, através do MEC, apresentou os resultados de uma consulta pública com vários pontos a serem reformulados para apresentar ao Congresso Nacional, como ideias a serem reformuladas (Brasil, 2023b). Em 2024, o tema já está sendo discutido no poder Legislativo e aguarda detalhes para seguir, de fato, para aprovação do Executivo (Poder 360, 2024).

2023, p. 113). Em 2022, o percentual de estudantes que frequentavam instituições públicas nos ensinos Fundamental e Médio era de 82,5% e 87,1%, respectivamente. Somente no Ensino Superior, a rede privada atendeu a maioria dos estudantes de graduação, ou seja, somente quem pagar o Ensino Superior terá qualificação para rendimentos financeiros melhores.

No município, também situando o IBGE em seu último Censo ao se referir à cidade de Dourados (IBGE, 2024f), em seus dados sobre a educação – acerca do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), referentes aos anos finais do ensino fundamental, que visa trazer um panorama da qualidade da educação pública no Brasil –, descreve que a cidade tem nota 4,3, não atingindo nem a média 6, meta esta do governo federal a ser atingida. O Ideb avalia o desempenho escolar do país, ainda por melhorar seus índices. No Brasil, as notas máximas indicam 8,1 e 7,9, na mesma pesquisa, em algumas excepcionalidades no país (IBGE, 2024f).

Na cidade, referindo-se ao ano de 2022, foram 15.063 alunos(as) matriculados(as) nos últimos anos do Ensino Fundamental e 8.660 no Ensino Médio (Brasil, 2024f).

Pela lei, a escola pode determinar as matérias prioritárias com as respectivas cargas horárias a seguir no Ensino Médio. Porém, a depender do que cada escola define como carga horária básica, com um mínimo de exigência como “mínimo”, “suficiente”, “só-esse-tanto-de-aprendizado-tá-bom”, convém perguntar até que ponto esse jovem pode ser estimulado pelo poder público para ter chance de uma melhor escolha de emprego, bem como estimulado para algumas várias áreas do conhecimento científico ou interesses. É interessante fazermos uma pergunta nessa etapa ao questionarmos se, dessa forma, parece haver uma montagem entre escola pública e formas de regulação mercado-juventude, subsidiando meios para um contingente de mão de obra precária.

Uma proposta conforme a mudança na BNCC diz que a disciplina “projeto de

vida” deve ser incorporada ao currículo do aluno, com a promessa de um diploma técnico ao final, que traria mais habilidade para enfrentar o mercado do trabalho. Mas falar em projeto de vida seria mesmo algo para todos os jovens? Uma disciplina que os incentiva a definir metas de vida, pensar em seu futuro, ser protagonista de seu destino, saber fazer escolhas ou buscar o empreendedorismo, mas que parece não levar em consideração que a juventude que reside na periferia convive com a desigualdade social todos os dias no Brasil.

“Cê sabe, meu parceiro, que eu conheço a minha jornada / Com ideia por ideia eu vou construir a minha escada” (MC Serafis²⁰).

Considerando a proposta quanto ao projeto de vida na BNCC do Ensino Médio, Garcia, Czernisk e Pio (2022, p. 31) pontuam que a valorização do projeto de vida revigora as expectativas de que alunos e alunas sejam responsabilizados pelos seus possíveis fracassos e erros decorrentes, em uma lógica reforçadora neoliberal, individualizada e competitiva que desfoca o assunto da falta ou precariedade de postos de trabalho ou desigualdades sociais; ou seja, uma escola que prioritariamente tem formação específica para o mercado de trabalho, forjando perfis de campeões empreendedores.

Ao observarmos a proposta em que há o aumento da carga horária do Ensino Médio, propondo a escola em período integral, há de se convir pensar se uma formação integral do jovem o habilitaria para o pleno desenvolvimento pessoal e não de forma fragmentada e customizada ao serviço do mercado de trabalho. Fragmentar o saber, longe da presença participativa dos alunos em suas escolhas para o currículo escolar, mesmo considerando a necessidade do mercado de trabalho, também implica uma lógica que restringe os horizontes do jovem que estuda.

Há ainda a proposta do Ensino Médio técnico, ofertado através dos institutos

²⁰ Rima feita na batalha do Centrão em 10/09/2024.

federais, que são vinculados às universidades federais do país, descolados das secretarias estaduais ou municipais de educação, e também oferecem a tecnicidade ao aluno em seus objetivos.

Em sua implantação em 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica reúne alguns institutos federais, Centros Federais de Educação Tecnológica e escolas técnicas, no total de 661 instituições, em cursos técnicos, superiores ou de pós-graduação stricto sensu (Brasil, 2008), o que pode oferecer oportunidades mais específicas para o jovem que já tem uma decisão sobre querer um ensino técnico e não uma universidade (graduação). A vantagem é que metade das vagas é reservada para estudantes de ensino público e com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita.

Dourados conta com um campus do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) que oferece cursos presenciais e de Ensino a Distância (EaD), com 220 conclusões de vários cursos técnicos, inclusive um de especialização (IFMS, 2024).

“Tá ligado, meu parceiro, que eu tô de boa / Mas é que a vida não é feita de giz de cera, então cuidado quando vierem apagar sua lousa” (MC GB King²¹).

Observando os conteúdos do Ensino Médio privado, essa metodologia também sinaliza que as escolas particulares contavam com a carga horária de 3.000 horas há tempos. O jovem de escola particular tem mais aulas e passa mais tempo na escola, parecendo assim postergar a inserção no mercado de trabalho. No ensino público, o aumento de carga horária passou a ser gradual desde 2022 até 2024, quando o aluno pode escolher uma ou mais grades de conhecimento para se aprofundar, desabilitando-o do estudo de outras áreas de conhecimento (e de alguns tipos de emprego). A desigualdade estruturalposta ao jovem de classe baixa, preto(a) ou pardo(a) é maior, ao lembrarmos

²¹ Rima realizada em 10/09/2024 na Batalha do Centrão.

que os índices de desemprego também são maiores nessa população, assim como a porcentagem de abandono escolar. Trata-se de um projeto de extermínio, de apagar a lousa mesmo, que se encontra na própria organização de investimento nas políticas sociais, em uma lógica neoliberal. Vamos observar atualmente nova mudança a ser feita através dos questionamentos pela população e pelos Conselhos de Educação sobre a proposta do Governo Federal sobre o Ensino Médio.

Sueli Carneiro (TV Senado, 2022) pontua que legalmente não há discriminação racial em discursos de miscigenação da população brasileira, porém, em uma espécie de escamoteação dos problemas sociais gerados, a falácia de igualdade racial ainda opera no Brasil ao considerarmos o nível de escolarização e desemprego entre os(as) jovens negros(as).

De forma despretensiosa, durante a pesquisa, como mãe de um adolescente estudante de escola particular, foi interessante observar as matérias dadas nos cursos de história e geografia do 9º ano do Ensino Fundamental (geralmente para os jovens de 14 anos, sem defasagem escolar). O conteúdo dado referia-se a uma forma crítica sobre o genocídio da raça negra no Brasil, a política de cotas raciais nas universidades, sobre os períodos de ditadura do país e sobre a posição colonialista europeia no Brasil a partir de 1500, que dizimou milhões de indígenas brasileiros, estando ainda o Brasil sofrendo as consequências de situar essa população à beira da sociedade. O curioso foi perceber que as propostas escolares eram de instigar o aluno a desenvolver um raciocínio crítico sobre a realidade dada daquela época, sem perder o senso sobre as consequências de desigualdades sociais, intelectuais, econômicas e culturais geradas pela desqualificação de pretos(as), pardos(as) e indígenas no processo de colonização do Brasil, fomentando discussões éticas sobre o respeito a esta população. É importante ressaltar que o Ensino Médio, posterior ao 9º ano, conta com conteúdos que aprofundam essas mesmas

temáticas no eixo das ciências humanas sociais e aplicadas, de acordo com as novas mudanças na BNCC (Brasil, 2018b). Elas foram redimensionadas a partir de 2021, após vários questionamentos e protestos, levando o Ministério da Educação a suspender as mudanças propostas com uma portaria adiando a questão: a Portaria n.º 627, de 4 de abril de 2023 (Brasil, 2023c), que suspende os prazos para a implementação do Novo Ensino Médio, não tendo ainda respostas para esta questão. Obrigatório mesmo eram somente as matérias de português e matemática.

Se pararmos para refletir nessa questão, será que não esbarraríamos no baixo nível de escolaridade atual da população brasileira? Qual o número de jovens que completam o Ensino Fundamental, com acesso a conteúdos sobre ditadura militar e regimes totalitários no Brasil, escravização de pretos(as), pardos(as) e indígenas, governos populistas no século XX, expansão imperialista no século XIX, além de outras matérias que minha curiosidade levou a pesquisar? Observando mais de perto, o currículo para o 9º ano inclui também a história das representações e relações de poder, revoluções, lutas, guerras e sobre a cidadania no mundo contemporâneo, conteúdos também aprofundados no Ensino Médio, caso o aluno “queira” estudar, visto que ele pode somente querer estudar o português para saber ler e a matemática para fazer contas.

Além disso, quais são as referências daquilo que se ensina nos processos de escolarização? Como aprendemos a aprender na escola? O ensino é apoiado em um letramento colonial em toda a base curricular; as referências não são situadas, localizadas; são importadas das formas de produção de conhecimento do norte global. Ou seja, quando vemos as matérias nos currículos atuais postas ao Ensino Básico brasileiro, com modelos ainda europeus da historiografia oficial em que a identidade do povo brasileiro coloca na história, por exemplo, de onde surgiu a primeira civilização da humanidade (de qual humano estamos falando?), ou então sobre a influência do imigrante, em que os estudos

sobre a influência da cultura africana e indígena em anexo no puxadinho da matéria, visto que praticamente estavam inviabilizadas até 2000 (Selva & Paula, 2014, como citado em Buczenko, 2019).

Fomentar apenas reflexões sobre o mercado de trabalho atual, com pouco discernimento na educação sobre ciências políticas, sociais e humanas, com cidadãos inaptos a questionar as condições de desigualdade social no Brasil, provavelmente não acrescentaria para a melhora nos índices de pobreza no país. E uma educação em que o enfoque seja mais o mercado de trabalho, sem questionamentos do jovem sobre sua condição de vida, considerando o histórico desigual do Brasil com a maior lucratividade da população com renda per capita maior, em um país com ideais neoliberalistas provavelmente também não.

Aumente o volume pra questionar os números primos / É determinante estar em grupo em nosso domínio / O X da questão? Black união, símbolo de superação / Caderno na mão, sorriso expressão / Sem tensão, sem refém / Nem maior, nem menor ninguém / ... Esquadrão além da razão e da proporção / Raiz quadrada elevada ao enquadro fora do esquadro /... Pega de vez a visão, somar na missão / Subtrair confusão, multiplicar cada ação / dividir caneca e pão, me chame de irmão / Campeão, vida de cão, pra nós não /... Me diz? Pra resolver a questão, quantos param no X? Eu fiz questão de calcular a raiz / 500 anos de opressão e a história se repete / É tanto zero na conta desses 157. (GOG, Fabio Brazza, Renan Inquerito & Orquesta na rua, 2019)

Ainda falando sobre as novas mudanças no novo Ensino Médio, que não abarcam as escolas técnicas dos institutos federais, Ramos e Paranhos (2022, p. 87) apontam que reduzir a carga horária da formação geral e fragmentar o currículo, sob a falácia da flexibilidade, traz o empreendedorismo como um mito, visto que quem realmente

empreende é o capital de forma efetiva, coadunando com ideais neoliberalistas e formadores de desigualdades. E a história se repete.

Ramos (2019) pontua em uma outra obra que as novas mudanças no Ensino Médio parecem capturar a juventude em sua exclusão como forma de subjetividade em seu estado de exceção.

Bernardes e Voigt (2022) relatam que é inevitável recriar o próprio liberalismo que perpassa a política de implementação do currículo escolar. Atualmente, se observarmos que a escola prepara o aluno para o mercado de trabalho e se considerarmos que as próprias relações de trabalho não mais dão estabilidade aos trabalhadores, os critérios do sistema econômico atual não parecem em vias de serem refeitos ou questionados. Assim sendo, a educação parece perder o sentido quando o “sujeito é levado a identificar-se com a figura de um competidor-devorador de novidades, vinculado a uma relação de mercado que promete gozo irrestrito, numa lógica incansável de desempenho” (Bernardes & Voigt, 2022, p. 126). Em um jogo em que as pessoas são mobilizadas a ter sucesso e dinheiro, uma lógica parece surgir, em que somente alguns corpos conseguem melhores empregos, enquanto outros, diante do fracasso, ficam com os postos precarizados, como os(as) de jovens pobres ou pretos(as) e pardos(as) no Brasil.

Luiz Rufino Rodrigues Júnior (2018, p. 78), ao situar-nos sobre os reflexos do colonialismo, relata que se educa para os mais diferentes fins:

A educação como prática emancipatória deve incorporar instâncias de inconformismos, rebeldia e transgressão. Os modos de educação praticados nas bandas de cá não podem estar isentos de uma crítica que revela suas faces coloniais, nem de giros epistemológicos que desmantelam os arranjos alicerçados em estruturas monoracionais.

A educação como possibilidade fica diferente de escolarização proposta pela

escola pública segmentarizada, não somente como um ato de frequentar a escola, mas em uma ação que possibilita caminhos questionadores sobre o “giro” proposto pelo novo Ensino Médio, em que também poderíamos chamar Paulo Freire (2018) para a conversa sobre a educação, quando o pensador nos conta que a educação não é libertadora para o oprimido que sonha em ser o opressor. O opressor que devora, atropelando a liberdade de todos em nome do mercado.

E pesquisando sobre as singularidades da juventude no Brasil, com os dados atuais que apontam a extrema desigualdade social, o caminho para a “liberdade” transborda na luta pela inclusão, reivindicando espaços de corpos invisíveis aos olhos do ideal de país livre, modelo de uma sociedade democrática com justiça e inclusão, como diz a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018b).

“Cabeça de Racista Espalhada na Minha Estante, o que Cêis Querem Ver?

Sangue!!” Racismo, Devir-Negro e Desigualdades Sociais

Nesse ponto da pesquisa, convém observarmos o índice de desigualdade da população jovem preta, parda e indígena, que aparece mais entre os menos assistidos. Como bem diz Mbembe (2014), quando situa o negro como uma categoria produzida pela sociedade moderna, como uma cripta capital, desonrado de várias formas, transformado em mercadoria, diferenciado e enquadrado como “raça”, em uma fictícia projeção ideológica para desviar a atenção para os séculos de genocídio e desqualificação do negro no mundo. Não é somente no Brasil que o índice de desigualdade social de pretos e pardos é sentido, porém um histórico de colonização de nosso país traz algumas pistas de que as circunstâncias postas à população negra ainda são vistas.

Mbembe (2014, p. 18) também pontua que o termo “devir-negro do mundo” traz uma reflexão sobre uma generalização da maneira descartável e solúvel acerca de uma forma com que se lida com o ser humano de origem africana nas sociedades

contemporâneas, como um padrão de vida e não mais como se falava das privações e violências de toda espécie ao se referir à escravização no período colonial.

Em outro ponto da obra, Mbembe relata que o nome “negro” foi inventado com significado de exclusão, embrutecimento e degradação (Mbembe, 2014, p. 19), desonrando e humilhando o negro na ordem da modernidade, transformando-o em associação com mercadoria, coisa, como cripta viva do capital. Porém, o devir-negro no mundo de Mbembe se refere também a uma forma “escravizada”, uma invenção de corpos-objetos, em que raça, cor, gênero, cultura ou condição econômica acabam por levar a exclusão social (tanto em regimes totalitários como o nazismo quanto nas próprias democracias, ao fazerem distinções entre as pessoas). A visão de devir-negro para o autor extrapola a maneira de pensarmos somente o negro em seus séculos de escravização e sequelas sociais ao citar situações como desemprego e imigração, a depender do bairro ou país onde vivem, em circunstâncias de extermínio, preconceito ou exclusão, denunciando um jeito colonial de lidar com seres humanos.

Visto desta forma, raça também é criação, como um elemento de organização social. Lembramos aqui dos 1.953 homens pretos e 5.552 mulheres pretas, além dos 12.424 homens pardos e 11.661 mulheres pardas da população de jovens entre 15 e 29 anos da cidade, citados anteriormente (IBGE, 2024c).

Tentando compreender as peculiaridades acerca da população jovem, como, por exemplo, em relação ao conflito com a lei ou o mercado de trabalho e educação, foi percebido que há uma maior desigualdade de jovens pretos(as), pardos(as) e indígenas daqueles que nas pesquisas são classificados pelo sexo masculino de classes mais baixas, levando-nos a questionar: os conceitos estão sendo usados por igual para todos ou, na prática, vão depender da renda, raça, etnia ou gênero? Estamos falando dos mesmos corpos se perguntarmos dados sobre jovens de maior poder aquisitivo e brancos?

Almeida (2018, p. 145), ao se referir a classe ou raça para se falar em discriminação, acrescenta:

A divisão de classes, a divisão de grupos no interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam as contradições que formam a sociabilidade capitalista, tem o racismo como veículo importantíssimo. E negar isso é simplesmente não compreender o capitalismo enquanto forma de sociabilidade.

Sendo assim, no Brasil, ao considerarmos nosso histórico colonialista, traz registros de marginalização tanto por raça quanto por classe econômica, citando a constituição de nossa sociedade que ainda esbarra na desigualdade social.

Ressalta-se nesse ponto o uso da hegemonia branca e europeia em nosso país como ideal a ser visibilizado, também responsabilizando a branquitude como geradora de normatizações ao longo dos nossos séculos. Raça seria só o outro, pardo, preto ou indígena?

Cida Bento (2022, p. 120), cita sobre o pacto narcísico acerca de uma “herança branca”, com marcas da apropriação de bens materiais e imateriais, feitas por colonizadores, descendentes de escravocratas. Em mérito de serem chamados de vencedores, escolhidos para “comandar”, subalterizando e culpabilizando a população negra, os “herdeiros” mantinham a condição de subalternidade política, econômica, educacional e social da população negra, inclusive citando que suas ações protegiam o Estado. E desta forma, os brancos não se reconheciam como responsáveis pelas desigualdades sociais no país.

O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) estabelece um conjunto de princípios (Brasil, 2012) que organizam ações públicas da juventude em conflito com a lei, porém, que seguem o ECA; ou seja, ainda enquanto adolescentes até

os 18 anos (ou com exceções, até os 21 anos, em critérios estabelecidos pelo ECA).

Segundo o levantamento do SINASE, em dados divulgados referentes ao primeiro semestre de 2023 (Brasil, 2023d), em relação a adolescentes em restrição de liberdade no Brasil, 63% deles são autodeclarados como pretos/pardos, correspondendo a 7.540 adolescentes, e nove entre 10 são do gênero masculino. Os brancos são 2.633 (22,3%); amarelos, oito (0,1%); indígenas, 53 (0,4%); e 1 quilombola.

Em outro dado, acerca do critério socioeconômico, o SINASE (Brasil, 2023d) informa que a renda de 63,4% das famílias dos adolescentes/jovens em restrição e privação de liberdade possuem renda mensal de até um salário mínimo, ao se referir a Mato Grosso do Sul.

Considerando que o levantamento é somente por estados do Brasil e não por municípios, a informação é de que Mato Grosso do Sul, referente ao ano de 2023, possui 164 jovens, com 74% de pardos e pretos, 13,4% indígenas e 12,2% brancos; entre estes, 160 eram do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Em uma porcentagem esmagadora, o perfil socioeconômico das famílias desses jovens era de até um salário mínimo por mês.

Em uma pesquisa no e-mail do CREAS, onde trabalho, há a informação mensal sobre a quantidade de adolescentes e jovens em meio fechado no município, informação enviada pela UNEI (Unidade Educacional de Internação). Pelas sugestões do regulamento do SINASE, as medidas em meio aberto, feitas pelo CREAS, e a medida em meio fechado, feita pela UNEI, devem se articular, para melhor atender a população. Olhando a tabela mês a mês, de janeiro a dezembro de 2023, a UNEI masculina recebeu entre 32 e 40 internos na cidade, também considerando alguns internos de outros municípios em transferência. A UNEI feminina da cidade foi fechada por possuir poucas adolescentes/jovens, e quando há a necessidade, a Vara da Infância envia a adolescente ou jovem para a UNEI de Campo Grande.

As questões envolvendo conflitos com a lei a partir dos 18 anos ficam sob a responsabilidade das Varas Criminais, e convém outro tensionamento: tendo em vista que os(as) pretos(as) e os(as) pardos(as) de classe mais baixa sofrem mais com violência e desemprego, mesmo sendo “assistidos” – teoricamente – pelo Estatuto da Juventude, pode-se dizer que a proteção ao jovem acabou?

As medidas socioeducativas em meio aberto, que ficam sob a responsabilidade dos programas da política municipal pelo SUAS, através do CREAS, contabilizaram 117.207 jovens até os 18 anos em 2017 que cumpriram medida socioeducativa de liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade no Brasil (Brasil, 2018a). O documento também acrescenta que o perfil é de 88% do gênero masculino e com recorte por idade, porém não há dados por raça ou renda familiar, por exemplo.

A Vigilância Socioassistencial, que organiza o Censo SUAS no Brasil (Brasil, 2023e), informa que o total de adolescentes/jovens em medida socioeducativa em meio aberto em 2023 foi de 31.682 no país, ainda não explicitando informes sobre raça, cor, gênero ou qualquer outra peculiaridade. Na cidade de Dourados foram 122 adolescentes ou jovens que cumpriram apenas medida de liberdade assistida ou prestação de serviço à comunidade em 2023.

Indo ainda mais longe em nossa inquietação, percebemos a diferença na lei para o jovem até os 18 anos, a citar a implicação do uso do ECA no que compete aos direitos e deveres, mais especificamente quando o adolescente comete ato infracional, em comparação de quando ele completa 18 anos. O que antes era “cuidado”, “remanejado”, “normatizado”, “reeducado”, ao iniciar os 18 anos e ser regido pelo Código Civil junto ao Código Criminal, desloca-se o viés de produção de sujeitos perigosos nas políticas de proteção. O(a) jovem pobre, preto(a), pardo(a) ou indígena e com menor escolaridade é entregue à sorte em ações estatais diluídas nas diversas instâncias, e o discurso de

inclusão é modificado. O jovem vai para a cadeia se cometer algum delito, e poucas são as ações de inclusão social após sair da prisão. O fato de ele ser jovem tanto faz, é só mais um; mas um dado inquietante a ser problematizado na pesquisa.

Trazendo uma combinação interseccional de reflexão, as leis parecem ser aplicadas diferentemente para pretos e pardos do sexo masculino, pobres e com baixa escolaridade, pois, dependendo desses fatores, se ele cometer um ato infracional, o número é maior em medida de meio fechado na população negra, parda e de classe mais baixa, como se a ameaça social fosseposta e as vidas dignas de serem remanejadas e institucionalizadas fossem diferentes.

Nesse ponto, questiona-se sobre o uso dos conceitos para subsidiar ações em prol da infância e juventude, ao observar as peculiaridades do que acontece na prática.

Scisleski et al. (2012) ressaltam o desmembramento de tecnologias de governo sobre a população de jovens em conflito com a lei. Afirmam que, ao mesmo tempo que o ECA opera como uma garantia de direitos, também se articula com ações punitivas através de medidas socioeducativas, e, desta forma, o próprio ECA aplica a punição legitimada (Scisleski et al. 2012, p. 31) – e, no exemplo citado, à população juvenil negra, parda, indígena e mais pobre.

Sobretudo tentando ainda pontuar o conceito de adolescência-juventude em nosso interesse na juventude brasileira, deparamo-nos com o significado dessa idade para as comunidades tradicionais indígenas, em que essa fase nem existe ou então só aparece quando se tem um ritual ancestral – diferente para homens ou mulheres – em que são batizados por anciãos para a vida adulta aos 12 ou 13 anos... Quando ocorre a menstruação na menina e quando o menino tem estatura e produção de esperma, já podem casar ou trabalhar, em um processo de autorreconhecimento individual e social como adultos, segundo dizem muitos na comunidade indígena.

E essa é uma história que dá muita confusão, pois a lei brasileira “esquece” de validar as diferenças culturais dos costumes étnicos em processos de Varas de Família ou da Infância e Adolescência, pois o(a) jovem indígena, tendo um entendimento diferente sobre estudo, trabalho, família etc., segue os mesmos preceitos de adolescentes brancos(as), pretos(as) ou pardos(as). A Constituição Federal, em seu artigo 231 (Brasil, 1988), versa sobre os direitos fundamentais à identidade/diversidade da população, mas são comuns mandados de busca e apreensão a jovens indígenas. Ao querer constituir família aos 14 anos com um jovem indígena de 18 anos, uma jovem pode ir para uma instituição de acolhimento, ao passo que seu esposo sofre um processo judicial por estupro e vai para a cadeia.

A peculiaridade de nossa juventude-indígena indica que ela se identifica como indígena por direito, de pertencimento étnico, através de vários documentos regulatórios. O indígena é indígena se ele quiser ou não, decidido junto à comunidade indígena, trazendo questões subjetivas culturais ao jovem indígena que tem uma maneira de compreender essa fase (Sordi, 2018).

Aqui também se questiona se para ser indígena ele tem de ter um papel que regulamenta, que aceita que ele é indígena, que normaliza sua diferença, e em uma banalização jurídica de sua identidade, uma manobra desqualificadora aparece. Entre resoluções e revogações envolvendo Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e Supremo Tribunal Federal (STF) para se determinar quem tem direito de se declarar indígena ou não, atualmente a lei encontrou avanços baseados na própria Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2023). Uma sociedade desigual, com modos de regulação da branquitude, nos conta que a hegemonia é ser branco e europeu, com consensos ideológicos, trazem um modelo do ideal normativo do que observamos na história colonialista de nosso país (Almeida, 2018).

Outro detalhe importante ao pesquisarmos dados sobre a juventude indígena no IBGE, através do Censo populacional de 2022, foi que indígenas “viraram” categoria somente em 1990, invisibilizando o aparecimento dessa população antes desta data, uma vez que o governo da época alegou não haver necessidade de abordar questões raciais (Nicoceli, 2024).

Só no Beat das batalhas: Juventude, Leis da Desassistência e Violência

Cê sabe né, meu mano, que nós é de quebrada / Se nós anda nas viela, muito mal flagrada, é difícil andar sozinho / O crime te espera na esquina bem do lado, e é bem difícil você entrar e é difícil você sair, você quer um revólver ou um quadrado?

—MC Superchock²², 14/07/2024

E o beat é nervoso pros brabos. Chega aí.

A inserção do termo juventude no mundo atual foi situada em um passado de vários momentos. Ariès (1981) pontuou que ele foi criado na modernidade como fase distinta da infância e da vida adulta, ao passo que na Idade Média o mundo infantil não era separado do universo adulto, sendo a escola, a escolarização, um fator importante nessa construção.

Ressalta-se o estudo dito universal sobre a juventude, descrevendo a infância e a juventude como um modelo de sociedade na Europa, como uma referência para a ciência, não se referindo a outras sociedades. Ariès ainda descreve que a escolarização teve um papel importante no aparecimento desse conceito a partir do século XVII.

No contexto brasileiro, o Código Penal Republicano de 1890 (Brasil, 1890)

²² Rima feita na Batalha dos Ipês. O Superchock foi criado no bairro Canaã I e se mudou com afamília há alguns anos – através do programa Minha Casa, Minha Vida – para o bairro Roma II, do outro lado extremo da cidade. Também é participante do Centro de Integração do Adolescente (CEIA) “Dom Alberto”, no Cachoeirinha, ONG que desenvolve oficinas para crianças e adolescentes em situação de pobreza ou vulnerabilidade. Fica doido por uma lata de tinta na mão e tem feito ensaios de grafite na cidade (alguns não autorizados). Há uma discussão sobre transitar na cidade através da pichação na página 104.

pontuou a lei sobre a questão da imputabilidade penal como sendo aos nove anos, e após 1921, a partir dos quatorze anos. Aqui se destaca a inserção de crianças e adolescentes em códigos criminais, associando pobreza, situação de rua, uso de drogas e contextos de desigualdade social a leis punitivas aos menores de 14 anos, e as internações psiquiátricas eram frequentes (Silva et al. 2008). Uma compreensão de doença mental equalizava crianças, adolescentes e jovens até os 21 anos a desvios comportamentais de quem estava na rua, em contexto de desigualdade social, em situações associadas à pobreza, que era a população negra e parda – após a abolição – e as classes mais pobres, além da população indígena. E desta forma, a discussão envolvendo racismo estrutural fica mais coerente do que discutirmos doença mental. Naquela época, tudo era colocado no mesmo parâmetro, e corpos fora do ideal republicano branco de sociedade almejada europeia, que estavam perambulando pelas cidades no começo da república brasileira, eram presos em instituições psiquiátricas, ditas corretivas, por motivos como vadiagem, injustificáveis para um parâmetro de saúde mental.

Se observarmos o contexto da Lei Áurea (1888), com a qual o africano brasileiro se tornava livre “enfim” (tá de brincadeira? Que fita loka!), dois anos depois surge o Código Penal no Brasil Republicano, instituindo o destino de pretos(as) e pardos(as), atirados à própria sorte, independentemente da idade, surgindo assim o mito do africano livre no país. Nascimento (2016, p. 80) nos pontua que um assassinato em massa surgiu, mantendo o horror da escravização no Brasil, eximindo qualquer gesto de solidariedade ou de justiça social à população negra que tomava as ruas da sociedade brasileira.

Em um movimento de libertar os escravos naquela época, a sociedade dominante e autoridades governamentais pareceram querer integrar o negro teoricamente com a lei da abolição, porém, segundo Nascimento (2016, p. 81), posteriormente surge outro problema a ser resolvido, visto que o branco precisava ser protegido diante da ameaça do

sangue negro – dito inferior – que ia querer participar dos negócios da nação. Destacam-se também a Lei do Vento Livre, em 1871; a Lei da Vadiagem, em 1890; e a Lei dos Sexagenários, de 1885, em que o genocídio parecia declarado, já que a população negra no Brasil ficava desvalorizada, pois não tinha qualificação ou terras para o mercado de trabalho. Além disso, quais garantias tinham as crianças negras filhas de mães escravizadas ou seus idosos sem qualidade de vida? As leis pré-abolicionistas (não seriam leis de sangue?) eram rígidas com os escravos brasileiros (e parece que também as pós-abolicionistas): senhores de escravos recebiam indenização ao libertar seus escravos ou podiam obrigar idosos escravos a trabalhar por mais três anos para compensar sua abolição. Escravizados não tinham garantia de dignidade alguma: apenas os sonhos no meio das intensidades sociais.

Também acrescentando sobre o processo político que envolve o racismo em nosso país, a inspiração nas discussões de Morrison (2019) nos traz que para não se negar como ser humano, em uma tentativa de tornar o negro um outro, cria-se uma raça longe de se tornar humana, ao mesmo tempo em que o colonizador romantiza a escravização, em um trabalho da humanidade de se confirmar cometendo atos desumanos.

O fenômeno diferente de projeção, visto na psicologia, é chamado por Toni Morrison (2019, p. 14) de “outremização”, no qual há uma tentativa de convencimento, em uma ação psicológica de que é natural discriminá-lo, agir com diferenciação com o outro, como se ele fosse um estrangeiro, em uma tentativa desesperada de confirmar a si mesmo como “normal”. O projetivo se exime de sua crueldade, insatisfação etc. Na outremização, a pessoa “precisa”, usa sua crueldade, seu sadismo, para ser diferenciada do estrangeiro e, desta forma, se sentir humana, diferenciada, valorizada e idealizada.

Em uma estratégia metodológica, a autora reflete que raça, classe social ou gênero têm sido usados em situações de necessidade de controle, em circunstâncias relacionadas

ao poder. Morrison (2019) pontua que a outremização envolveu o risco de quem a pratica – ao sentir empatia com o outro – se tornar também um estrangeiro. O praticante, assim, justifica seu desprezo e sadismo com a população negra escravizada aos milhões durante a colonização, por exemplo.

Em discursos preconceituosos, a outremização estabelece o estrangeiro, o outro, que justifica como algo natural vermos jovens pretos(as), pardos(as), pobres e indígenas procurarem em maior número as políticas de assistência social ou então fazerem parte da grande massa que reside em instituições presidiárias ou socioeducativas. Os discursos da branquitude performática precisam outremizar o outro para existir, e a observação de como se naturalizam acontecimentos quanto a raça e classe social também faz parte desta pesquisa sobre a juventude.

E nessa história, não nos esqueçamos dos indígenas no país, em transformações ao longo de cinco séculos de expropriação de terras, com a colonialidade estendida através da tutela, além da perversão de serem transformados em escravizados legais através dos bandeirantes, com as faláciais que justificavam sua escravização ou formas análogas à coerção (Dornelles, 2018).

Ainda pontuando sobre o século XIX e suas intervenções com a infância e a juventude, também se estendendo ao século XX, foi chocante perceber que a juventude foi tomado forma pela política através de uma certa juventude que é tributária de uma política de segurança, nas brechas do que a lei impunha. A emergência de um aparecimento de crianças e adolescentes associados à inexistência do acesso a direitos variados acabava mostrando que internar, prender e punir era preciso, em ações que diagnosticavam crianças e adolescentes em vivência de rua ou em atos infracionais como perigosos.

A realidade foi que crianças e adolescentes foram incluídos nas políticas públicas

no Brasil a partir da infração e da criminalidade, logo de começo, através das estratégias em código penal, inclusive para alguns tipos de corpos – aqueles de classe social baixa, majoritariamente pretos e pardos. Um projeto de exclusão tomou forma após a Lei da Abolição visto que quem perambulava pelas ruas (em sua maioria famílias em situação de vulnerabilidade social), eram pessoas pretas e pardas.

Vários são os registros encontrados sobre a situação dos ditos “menores de idade” – também os situando como “incapazes” – no Código Penal de 1890 do Brasil, que, ao versar sobre a responsabilidade penal, relata que “não são criminosos, os menores” de nove anos (Brasil, 1890). No artigo 27, fala sobre “os maiores de 9 anos e menores de 14 anos que obrarem sem discernimento”, também situando termos como “delinquente” ou “criminoso” em outros artigos do Código. Relata também que “quando o delinquente for maior de 14 anos e menor de 17 anos, o juiz lhes aplicará as penas de cumplicidade”, ficando o “criminoso” sujeito ao critério que o juiz unicamente decidir (qualé?), sem qualquer direito da criança ou adolescente (Brasil, 1890). Inclusive, não há uso dos termos “criança”, “jovem” ou “adolescente”.

Associando crime e delinquência, as ações para essas fases pareciam ser destinadas apenas quando se havia crime, delito, vivência de rua – que também era proibida – ou qualquer contravenção penal. Protegia-se quando se chamava a polícia e prendia. Delinquente-incapaz-criminoso-menor, tudo junto, desse jeito; será que resumiria, até para facilitar? Ou então delinquente-incapaz-menor-pobre-criminoso-preto-pardo-indígena-nas-ruas-abandonado? E mais para frente, em 1927, ainda vai ser o “irregular”.

O Código Penal de 1890 foi revogado em 1940, citando que, aos “menores de 18 anos, há legislação especial” para as condições de inimputabilidade penal, também explicando que em 1927 o Código de Menores aparece (e qual foi mesmo a grande

mudança na Lei? Regulamentar a “escola de reforma para o abandonado” e “escola de preservação para os delinquentes”? Então nenhuma mudança, pois continuou atuando em políticas de correção e punição com os menores de idade!! Zuado!). Revogação em cima de revogação, o Código de 1940 é revogado pelo de 1984 (Brasil, 1984), sem tanta contribuição para as melhorias da condição de nosso(a) jovem, bem como das crianças.

E não daria nem para falarmos em um apagamento de corpos de jovens ou crianças, visto que eles sequer foram situados. Foram corpos que saíram da escravidão ou da condição de pobreza para a penalização logo em seguida, em um jogo de captura que sai da condição desumana e desassistida para entrar em um regime republicano de penalidades de corpos pretos, pardos, indígenas e mais pobres. A forma colonial de desenvolvimento da República imperou. A política até então apenas reforçou o caráter punitivo das ações destinadas a esse público. Não cita criança, adolescente ou jovem: ou é “menor” inimputável, criminoso ou delinquente, ou é “agente de crime” ou “condenado”. O termo “pessoa” só é usado ao se referir à vítima do crime (Brasil, 1984). Dá a impressão de que só é considerada “pessoa” se não cometer crime, não importando a idade. Antes de ser uma criança, adolescente ou jovem, já se era um criminoso. Eram códigos da República ou dos Republicanos, ao considerar a minoria que governava?

A ideia de purificar essa população, especialmente os mais pobres, para não promover o atraso de um país republicano que se iniciava, continuava, e o caráter superlativo de internações nesses tipos de programa com a infância e a adolescência pobre ainda continuou (Soares, 2017), não distinguindo os adultos de crianças e adolescentes como é hoje no ECA.

Seria muito interessante refletir de uma forma interseccional sobre o aparecimento de uma fissura, expondo uma conexão entre racismo, pobreza e juventude nas leis antigas brasileiras, em um projeto de exclusão social. Até então a pesquisa era com a

juventude... ninguém falou em juventude de classes sociais diferentes, que a maneira de lidar com o jovem dependeria da renda, cor, classe ou qualquer outra condicionalidade com relação a estratégias políticas de acesso... O perfil “irregular” estava dado: não era a criança ou jovem. Não era qualquer um. Mas não era com qualquer criança, tampouco em qualquer região da cidade, que acontecia a abordagem policial. As batalhas aqui estão rendendo e tem muito ainda por vir. Nós aqui de novo. “Relatos”: presente!

Em 1993, surge a Lei Orgânica da Assistência Social (Brasil, 1993), precedida pela Constituição Federal de 1988 como um marcador da geração de garantia de direitos – tardiamente, por sinal. O que anteriormente foi feito na década de 1940 pela Lei Brasileira da Assistência (LBA), em associação de caridade e primeiro-damismo no governo de Getúlio Vargas, passa a ser categorizado como política pública da assistência social, gerida por equipamentos públicos e legislações que posteriormente ficaram sob a responsabilidade do SUAS.

Irene Rizzini (2008), ao trazer um aparato histórico de pesquisa, também acrescenta que, diante das mudanças no mundo envolvendo a era capitalista industrial do século XIX, o dito “menor de idade”, em seu conceito no Ocidente, era praticamente inexistente, saindo então de um interesse de ações privativas da família e da igreja para passar a uma competência da administração do Estado. Importante destacar aqui as teorias de fundamentação científica do século, em que o Brasil se vê essencialmente colonizado e escravocrata, mobilizado também por ideais europeus de buscar uma “missão saneadora e civilizadora”, que tentava sair de uma imagem que salvasse do “atraso, da ignorância e da barbárie para transformá-lo numa nação civilizada” (Rizzini, 2008, p. 8). Em um país que almejava grandes ideais, parecia difícil encarar as sequelas sociais da abolição da escravatura, além de precisar lidar com as responsabilidades relacionadas à Proclamação da República, com todo o saqueamento histórico sofrido

como ex-colônia de Portugal.

Sendo uma psicóloga e trabalhadora do SUAS, deparei-me com um número alto de jovens em medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviço à comunidade com perfil socioeconômico baixo e de cor/raça preta ou parda em comparação ao número de jovens brancos e de classe mais favorável economicamente. O SUAS traz em seu escopo o trabalho técnico multiprofissional como uma das funções em programas como o CREAS, para acompanhar medidas socioeducativas em meio aberto, elaborando planos individuais de atendimento (PIAs) – ferramenta utilizada pelo SINASE como proposta de ressocialização para o adolescente em medida socioeducativa após ter cometido um ato infracional – que trazem relações discursivas normatizantes sobre a juventude.

Na prática, o que se vê é que adolescentes/jovens com renda per capita maior também cometem atos infracionais, porém, ao contar com advogados particulares, a remissão diante do ato infracional, com uma aplicação de medida socioeducativa mais branda (a advertência), é constante; ou então uma medida de proteção como a inserção em programa de qualificação ou em psicoterapia. Uma diretriz da política de atendimento como a medida socioeducativa – que vem para responder a uma iniquidade social e acaba por potencializar as marcas das desigualdades, ao se apoiar justamente na ideia de quais corpos devem ser protegidos e quais se protegem – traz um parâmetro neoliberal reforçador que mais exclui do que inclui socialmente. Silva e Bicalho (2022, p. 2019) relatam ainda que o Estado, dessa forma, traz mais instrumentos para o acúmulo de riquezas privadas para poucos, com a marcação da questão sócio-histórica observada no Brasil.

E eu vou cantar superação / Pros menor que vem da onde eu vim, dá um breque
que o crime é ilusão / Você é maloqueiro e cê sabe onde é o fim... / Tô de peão pelo

Cachu²³, vou ligar pro Degê... / Não acredito em jura, eu já recusei o fura, minha voz que é meu canhão, tipo água no deserto / Eu vou fazer chover pra molecadinha daqui poder se inspirar... / E é difícil se ver / mas eu fiz acontecer / E se tu vem de onde eu vim, talvez vai me entender / Tudo pra te abalar, nada pra te proteger / E se tudo der errado, a quem vai recorrer? (Menor DDs [part. Degê MC]²⁴, 2024)

Scisleski et al. (2012) trazem um questionamento acerca de uma inversão feita nas políticas de proteção do ECA, visto que, pela justificativa do cuidado, surge uma perspectiva de punição, exclusão e sofrimento, ainda que com o nome de medida socioeducativa. As medidas pretendidas pelo ECA, segundo as autoras (Scisleski et al. 2012, p. 31), constituem um mecanismo privilegiado de exercer um poder de punição ao mesmo tempo em que se normalizam condutas de adolescentes em ato infracional. E ainda questionam sobre o que será que está sendo garantido quando o Estado age em nome da garantia de direitos...

E de novo temos o(a) jovem pobre, preto(a), pardo(a) ou indígena colado(a) na política pública de assistência social por se envolver em ato infracional para ser normatizado e vigiado. E mesmo compreendendo a importância que o ECA teve (e ainda tem) no acesso à garantia de direitos à população, é o(a) menino(a) pobre e, na maioria das vezes, preto(a) ou pardo(a) atendido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que terá sua conduta questionada e vigiada na medida socioeducativa em meio aberto²⁵.

²³ Apelido para se referir ao bairro da Cachoeirinha.

²⁴ Menor DDs e Degê são rappers na cidade e fizeram vários singles de músicas de contestação social, juntos ou separados. A música conta também com a produção de Jean Ribeiro e participação de vários parceiros na filmagem do clipe para o YouTube. Jean ajudou também com a produção do documentário “Do analógico ao digital” e frequentemente atua como jurado nos campeonatos das batalhas de rima da cidade.

²⁵ Nas medidas socioeducativas em meio fechado, as intervenções técnicas ficam sob responsabilidade das ações governamentais dos governos estaduais (Secretaria de Segurança Pública), ao passo que nas medidas em meio aberto, a depender de cada município, fica para os municípios – e, em alguns casos, as medidas de semiliberdade também. Quanto ao último relatório oficial sobre as medidas, ele aponta que quase 60% dos adolescentes são pretos(as) ou pardos(as) de ambos os sexos no levantamento dos dados sobre a semiliberdade e internação (Brasil, 2018a, p. 24).

Em se tratando de buscar dados sobre a população jovem no Brasil, tem-se os dados de que são os adolescentes (15 a 19 anos), independente do sexo, as vítimas mais frequentes de homicídio por qualquer causa entre as faixas etárias analisadas durante os anos de 2012 e 2022, segundo o IPEA/FBSP (2024), com redução nas taxas em comparação com outros anos. Os dados também falam que houve diminuição da violência letal contra a juventude entre 2017 e 2022 (-33,5%). Na comparação de 2022 com o ano anterior, a taxa de homicídios registrados a cada 100 mil jovens passou de 49,0 para 46,6, indicando redução de 4,9% do sexo masculino. Em relação à violência não letal, homicídios atribuídos a armas de fogo retiram mais tempo de vida que o somatório de acidentes e suicídios em jovens no país.

Quanto à violência não letal, primeiramente ao citar as violências psicológica, física, negligência/abandono ou sexual, tem-se o local da residência como o local de maior incidência dos casos contra adolescentes entre 15 e 19 anos, sendo a violência doméstica superior a institucional, extrafamiliar ou de outros tipos, independente de gênero (IPEA/FBSB, 2024). Nesta pesquisa, não foi exposta a citação por gênero em separado.

Entretanto, ao se falar de gênero nas faixas de idade citadas, entre 2012 e 2022, das violências analisadas, mulheres são 60,1% das vítimas e, portanto, constituem a maioria em violência física (52,0%), psicológica (64,7%) e sexual (86,7%), segundo o IPEA/FBSB (2024, p. 35).

No município de Dourados, a taxa de homicídio estimado por 100.000 habitantes foi de 28,4% (IPEA/FBSP, 2024b, p. 35), estando aproximada da região de fronteira com o Paraguai, assim como o município de Ponta Porã, em que há o predomínio da violência caracterizada por disputas pelo controle do tráfico de drogas na região.

Nesse momento, adotar a interseccionalidade (Collins & Bilge, 2021) como

possibilidade de articulação nos permite indagar sobre como parte de uma população, grupos ou movimentos sociais é aproximada, observando relações sociais de poder como violência, gênero e juventude, por exemplo.

“Vim da batalha de rima, onde as mina tem pouca voz / Se depender da minha, ninguém nunca cala nós / Porque eu sou preta guerreira tipo Anastácia / Cêis não vão me calar nem colocando mordaça” (LaBrysa Oficial²⁶, 2024).

Nesse ponto, a informação interseccional por gênero indica que a mulher-jovem é quem continua sendo a maior vítima da violência. E ao citar o item de raça/cor, é a mulher preta, independente de idade, a quem mais sofre em comparação a mulheres brancas, amarelas ou indígenas (IPEA/FBSB, 2024a, p. 41).

No mesmo documento, expondo os dados da violência, negros(as), a citar pretos(as) e pardos(as), são mais expostos(as) à violência em comparação a não negros, independente de gênero (IPEA/FBSB, 2024a, p. 53).

E aqui são juventudes em estatísticas; juventudes na educação, na assistência, no trabalho; são juventudes-corpos enquadrados por políticas públicas. É uma juventude contada, falada, medida, morta...

“É... Tava Fora Mesmo”: Juventude na Banguela

Se é pra quebrar no meio, agora cê arreda / só num te quebro fácil porque vaso ruim num quebra! / Eu mostro agora mano, que cê vai interpretar, mas igual você, cê sabe, eu sou vaso ruim de quebrar / Mas eu sou de quebrada, por isso entenda, camarada, eu vou fazendo rima, eu vou fazendo estrada.

²⁶ LaBrysa nasceu em Três Lagoas-MS, residia em Mato Grosso desde 2023, poetisa e compositora de rap, trap e funk, residiu em Dourados e Campo Grande por alguns anos, colecionou 310 folhinhas, ganhou várias premiações, com várias composições. Integrou, junto a outros artistas da cidade, o LP VozesLongínquas, em 2024, realizado pelo chamamento público em edital no município, com recurso promovido pela Lei Complementar 195/2022 (2022), “Lei Paulo Gustavo”. O trabalho do videoclipe foi produzido por Miliano, em estúdio independente. Fazia parte do Coletivo Mulheres do Hip-Hop. LaBrysa morreu em janeiro de 2025, após seu desaparecimento por quase 1 semana, encontrada morta na beira do rio Cuiabá, com lesões de violência física (ENFOQUE MS, 2025).

–MC Cebola²⁷, 30/07/2024

Enfim, vamos observar a produção de uma juventude que se aproxima de dados estatísticos que se referem à faixa etária para se basear em políticas públicas nas quais a juventude aparece (ou não aparece por ser silenciada ou por não se considerar as especificidades de formas de viver, forçando para ser uma criança ou um adolescente pronto para ser adulto). O entrelaçamento com as formas de vida praticadas traz algo importante para pensarmos em vida em movimento, em transformação, em criação.

Uma problematização surge ao questionarmos os motivos de uma sociedade querer chamar a juventude na atualidade, investindo em estatísticas, querendo olhar os dados sobre empregos, desempregos etc., quantos estão estudando ou se qualificando, visto que, como foi exposto, os(as) jovens pretos(as), pardos(as), indígenas e de classe econômica mais baixa ficavam de fora.

O que com essas “juventudes” começamos a acompanhar em nosso presente, além desses dados de desigualdade que não são propriamente inéditos em um país historicamente desigual e genocida com certos grupos sociais? O que o acontecimento de querer saber sobre o jovem está produzindo em nós sobre os diversos agenciamentos surgidos? O que movimentou essa curiosidade na sociedade contemporânea? E quem quer saber? “É, truta: tava fora mesmo”, diríamos. Até então, a juventude estava fora do jogo, forjada em situações de apagamentos, mas não fora da batalha do dia a dia; se virando na rabeira, se tornando vaso ruim de quebrar e fazendo estrada.

Não desconsiderando toda o histórico colonial do Brasil com apagamentos culturais e parâmetros hegemônicos a seguir em seus parâmetros sociais, uma questão parece ter sido acrescentada significativamente no que se refere a produção de subjetividades também no mundo. O manejo do *homo economicus* neoliberalista a partir do século XX, com

²⁷ Rima feita na Batalha do Centrão. MC Cebola é organizador da Batalha dos Ipês e participante das batalhas da cidade.

normatizações de uma sociedade que se quer embranquecida toma forma com valores ocidentalizados: antropocentrismo, individualismo, empreendedorismo em uma racionalidade que equaliza a vida ao capital,

Seguindo os rastros da juventude como acontecimento, seu chamamento e passa a ser visado ao longo das décadas no Brasil, ao passo que as questões da desigualdade social também caminham até os dias atuais. Porém, cabe aqui pensar sobre quais jogos levam uma sociedade a prestar atenção em suas “parcelas”, tendo como exemplos performances de infância, juventude, mulheres, idosos, LGBTQIAPN+, indígenas, quilombolas, pretos(as) e pardos(as). Talvez adotar uma posição de manter os sentidos aguçados seja uma estratégia interessante, em uma crítica genealógica de pesquisa que permite pensar como certos corpos vão assumindo densidade, vão sendo iluminados por estratégias de controle e regulação. O jovem podia até ser visto, porém sua visibilidade adotava uma série de fatores necropolíticos.

Ao considerarmos o cenário brasileiro, vendo períodos anteriores de ditadura militar com estagnação quanto ao acesso da população a políticas públicas eficazes, tem-se a partir da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) alguns marcos normativos sobre a juventude, mais especificamente a população sendo assistida em estratégias que anteriormente tinham caráter punitivo e controlador. E nessa cena convém não esquecer os séculos de escravização no Brasil, com o apagamento de pretos(as), pardos(as) e indígenas, não importando sua idade ou gênero, em uma organização social racista.

Ao se referir ao negro brasileiro, Abdias Nascimento (2016) expõe que sem o escravo a economia do Brasil nunca teria existido, pois foi ele quem plantou, carregou, alimentou e colheu a riqueza do país, para o desfrute da aristocracia branca imperialista e europeia no seu processo de colonização. Somado ao recurso de dissimulação e mentira, o país foi testemunha do colonialismo português (Nascimento, 2016, p. 59), em que negros

sofreram toda a espécie de violência, preconceito e desprezo em suas formas de vivências, interferindo até os dias atuais na maneira como a sociedade brasileira distorceu a realidade da escravização africana no país, em um passado triste e sofrido.

Não se esquecendo de situar a população indígena nesse contexto, Nascimento pontua também sobre a erradicação de um grande número de indígenas na colonização do Brasil (Nascimento, 2016, p. 50), que diminuiu drasticamente sua quantidade, como resultado da violência e genocídios feitos pelas classes dirigentes brancas europeias. Há relatos históricos sobre a escravização indígena em que guerras foram feitas em nome da colonização do Brasil, com extermínios de vários povos e colonização acelerada com o século XIX, justificada pelo clamor territorial (Miki, 2020).

Ainda se referindo à Constituição Brasileira de 1988, também é importante destacar que os movimentos sociais diversos contribuíram para a legislação nacional atual. Até que a Constituição fosse formulada, muito batuque, bateção de panela e tambor apareceram... e fizeram barulho... As leis da desassistência no Brasil não foram magicamente apagadas.

De passeatas como das revoltas tenentistas de 1920, com os votos de cabresto dos coronéis, até o movimento das Diretas Já em 1984, com as exigências de escolha democrática, percorrendo também a Passeata dos Cem Mil em 1968, com os questionamentos sociais da ditadura militar, jovens foram às ruas protestar ou reivindicar, nem sempre sendo considerados com o nome de “jovens”, mas genericamente de manifestantes, ou seja, nomes, movimentos de corpos e localizações compondo juventudes. Jovens povoando a cidade com suas contestações, opiniões, reivindicações, têm muito a nos contar sobre corpos que contestam em alianças.

Almeida (2018, p. 30) pontuou sobre a contribuição dos movimentos negros no Brasil para a mudança, mas se vermos toda a mobilização social sobre infância, juventude,

mulheres, indígenas, pessoas com deficiência, idosos ou população LGBTQIAPN+ envolvendo reivindicações acerca de direitos, são passos importantes ao longo de todo o histórico do Brasil.

Ainda teve também o movimento dos Caras-Pintadas²⁸ em 1992, com estudantes do Brasil todo que levaram para as ruas um pedido de impeachment presidencial, além do movimento do Passe Livre²⁹ em 2013, que trouxe um fuzuê para as ruas – que não era pra Carnaval – e além delas, na internet. Juventudes denunciando o aumento abusivo de passagens de ônibus nas várias cidades do país, além de várias outras demandas, junto de outros movimentos sociais que pediam a queda da então presidenta da República, não pareciam querer situar a linguagem carnavalesca na festa tradicional do país. Há quem diga ainda que o Estatuto da Juventude em 2013, depois de nove anos transitando no Congresso Nacional, foi pura pressão. Mas o Sistema Nacional da Juventude – com a responsabilidade de fiscalizar e fomentar ações públicas, em complemento às objetivadas pelo ECA, com a participação dos jovens e Conselho Nacional da Juventude, somado ao poder público – veio na marra. O dia Internacional da Juventude, em 12 de agosto, foi celebrado em uma resolução da ONU em 1999, com um compromisso pela juventude assumido por vários países do mundo.

Retomando os aspectos da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) como um marco na luta e na reivindicação por direitos no Brasil, percebemos que são usados os

²⁸ O movimento Caras-Pintadas foi destacado pelo valor de sua controvérsia, ao citar a organização social que mobilizou em torno de 800 mil estudantes do Ensino Médio e universitários em várias cidades do país, além de várias entidades da sociedade civil e partidos políticos, querendo o impeachment presidencial do governo Collor. Os protestos foram em torno de denúncias de um esquema de corrupção, hiperinflação confisco de renda da população, entre outros (Hirano, 2020).

²⁹ O Movimento Passe Livre (MPL) foi definido como autônomo, sem partido político e horizontal. Não dependia de financiamento de partidos, ONGs ou quaisquer outras instituições e buscava discussões sobre tarifa-zero e democratização do acesso ao transporte público. Em 2013, o aumento da passagem de transporte coletivo em São Paulo-SP levou milhares de manifestantes para as ruas, e não só estudantes ou jovens. O ato foi tomado como histórico e emblemático, pois acabou sendo fio condutor de uma onda de protestos nas ruas, junto de outras reivindicações e instituições de vários movimentos sociais, políticos e religiosos em várias cidades do país, que acabaram, inclusive, por se aproximar de demandas contrárias às políticas de Estado (Silva, 2017). Em junho de 2013, o Brasil testemunhou, através de uma mobilização pela internet, uma onda de manifestantes variados clamando por diferentes concepções de direitos, em protestos na rua (Cesop, 2013).

termos “infância, adolescência e velhice” na seção sobre a assistência social e seu caráter assistencialista em medida de proteção (artigo 203). Logo em seguida, a Constituição pontua sobre o “amparo às crianças e adolescentes carentes”.

No texto constitucional, não havia critério específico sobre o jovem até sua versão oficial ser editada, através da Emenda Constitucional n.º 65, de 2010 (Brasil, 2010), com o acréscimo sobre a garantia de direitos e deveres, conforme o Estatuto da Juventude. O referencial normativo sobre a política pública passa a ser usado a partir daí na elaboração das várias propostas à juventude nos âmbitos da saúde, educação e assistência social, para jovens entre 15 e 29 anos, levando tanto o Estado quanto a sociedade como responsáveis por essa população, contrariando legislações culpabilizadoras das condições de pobreza e precariedade social da época.

A partir da Constituição – e não somente dela –, algumas políticas públicas passaram a trabalhar os direitos da população, dando mais responsabilidade ao Estado, e a oportunizar os acessos a educação, saúde, assistência social, previdência, segurança e liberdade a seus cidadãos. Houve a implementação do SUS, a Lei Orgânica de Assistência Social – que culminou no SUAS posteriormente –, Lei das Diretrizes e Bases da Educação, entre outros componentes e conjuntos de direitos e deveres tanto de competência da população civil quanto dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no Brasil.

Ainda acerca da inclusão da juventude na PNAS, ouvindo a recomendação do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS, 2014), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que regulamenta as ações da política pública brasileira nos serviços da assistência social, incluiu a faixa etária de 18 a 29 anos (e também de 30 a 59 anos) no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, serviço este que antes contemplava nessas idades indivíduos no geral e passou a considerar as peculiaridades da

juventude nas propostas executadas.

O Estatuto da Juventude (Brasil, 2013) descreve que os princípios das políticas públicas para a juventude estarão valendo quando citam os adolescentes entre 15 e 18 anos e quando não conflitam com as regras de proteção integral do adolescente pelo ECA. E dos 18 anos em diante, conta que as regras vigentes passam a operar pelo Código Civil Brasileiro.

Categorizado por direitos, bem como o ECA, o Estatuto da Juventude também traz eixos de direitos, como a saúde, educação, profissionalização, trabalho e renda, igualdade e diversidade, cidadania, participação social e política, representação juvenil, cultura, comunicação e liberdade de expressão; direito ao desporto e ao lazer, ao território e à mobilidade, à sustentabilidade ao meio ambiente, à segurança pública e ao acesso à justiça. Além de oficializar o Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE), que responde pelas competências do Plano Nacional da Juventude, o Estatuto da Juventude, em parceria com o Conselho Nacional da Juventude, ECA e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), une propostas também da sociedade civil para elaborar ações para os jovens. Entretanto, o histórico de assumir a responsabilidade por fomentar ações acerca da proteção para essa idade foi longo até a Constituição Federal.

O Plano Nacional de Juventude foi instituído em 2005, com uma proposta de política pública para a juventude, e propõe-se a formular “diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais” (Brasil, 2013).

Na Fresta e na Rabeira: Tem Rinha na Ribanceira? Complicou. O Bagulho É Loko

“E eu tô ligado / Por isso que eu tô rimando / E tô fazendo a todo momento / Eu abro a minha mente, absorvo o conteúdo / Mas também entendo que tenho que ter

discernimento”.

—MC Bagdá³⁰, 10/09/2024

Retomando a questão da pesquisa com a juventude, percebo que a experiência de uma pesquisa também traz uma reflexão importante sobre as implicações ético-políticas de uma análise com base na ontologia do presente, em que há o risco de ser uma pesquisadora que se permita se modificar ao longo do percurso, bagunçar nas rabeiras e cair na ribanceira, para ver sua ciência colonizada se indisciplinar.

O objeto de pesquisa é aquilo que se produz pelo encontro da pesquisadora com um campo; é uma condição de afetação, por isso sempre parcial e que também pode se transformar, dessa maneira, em um jogo de forças que traduz uma juventude com vontade de se mexer, de expandir, de romper com a mesmice, de fugir do tédio para viver. Admitir que se pode produzir novos conhecimentos a partir do que se escreve não é fácil, assim como assumir que os corpos que produzem as pesquisas, fugindo da lógica colonialista da aquisição do conhecimento, também provocam efeitos políticos. Mas se reconhece, assim, que novas relações podem aparecer a partir do universo dinâmico que a pesquisa articulada entre teoria e experiência considera; que tanto a experiência pode ser modificada como a própria teoria (Bernardes, Guareschi & Galeano, 2021).

Dessa forma, quem pode se modificar? A experimentadora-pesquisadora? Ou a juventude – traduzida por decretos, normas, conceitos científicos – que não se reconhece desta forma nas políticas públicas operadas? Estaria não somente a percepção da pesquisadora implicada pela experiência de aproximação com a juventude, mas também a própria juventude se modificando a partir de negociações feitas em nome e a partir dela?

Aliás, não estamos falando da juventude sendo citada por aí como potência de vida? Como uma idade de força e garra para viver? Idade abraçada pelo rap, funk, hip-

³⁰ Rima feita na batalha do Centrão.

hop, em que se permite “poetar” com a pesquisa, trazendo junto o Emicida (2015) cantando “se os outros é de tirar o chapéu, ‘nóis é’ de arrancar a cabeça” ou então “É igual me jogar aos lobos: eu saio de lá vendendo colar de dente e casaco de pele”.

E a juventude pelo Brasil surge com a coragem e ousadia da experiência, a ser reinventada “na força”, sem grudar na mesmice, como uma forma de resistência aos modos de vida postos e estagnados. Destaca-se que Emicida começou a frequentar as batalhas de rima nos anos 2000, e daí veio seu nome de “MC”, destacando-se no cenário do rap e da música popular brasileira.

São questões abarcadas na pesquisa, em que a juventude das batalhas de rima aparece em uma aliança que parece vivenciar uma lógica do bem viver. Através das rimas, em um movimento poético e criativo de leva e traz, um modo diferente de viver traz estratégias de reconhecimento resistente.

Butler (2019, p. 167) relata que a reivindicação corporificada, exercitando sua performance em alianças, traz a potência para continuarmos vivos, reconhecendo que somos vulneráveis, dependentes, passionais e precários. Como forma de se opor à precariedade de nossa existência, pode-se realizar uma performance em silêncio, resistindo por uma reivindicação ou em uma assembleia pública de grupos na rua lutando por vários motivos.

Em sua percepção (Butler, 2019, p. 238), reflete sobre a resistência da aliança que mobiliza novos modos de vida, visto que desta forma, há uma oposição à precariedade em todos nós e assim, fazendo pressão para se conseguir reconhecimento e representar os princípios democráticos da igualdade, também adotando uma postura crítica às condições urgentes de nosso tempo.

Embora o direito de assembleia certamente tenha seus limites, minha impressão é de que esses limites são estabelecidos, ao menos de maneira mínima e parcial, pela

demonstração convincente de que um grupo representa uma ameaça deliberada ao bem-estar de outros que têm o mesmo e legítimo direito de ocupar o espaço público (Butler, 2019, p. 168).

E a juventude povoando as ruas, colocando-me pra conhecer outras formas de viver, nas alianças da batalha da juventude. E já vem um grito: “A cidade é um monstro, mas também tem coração! Isso é batalha do centrão! Isso é batalha do centrão!!!!!! Wou!!! Wou!!!! Wou!! Wou!! Só pra quem tem flow!!!!!”³¹

E cá estou, encarando as batalhas; uma psicóloga, pesquisadora, servidora pública do SUAS, branca, 47 anos, muitas vezes sendo chamada de “tia” ao interagir com o universo juvenil, tendo a juventude povoado minha cabeça, tentando seguir os rastros da juventude em suas singularidades, traçando uma perspectiva crítica das perguntas feitas sobre os jovens que possam vir a produzir formas de subjetivação. Bernardes, Guareschi e Galeano (2021) pontuam que reflexões em pesquisa que trazem uma aposta ético-política incluem implicações com a realidade que as tornam possíveis para um(a) pesquisador(a), em um conjunto heterogêneo de práticas e saberes, assumindo assim uma pesquisa-risco.

Assumir um corpo que pesquisa outro, adotando critérios que não buscam a essencialização em seus efeitos. Quem sou eu a pesquisar com a juventude? Os rastros foram em torno de onde eles passavam, ficavam, insistiam em ficar ou de onde queriam logo sair.

Ao longo do meu trabalho, atendi em consultório vários jovens (que ficavam somente quando a família conseguia pagar a terapia), acompanhei outros nas medidas socioeducativas no SUAS (que queriam logo sair), realizei grupos no SUAS (que passavam, às vezes ficavam ou não), povoando espaços de lugares e não lugares de uma cidade de quase 244.000 habitantes.

³¹ Grito coletivo feito na Batalha do Centrão em 30/07/2024, de autor desconhecido.

Sofia Favero (2020) traz uma reflexão sobre a preocupação com o lugar de quem escreve e afirma que situar o outro, com suas singularidades e sua forma de lidar consigo e com o mundo, sem um olhar parcial traduz uma academia hegemônica. A aposta de que uma aliança ética se faz quando se denuncia, assumindo uma potência de luta política, reconhecendo o lugar de que certos corpos produzem conhecimento, e que isso implica responsabilidades e compromissos. Considerar que toda pesquisa vem de um corpo e que ele adota uma postura dialógica com o campo (Favero, 2020), sem esquecer das repercussões sobre o que ele produz, traz um desafio. E vale ainda lembrar que “dialógico” vem de “diálogo”, de “entre”. O que o campo faz comigo? Como ele me modifica e de que maneira pesquiso a juventude?

Sofia Favero nos interpela a questionarmos nossas próprias perguntas: não é o caso de perguntarmos quem é a juventude, mas o que nos tornamos ao produzirmos certas perguntas sobre a juventude. Quem nos tornamos quando produzimos juventudes?

Vi-me na cena noturna da cidade, convidada a conhecer as batalhas de rima dos jovens nas praças, onde quase toda noite tem movimento da juventude, ou em outros movimentos de hip-hop – em sua maioria nos bairros mais afastados da cidade, de população com renda per capita baixa, de bairros periféricos ao centro.

Foi participando dos movimentos deles – como trabalhadora da assistência social, mobilizada pelos grupos surgidos em oficinas para os jovens, ou como psicóloga clínica em atendimentos particulares – é que fui sendo provocada a rever minhas próprias percepções sobre a juventude. Em outros dias, participando de atividades comemorativas em espaços públicos, perambulando pelas praças da cidade, testemunhei o movimento do hip-hop, tentando conhecer a expressividade deles, sobre o jogo de luta surgido nas batalhas do rap, sobre o improviso que as rimas mobilizam.

Vai, isso daqui é improviso / Num tem nada que eu trouxe decorado / Por isso

mesmo eu deslizo, vou nesse beat, sabe que eu tô embrasado / Olha a função que você desempenha / Então se prepara que a mente é ligeira, tipo uma fogueira, e essa partida é uma lenha. (Miliano³²)

Até então, eu ia pesquisando “sobre” a juventude brasileira, deparando-me com dados estatísticos que apontavam a desigualdade social no Brasil nos diversos campos, incluindo as várias políticas públicas surgidas para os jovens – que mais excluem do que garantem a eles acesso a direitos –, e, como que de repente, me via capturada pelo modo diferente dos coletivos de jovens nas batalhas de rima ocupando as praças, dando visibilidade aos espaços onde de dia iam querer que trabalhassem ou estudassem, em um jogo de dança, rima, alegria e expressividades do hip-hop à noite. A cidade vista como ferramenta de transformação social e também de nós mesmos. E essa partida é uma lenha na pesquisa: “tô dentro, Miliano”.

“Cê veio de longe, mano, seja bem-vindo / Aqui é a praça do Antônio³³ / Só que você sabe que quando nós improvisa, desliza / Freestyle que exorciza os demônios”. (Miliano³⁴)

Nesse ponto, ser colhida pelos dados sobre a juventude coaduna com o encantamento surgido pelos modos de subjetivação na rima pelo improviso, pelas rabeiras do que era previsto em uma rima estudada/planejada (eu dizia cientificamente hegemonizada?), assumindo o encante de uma pesquisa localizada.

Tido como o pioneiro na reflexão da psicologia decolonial, primeiramente levando questionamentos aos psicólogos da América Central e depois ampliando a problematização para as Américas Latina e Central, Martín-Baró (1996) se coloca a questionar, afinal, sobre o papel da psicologia em seu fazer arrogante e inquestionável, coadunando com a

³² Rima feita na batalha do Centrão em 30/07/2024.

³³ Em referência à Praça Central da cidade, a Praça Antônio João, na qual a batalha do Centrão é feita.

³⁴ Rima também feita na Batalha do Centrão em 30/07/2024.

ciência hegemônica e colonialista:

Uma boa maneira de se abordar o exame crítico do papel do psicólogo consiste em voltar às raízes históricas da própria psicologia. Seria necessário reverter o movimento que levou a limitar a análise psicológica à conduta, isto é, ao comportamento enquanto observável, e dirigir de novo o olhar e a preocupação à “caixa preta” da consciência humana. A consciência não é simplesmente o âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos, mas, sobretudo, aquele âmbito onde cada pessoa encontra o impacto refletido de seu ser e de seu fazer na sociedade, onde assume e elabora um saber sobre si mesmo e sobre a realidade que lhe permite ser alguém, ter uma identidade pessoal e social. A consciência é o saber, ou o não saber sobre si mesmo, sobre o próprio mundo e sobre os demais, um saber práxico mais que mental, já que se inscreve na adequação às realidades objetivas de todo comportamento, e só condicionada parcialmente se torna saber reflexivo. (Martín-Baró, 1996, p. 14)

Assumir que eu estava topando encarar a batalha ia exigir um olhar da psicologia que fugisse de uma forma tradicional de lidar com o outro, não me esquecendo da abordagem gestáltica em que eu atuo, que, em sua base epistemológica, traz uma discordância à psicanálise e ao behaviorismo – movimentos comuns na época do seu surgimento – que se propõe a atualizar potencialidades, ao invés de olhar patologias como foco, sintomas ao invés de pessoas como um todo.

Aliás, herdeira das ciências humanas, cheias de propostas de saberes neutros e hegemônicos, que a psicologia então possa negociar, refazendo seus parâmetros em contrapartida; ou então por que não assumir a intoxicação da norma como estratégia de vida, ao entender outras formas de habitar? (Favero, 2020, p. 227)

Mbembe argumenta que se impôs gradualmente uma modalidade de conhecimento

por muitos séculos, em um movimento que governou uma boa parte do saber e do conhecimento modernos (Mbembe, 2021, p. 177). Na ideia de homogeneizar os seres vivos, “tornar o mundo plano”, tendo a álgebra se tornado preponderante nas ciências, o racionalismo tornou-se um referencial normativo para “dar nome” às coisas, trazer uma espécie de regime de verdades. Desta forma, contrariou o modelo adotado na Idade Média, com as referências religiosas sobre os fenômenos variados.

Em uma adolescência de família favorecida economicamente, a única transgressão era conseguir pichar o muro do terreno baldio ao lado de casa, achando que já estava habitando as ruas com meus dizeres de rebeldia. Foi uma tal de “YOUNG BLOOD”, em letras garrafais, escritas em inglês mesmo, com tinta spray vermelha, espalhadas por vários muros. Tomar conta das ruas era espalhar sangue jovem “inglesado” de tinta vermelha por espaços públicos (e, por vezes, privados) e torcer pra ninguém descobrir – ou então ter a mesada confiscada. O problema foi quando fui pichar³⁵ estando com uma tala por conta de um dedo quebrado. Foi tinta vermelha na mão toda e, lógico, um mês sem sorvete, rolês ou compra de revista Bizz.

Na juventude, tive de rever privilégios assumidos de que estudar em escola particular desde a infância trazia uma perspectiva diferente sobre esta fase: privilegiada socialmente em um país que carregava (e que carrega até hoje) uma marca de desigualdade social com os(as) jovens pretos(as), pardos(as) e indígenas, que em sua maioria pertencem às classes mais baixas de renda. Na época do meu Ensino Médio, mais precisamente em 1992, escolas municipais ou estaduais entravam frequentemente em greve por reivindicação salarial do corpo técnico, e era muito comum estudantes terem seu ano letivo atrasado em meses, inclusive sendo chamados posteriormente para repor aulas em sábados ou feriados. Todos os jovens têm o mesmo conforto econômico que eu

³⁵ Sobre o uso dos afetos na cidade através da prática de pichação, uma reflexão ocorre na página 93.

tive? Além disso, na época as escolas particulares de Ensino Médio tinham maior índice de aprovação em provas de vestibulares; além disso, não tive que parar de estudar para trabalhar, como muito jovens no Brasil que desistem da escola.

Então estaria eu, uma adulta psicóloga branca, de “sorte” – já que estudei em escola particular e passei em concurso público –, autorizada a falar sobre os jovens no Brasil? Ao mesmo tempo, então eu teria mais propriedade para falar sobre os que estão “fora” dessa realidade? Sou autorizada então a corrigir erros (não seriam erros meus, ao achar que podia me colocar em uma lógica de norma regularizada, empoderada em um lugar de privilégios?), consertar desvios da juventude que não colaboram para uma hegemonia bem qualificada, patriarcal, empregada, que não pode ficar parada em ideais neoliberalistas na sociedade brasileira, com histórico colonialista? Discursos que costumam ser reproduzidos na sociedade como: “Vão! Mexam-se! Por que vocês estão parados? Olhem, jovens pretos(as), pardos(as), indígenas e da periferia: vocês, que são mais desfavorecidos economicamente, precisam se mexer mais!!!”.

Dar-se conta do efeito político que uma pesquisa traz exige compromisso com o outro, de se negar a fazer da experiência de pesquisar uma forma culpabilizante; de se negar a produzir subjetividades sobre a juventude periférica, em uma combinação de pobreza, raça, classe social e juventude.

Favero (2020, p. 13) novamente contribui para a pesquisa quando pontua que o “entre”, identificando quem escreve em uma escrita posicionada que se desloca para seus encontros, também permite o estranhar-se, buscando pistas para superar a hegemonia causada por uma neutralidade das ciências nos estudos modernos, como se todos os corpos fossem iguais.

Em nosso caso, a psicologia, que pesquisa de uma forma parcial localizando o “eu”, como um campo que se desfaz no “entre”, como um efeito que reconhece as

composições que se fazem, sem essencializar o que se produz. Uma pesquisa na psicologia com compromisso ético, que fuja do individual, mas que se permita o estranhamento; que permita olhar para a sujeira do que produzimos como seres humanos, sem querer moldar, esquadrinhar ou falar do outro a partir somente daquilo que julgamos limpo, belo e perfeito.

Para Favero (2020), a psicologia “suja” propõe pensarmos a “sujeira” como o diferente, as abjeções, sem querer produzir formas de subjetividades nos moldes do que julgamos como ideal, óbvio, sem questionar o outro – em nosso caso, a juventude. Pois que venha a psicologia que dá espaço para o imponderável, para o imprevisível, que abre mão de sua presunção de totalidade e passa a pesquisar não “sobre” a juventude, mas “com” ela, no fervo do ritmo do rap na batalha de rima nas praças da cidade.

E eis que os “mano” Ret e Mãolee também nos acrescentam, no *boombap*. Aumenta o som, DJ!:

Seja bem-vindo ao meu mundo, meu amor / O underground tá vivo, agressivo e sujo / Poetas são rebeldes natos, anjos caídos / Mais marginais que qualquer bandido / Ritmo louco, poesia rude, levada / Chapando o coco, juventude transviada / Quem dá mole vai, mas vivaz não cai / O Estado não é seu pai, Deus não te deve nada. (Ret & Mãolee, 2012)

Em uma tentativa de posicionar também nossas ações na psicologia, que implicam a maneira como agimos, em minha dissertação de mestrado levei uma problematização sobre de que maneira nosso trabalho nos atendimentos no SUAS acabam por atribuir não somente ao psicólogo, mas também ao assistente social no SUAS a responsabilidade de produzir a noção de perigo para a PNAS no país (Dourado, 2017). De que maneira somos levados a identificar os desviantes, os que fogem às normas, que sinalizam riscos e perigo para uma sociedade liberal, ajudando a fomentar padronizações de comportamentos

“adequados”, em estratégias de poder autorizadas pelo Estado?

Sobretudo aparecendo e “arrancando a cabeça”, o jovem surge no Brasil, em uma forma de razão governamental que Foucault (2008) chama de biopolítica, instaurada a partir do século XIX no Ocidente, a serviço da quantificação dos sujeitos, como um investimento na vida e ao capital, e que Mbembe (2016) nos situa como necropolítica nos países com história de colonização: também lembrando que a força e a garra da juventude que podem render (ou devem render?) passa a ser mais visada do que em outras épocas. Entretanto, ao situar o Brasil, o jogo parece ser outro do que a biopolítica – “Filhos de Colombo ou filhos do Quilombo?”, como diria a letra de “Brasil Colônia” (Oriente, 2018).

A garra da juventude que precisa trabalhar aparece, porém, há uma distinção entre as pessoas que devem morrer e outras que devem viver; outras que devem trabalhar e outras que não precisam, sendo o poder soberano do Estado ao mesmo tempo regulador e aniquilador. A desigualdade surge se considerarmos o povo negro, lembrando que nosso país teve consequências do período pós-abolicionista, como a pobreza e condições diferenciadas de acesso para a população de classe baixa. O necropoder opera ao situarmos os índices diferentes de desempregados jovens pretos(as), pardos(as) ou indígenas no Brasil, por exemplo.

Krenak (2019), com seu excelente “Ideias para adiar o fim do mundo”, inquieto com o que a humanidade tem feito para lidar com seus produtos, traz seu pensamento, questionador:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido do viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de cantar, de dançar. E ainda está cheio de pequenas constelações de gente espalhada

pelo mundo que dança, canta, faz chover. (Krenak, 2019, p. 13)

Em um pensamento também acerca do que a colonialidade fez com nossa humanidade, ditando regras para que se entendesse que a civilização tinha um modelo único, desqualificando saberes, o autor convida a humanidade-vaidosa-hegemônica a buscar outras companhias, a fazer uma viagem cósmica (Krenak, 2019, p. 14), em narrativas que buscam a resistência criativa como estratégia para lidar com as questões de nossos tempos.

E se pudermos retomar o conceito de *homo economicus* do neoliberalismo, abordado anteriormente, veremos então que nessa perspectiva somente será *self-made-man* o homem branco em um privilégio da branquitude no Brasil. Não temos como generalizar a biopolítica no Brasil, visto que, por conta do racismo estrutural, em um projeto de genocídio indígena e negro (a citar pretos e pardos), o acesso à modalidade de subjetivação do *homo economicus* como empreendedor de si mesmo nem chega perto da modalidade de empreendedorismo proposto, visto que a sobrevivência opera mais a serviço dos modos de ser nas populações negras e indígenas. A juventude que estuda em escola particular e tem advogado pago, que não precisa trabalhar ao invés de frequentar a escola, tem a “escolha” de somente (grifo meu) estudar, com todas as garantias cumpridas; não “precisa” ser assistida/normatizada pelo ECA, em uma espécie de punição preventiva, em políticas voltadas para a juventude em situação de vulnerabilidade social.

Ao mesmo tempo em que o ECA se constitui como ferramenta de garantia de direitos, é por meio dele que se articulam mecanismos de governo que operam politicamente sobre essa parcela de jovens pobres economicamente desassistidos. Nesse sentido, o ECA não só é fonte de proteção aos adolescentes, tendo em vista que impõe, além das medidas protetivas, as medidas socioeducativas; ou seja, é

também o próprio ECA que aplica a punição legitimada, sob a falácia da reeducação dos adolescentes. (Scisleski et al. 2012, p.31)

Novamente, estamos nos situando melhor sobre perceber que as políticas públicas feitas para a juventude parecem ser acessadas por diferentes corpos, como efeito do racismo estrutural no Brasil. É o(a) preto(a), pardo(a) ou indígena, o(a) jovem de classe econômica baixa, quem mais passa pela Política de Assistência Social e por Conselho Tutelar, Ministério Público, Varas da Infância e Adolescência, Defensoria Pública... sem falar nas agências públicas de emprego, em que as vagas com melhor remuneração são as que exigem melhor qualificação profissional e experiência.

E vemos a juventude aparecer... ouvimos e a sentimos aparecer... As composições entre juventude com as diversas interseccionalidades surgidas, como procedimento de investigação, aparecerem também. Mas qual a garantia em ser um jovem, garantido por lei, em um processo criminal? Qual a garantia em ser um jovem no mercado de trabalho? Dá para pensar que se ele for branco, consegue emprego. Ou então se tiver renda per capita maior, não vai preso; consegue pagar fiança e fica livre, aguardando em liberdade. Ou, como diriam Coimbra e Nascimento (2008, p. 6), a população mais pobre obtém uma medida coercitiva, pois acaba categorizada como perigosa em potencial por contribuir menos ao capitalismo, a não ser que sejam “pobres dignos”, menos suscetíveis ao potencial contaminador da pobreza.

Se paramos para observar as formas de subjetivação a que a juventude está sendo submetida, a depender da renda, percebemos que jovem pobre em conflito com a lei tem de trabalhar desde cedo e já precisa definir qual área vai seguir em algum curso, considerando a mudança no Ensino Médio atual. Enquanto isso, o jovem mais provido financeiramente até precisa definir, mas tem mais tempo, pois o mercado de trabalho estará de portas abertas para ele com um melhor salário e com uma oportunidade melhor,

já que pode se dedicar somente ao estudo. O jovem pobre que não teve estudo suficiente precisa trabalhar logo para sobreviver, mas o adolescente de classe mais alta que ainda não terminou o estudo nem definiu sua área de vestibular pode seguir caminhando sem exigência de ser categorizado como “nem-nem”³⁶? E assim parece que alguns corpos podem ficar parados sem trabalhar, enquanto outros não.

Olhando para a produção de subjetividades da juventude brasileira, trazemos uma analogia para pensarmos nos efeitos da luminosidade, bem como da escuridão, produzida sobre os corpos jovens que estão mais visíveis fora do mercado de trabalho, refletindo sobre o que se ilumina, que se torna claro, mas também sobre a produção de subjetividades dos invisíveis, do escuro, do que não aparece (Scisleski & Hüning, 2016). Sobretudo também se pensa sobre o devir-negro trazido por Mbembe (2014, p. 18), como um marcador social que dá visibilidade também às formas desiguais socialmente.

Tensionando luz e sombra, como se pudéssemos fazer uma tela com uma técnica artística em que aparecem os contrastes, vê-se a juventude colocada como uma moeda de troca sob o olhar da lucratividade, e na pesquisa indago de que forma o quesito econômico transita entre o visível e o invisível do jovem de classe mais baixa, que não “pode” ficar parado e ser “convidado” a contribuir.

³⁶ Jovens que não estudam nem trabalham (FGV Social, 2019).

**3. SEGUNDO ROUND: JUVENTUDE, HIP HOP E ALIANÇAS DAS
BATALHAS DE RIMA NA CIDADE**

É Isso Aí, Truta... O Ritmo da Juventude É o *Freestyle* na Batalha: Esquentando Com os Gladiadores no Hip-Hop de Dourados

“Abra sua mente e absorva o conteúdo, quanto mais você abre, mais abre o meu mundo”.

—MC Suco de Fruta³⁷, 10/09/2024

E chega a encruzilhada com o MC Suco de Fruta recrutando o coletivo na aliança da batalha: quando um abre, o outro também abre... Falamos dele, estudamos sobre ele, e ele sendo ouvido durante toda a pesquisa, não ia dar de outra forma. Ao som do rap, dentro do movimento do hip-hop, com a encruzilhada como potência do encontro. O rap é bom, fala pela juventude, mas ela também está no território, na comunidade, nos cruzamentos dessa vida, nas retomadas indígenas, em caminhos diversos, querendo aparecer. Há também um corpo ali; há também um movimento, há um pé na terra vermelha. E quer chegar logo, chegando mesmo, chutando o pau da barraca, sem medo ou com medo mesmo, de skate, bike ou moto, de carona, sem carteira de motorista mesmo, do jeito que for... E chegou na pesquisa acadêmica com a juventude, com o pé vermelho³⁸ nos espaços da cidade, como modos de subjetividade povoando a cena urbana de Dourados.

Aliás, de carona não! De carona sempre tem o outro da frente ou do lado dirigindo ou conduzindo. O caroneiro tem menos autonomia sobre a direção do caminho. Não seria essa a direção seguida pela juventude-caroneira ao longo dos vários códigos e das legislações da política pública brasileira? De carona no que o universo adulto a

³⁷ Rima feita na batalha do Centrão.

³⁸ Essa história de pé vermelho tem muito pra contar. Como trabalhadora da política de assistência social desde 2003, comecei a atuar no território indígena da cidade em 2021, o qual está inserido na zona rural da cidade, localidade sem asfalto e pouca urbanização. Isso implicou uma atuação com o pé no chão, na terra propriamente dita, e ouvi vários indígenas contando que os pés não ficavam sujos de terra na aldeia, já que pra eles terra era vida. Foi enriquecedor, contribuindo para minha reconstrução de saberes. O filme de Marco Bechis (2008), chamado “Terra Vermelha”, baseado em fatos reais, traz a história da disputa de terras entre fazendeiros e indígenas da Reserva Indígena de Dourados-MS.

direcionou, de carona no “regular” dos outros, de carona no “puxadinho” que a Constituição Federal de 1988 fez para caber o Estatuto da Juventude...

Pra continuar nossa conversa, MC Suco de Fruta chama também o Sabotage. Melhor continuar ouvindo: “Há três tipos de gente: os que imaginam o que acontece, os que não sabem o que acontece e nós, que faz acontecer. Do bolo ao glacê: unidos a gente fica em pé, dividido a gente cai”. (Sabotage, 2000)

O documentário “Do Analógico ao Digital” (Brasil, Ministério da Cultura & Prefeitura Municipal de Dourados, 2024), do DJ Danlitros, nos conta sobre o histórico do hip-hop em Dourados. Mobilizado pela Lei de Incentivo à Cultura³⁹, em que traz um parâmetro do surgimento do hip-hop em uma cidade agrária, longe dos grandes centros do país, em uma era de pouca acessibilidade para quem queria se conectar com o movimento do hip-hop tanto nacional quanto mundial. Danilo Castro Capilé já era b-boy, professor de dança de rua e DJ na cidade e assim permanece até os dias atuais. Ele traz entrevistas com vários personagens da cidade, contando um pouco sobre o movimento, o surgimento de um programa de rap na rádio local (o Ritmos da Batida), bem como sobre o primeiro grupo de rap da cidade, o Fase Terminal, aparecendo com letras de contestação:

Fronteira, cabreira, barreira, entre a vida e a morte, a cena choca / Corredor bizarro, via clandestina, escoo do narcotráfico nas veias da latina, propina na pista, só laranja roda / Carreta lotada, segue sua rota, São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, Rio / *Made in Paraguai*, de Dourados pro Brasil (Fase Terminal, 2004).

Silva (2022) em pesquisa na região, nessa mesma fronteira com o Paraguai, situados sobre uma região a ser verificada, controlada, pesada, e acrescenta:

³⁹ Chamamento público n.º 08/2023 da Prefeitura Municipal de Dourados para fomento à execução de ações culturais com recursos da Lei Complementar n.º 195/2022 (Lei Paulo Gustavo), na categoria audiovisual/documentário.

A fronteira passa a tornar-se uma “máquina” de fazer ver e falar coisas quando uma série de ações envolvendo traficantes, contrabandistas, mecanismos de segurança, leis anti-drogas, setores do judiciário e sistema carcerário são afetados e produtores de uma realidade que colocam a fronteira em discurso. (Silva, 2022, p. 61)

Com o termo “dispositivo de fronteirização”, Silva (2022) expõe que uma marcação ocorre, sob o discurso de agenciamentos, todo um estado em sua estratégia de governamentalidade, relatando também ser tão difícil para a sociedade brasileira separar o estado do MS dos “problemas” relacionados à fronteira com o Paraguai, a citar, confinamento de indígenas, contrabando, tráfico e comércio de drogas, e disputa de terras com conflitos entre indígenas e fazendeiros.

Em seu ar de contestador, do ponto de vista histórico, o surgimento do hip-hop desde o seu início traz reivindicações por direitos civis, além das expressões cultural e artística presentes – do break, dança dos b-boys e b-girls, no grafite, além do canto falado do rap (*rythm and poetry*) entoado pelos MCs (mestres de cerimônia, responsáveis pelo comando da festa, com base nas batidas ritmadas fornecidas pelos DJs) e os DJs. Em uma região de fronteira, o Fase Terminal fez sua história de denúncia e até hoje suas letras são atuais sobre tráfico de drogas e violência: mesmo o grupo não estando ativo, o vínculo entre eles, fez com que esporadicamente sejam chamados para fazer alguns shows na cidade.

Também é importante destacar que o movimento do hip-hop que não é só de um movimento de gente jovem. Sobretudo tem-se no hip-hop um movimento de subversão que fala criticamente sobre o ordenamento do mundo contemporâneo que é organizado verticalmente no corpo social, situando o hip-hop em seu campo político (Moassab, 2011, p. 63).

Moassab (2011, p. 54) acrescenta que é necessária a distinção entre uma modalidade do rap, que traz em um dos cinco pilares do hip-hop a chamada consciência ou atitude. Faz-se, dessa forma, uma separação entre os estilos do rap desconectados do movimento, sem comprometimento social:

No hip-hop, todas essas práticas artísticas carregam consigo o protesto contra a pobreza e a marginalização, bem como a denúncia da violência policial e do racismo e uma mensagem de valorização e aumento da autoestima da população das periferias, adaptando-se às especificidades de cada local, o que é notado especialmente nas letras do rap. No Brasil, é notória a semelhança da roda de break com a roda de capoeira, inclusive nas regras e gestos de solicitação de entrada no centro da roda. (Moassab, 2011, p. 55)

“O sangue que eu derramo num tá na sua cara mas tá na minha veia ativa / porque a gente é hip-hop pra caralho: é sangue, suor e saliva” (MC Bagdá⁴⁰).

E a controvérsia do hip-hop surgiu na marra na cidade, com fita cassette demo, sem internet, mostrando o rap da contestação em uma cidade produtora de commodities⁴¹, já que tanto Dourados quanto o Centro-Oeste do país são grandes produtores, além de serem rotas do tráfico de drogas para outras regiões do país, pela proximidade das fronteiras com Paraguai e Bolívia.

A encruzilhada trazida por Rodrigues Júnior (2018) traz a “sacudida” e a potência do cruzo, contrariando toda forma de negação de um ser capaz de se transformar, conduzido por seu modo de se constituir. O movimento do jovem geralmente é de agitação, expansão, converseiro; tem música alta querendo preencher tudo, até o seu

⁴⁰ Rima feita dia 30/07/2024, na Batalha do Centrão. MC Bagdá também é organizador da batalha semanal na praça central da cidade. Em agosto de 2024, a Batalha do Centrão foi convidada a organizar uma batalha de rima, no Festival de Inverno de Bonito, organizada pelo governo do Estado. E é claro, MC Bagdá chamou “osparça” de Dourados pra se inscreverem como participantes.

⁴¹ Refere-se à produção de matéria-prima agropecuária do território.

tímpano. Estranho seria um grupo de jovens sem som, burburinho, paquera, tereré, gritaria e risadas; algum espaço que ele não preencha, lugares em que ele não tome conta. E a encruzilhada do Exu negro tem indígena na parada. “A encruzilhada desconforta: esse é o seu fascínio... Nós que somos das encruzilhadas, desconfiamos é daqueles do caminho reto”. (Simas & Rufino, 2018, p. 24)

Mas antes de seguir, Baco Exu do Blues (2018), cantor e compositor de rap, traz uma denúncia sobre o preconceito com o Exu:

A partir de agora considero tudo blues: o samba é blues, o rock é blues, o jazz é blues, o funk é blues, o soul é blues. Eu sou Exu do blues, tudo que quando era preto era do demônio e depois virou branco e foi aceito eu vou chamar de blues.

Empoderada na parada com Baco, almejando uma encruzilhada energizada de luta de resistência, a gente segue: com sangue, suor, saliva...E hip-hop. E a juventude vem falar, preencher, grafitar, poesar, pintar, e é chamada para conduzir “junto” e não somente na “carona dos outros”. Saberes próprios juvenis em uma montagem que se aproxima dos coletivos da batalha de rima da cidade, que parecem resistir às políticas de subordinação de outras épocas, mas dessa vez não de carona (pode até ser de magrela na banguela, mas não na carona da criminalidade, da lei dos outros ou da falta de assistência no país desigual!!!). São formas de singularização, porém, ao mesmo tempo, de aliança: as singularidades se aproximam de uma hibridização que quer povoar a cidade toda.

Reencantar a cidade, subverter o território em terreiro, entender a cidade como lugar de encontro, comer pelas beiradas driblando os perrengues, malandreado entre o horror e o gozo, é seguir vivendo e sobrevivendo para fazer o gol na partida que não termina: num lance rápido e certeiro do contra-ataque que nos resta para salvar a rua.(Simas, 2022, p. 75)

Por uma submetodologia indisciplinada, como nos diria Jota Mombaça (2016). A

voz e o espaço do jovem por ele mesmo reivindicam sua potência, fraturam lugar que só o coloca na rabeira. Adotar uma sabedoria contracolonial que fuja do padrão de produtividade, de relações discursivas de regimes de verdade das ciências da modernidade: se envolver em riscos na produção de conhecimento sobre a juventude que passou a ser vista como seres de direitos, de carona com a criminalidade ou a pobreza. Escutar a juventude nas batalhas de rima, olhando como ocupam o espaço na cidade, traduz linhas de fuga de uma escrita performada “com” a juventude e não “sobre” a juventude.

Arriscar-se nessa metodologia traz uma pesquisa articulada com a experiência da juventude, de ocupar a cidade através de outras formas de ocupação dos espaços, permitindo que a juventude modifique a teoria pra fugir do tédio da mesmice imposta pelas exigências do universo mercadológico.

Nas pistas trazidas pelas batalhas de rima por onde caminham, Djamila Ribeiro (2017, p. 39), ao se referir a Patrícia Collins, traz uma reflexão sobre “ocupar um lugar social que saia da matriz de dominação”, dizendo também que as experiências individuais não podem ser deslocadas do contexto social em que o indivíduo esteja, referindo-se a grupos historicamente invisibilizados e que têm características próprias. Uma juventude que pode falar, pintar, cantar, bordar, dançar ou rimar. E ela nem existia para a política pública do Brasil.

E na encruzilhada, os gladiadores se cruzaram. E se trombaram. E cantaram. Na cantada da juventude, no vespeiro de suas andanças, vi-me encantada com a criatividade deles ao produzir arte na escapada (confesso que tenho aprendido a rimar também, e no improviso é bem difícil mesmo). Até tem um preparo, um treino pra batalhar, mas na hora da luta ninguém nunca sabe o que o outro vai levar pra rimar.

Tem jovem que quer contar sobre a luta na retomada de terra indígena, tem jovem

contando que tá com dificuldade de arrumar emprego, tem outro querendo entrar pra universidade, outro conta sobre o preconceito e o racismo; a “rimada” é grande... O conversê de jovem no disse me disse da batalha de rima tem muito a ensinar... Não tem uma unidade só de um tipo de jovem – a multiplicação sem perder as singularidades –, mas a maioria é da periferia da cidade e ama o hip-hop.

“Lá fui encher nossa bandeira, nela estava escrita até hip-hop / Onde a gente valoriza a rima verdadeira, e não aquela de talento de ibope”. (Parrésio⁴²)

A expectativa foi grande (uau!) ao saber que em Dourados ia ter a Praça da Juventude, proposta pelo Conselho Municipal da Juventude ao Ministério do Esporte em 2010, com uma portaria interministerial, como um espaço institucional de várias áreas. O espaço é grande, com cine, telecentro, pista de skate, biblioteca, quadras de esporte cobertas, parquinho, salas multiuso, além de um CRAS para atendimento à população em geral.

Espaço de praça como encruzilhada em uma composição da cidade como lugar de encontros, de movimentos dinâmicos da juventude. Aliás, encontro de todos na cidade; por ali perambulam jovens, homens, mulheres, crianças. Mas “Praça da Juventude”⁴³, pra mim, era novidade. Qual foi minha surpresa, ao tentar me aproximar do lugar para procurar grupos de jovens na praça, ao saber que um CRAS que tinha lá foi desativado em 2019, por contenção de gastos da administração municipal, e em seu lugar ficou um posto grande da Guarda Municipal, onde os policiais só aparecem quando tem alguma ocorrência, uma vez por dia. Pelo observado ao longo desse tempo de trabalho, é a população periférica, de renda per capita baixa, quem acaba utilizando mais os CRAS e

⁴² Rima feita na batalha da Praça do Cinquentenário em 05/04/24.

⁴³ Em 2022, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), junto das secretarias municipais e estaduais de Cultura e de Educação, aproximaram-se da praça, propondo atividades variadas, desde eventos culturais e educativos a de esporte e de cinema, em momentos pontuais. Em 2023, o Conselho Municipal da Juventude reviu suas estratégias no município, no sentido de reivindicar ações na cidade, porém até outubro de 2024 não conseguiu reativar a praça para seu propósito inicial.

CREAS numa cidade se considerarmos as situações de risco ou vulnerabilidade a que esta população mais fica exposta. E o espaço fica fechado, com as chaves da polícia.

No Brasil colonizado, a Praça da Sé em São Paulo fez história em seus ideais renascentistas. Também foi palco em 2014 pros Racionais MC's, ícones da juventude periférica, e teve até confronto da multidão com a polícia. Na praça da Candelária, não teve palco: oito adolescentes foram mortos a tiros e vários outros, incluindo crianças, ficaram feridos em uma chacina em 1993. Os assassinos eram homens policiais militares, ex-policiais e civis, alguns foram condenados, outros não.

Em uma parte da Praça da Juventude, colocaram um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF⁴⁴), em serviços administrativos e de planejamento da equipe para as ações em toda a cidade. Projetos de extensão na cultura são bem-vindos através da universidade, que tem artes cênicas na grade de curso, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura. O esporte está representado com oficinas de futebol para a meninada. À tarde, os jovens aparecem para andar de skate, e aí o agito é grande. Tem até uma igreja do lado, como em outros tempos toda cidade tinha, mas as atividades religiosas não cruzam ali, apesar de que os evangélicos adoram pedir pra celebrar culto lá. E qual seria o problema de um despacho de macumba com Nossa Senhora, em nome do Pai, Espírito Santo, Amém, Jesus Cristinho, Oxalá, sei lá! Quem sabe assim a gente desamarrasse esse nó da Praça enroscada...

Mas a praça fecha às 17h. E na Praça da Sé, o Racionais cantou, em letra que simbolizou o confronto: “Às cinco e meia da manhã, a polícia ainda encontrava dificuldades para controlar a multidão. Não há mais o que fazer na Praça da Sé, hoje”. (Racionais, 2014)

E na Praça da Juventude, fechando às 17h, não tem confronto, nem rap, funk, hip-hop,

⁴⁴ O NASF foi reformulado para eMulti através da portaria nº 635 (2023f), como sendo equipes feitas por profissionais da saúde de diferentes áreas de conhecimento e categoria.

skate, nem gladiadores de batalha de rima, roda de paquera ou tereré, nem grafite ou encontro de jovens.

Nessa história também, nem o MC Gb King conseguiu dar seguimento na batalha de rima no Parque Rego D’água, no Cachoeirinha, pela situação da praça, bem precarizada; nem a MC Tsunade tinha praça perto de seu bairro, sendo que a próxima praça que tivesse mínima condição era a do Canaã III, bem longe e com pouca opção de ônibus desde seu bairro até sua residência.

São os jovens da Praça da Juventude os donos da parada? Como a cidade conta sua história (Simas, 2022) com o cotidiano da juventude? Ou sem a juventude, fechando os portões a ela?

Não é novidade para quem vive em Dourados que as praças estão abandonadas há muito tempo e que atendem apenas uma pequena porcentagem da população. Araujo (2019) fez um levantamento de que na cidade existem 23 praças (até 2024 não surgiu mais nenhuma outra) e que somente uma tem uma avaliação boa: a praça do Parque dos Ipês. As outras enfrentam problemas sérios de infraestrutura e são tidas com ruins ou regulares.

Também o MC Superchock nos trouxe pistas para pensar sobre o uso dos espaços da cidade quando usa o grafite, através do picho não autorizado (trecho citado na nota de rodapé na página 66), para trabalhar sua relação com uma cidade que se quer higienizada. Sentir-me como uma pichadora na adolescência, pega em flagrante pela família (passagem brevemente exposta na página 89), usando um espaço não autorizado para expressão de afetos, também trouxe pistas para a relação entre meu corpo e a cidade. Eu queria mostrar pro mundo que eu existia e que em mim “corria sangue de jovem”.

Taborda (2017, p. 206) explicita que:

Práticas marginais como o rap, o pixo e a pichação podem ser pensadas

igualmente como modos de fazer ver os arranjos da cidade e fazer falar os fascismos latentes... Se a cidade é efeito de seus usos, os processos de marcação estarão sempre em negociação. A superfície dessa negociação são os corpos em circulação.

Pois bem, foi melhor ir por aí, para as ruas, em praças e espaços que eu nem conhecia, reivindicar o saber da Juventude-com-Jota-Maiúsculo. Aliás, falando em Jota, a Mombaça é muito bem-vinda.

São experiências de subjetividades de jovens, em que eles aparecerem na cena noturna, corpos que povoam a cidade, na precariedade mesmo, em um jogo em que eles ocupam com as rimas, trazendo a produção do que é periférico para a cidade. Na brecha do que a cidade deixou escapar.

A rua traz, a rua leva, a rua faz, a rua entrega, a rua é paz, a rua é guerra, a rua é mais que falam dela /A rua traz, a rua leva, a rua dá, a rua nega, ela usa você como você faz uso dela / Seja asfalto ou favela, o fardo é de quem carrega / Trazem culpa depois mérito, tipo Mandela, mas ninguém manda nela. (GREG⁴⁵, 2017)

Seguindo os rastros de Walter Benjamin, que falava em escovar a história a contrapelo, Simas (2022) pontua a importância das miudezas que velam e desvelam a aldeia, as revelações das ruas e das nossas gentes na linguagem comum.

Das “pedrinhas miudinhas”, Simas nos ensina que é na leitura encantada sobre o chão que vibra da terra que os saberes do campo sensível da vida aparecem, como uma política miudinha riscada nas travessias que nos ensinam a pensar no Brasil em sua potência cruzada, em uma sociedade que se diz democraticamente racial (Rufino, 2019), mas que podemos seguir perseguindo as miudinhas que nos alumiam, nas histórias e saberes de nossas aldeias:

⁴⁵ GREG com frequência participa como jurado em campeonatos de batalhas. É compositor e cantor em trabalhos de sua autoria. Já foi organizador de batalha de rima na cidade.

[...] tem-se questionado se os praticantes das margens podem falar. Nos deslocandopara sentir outras enunciações, percebe-se que, mais que falar, esses fazem da linguagem enigma e poesia, alargando as frentes de luta contra as investidas de umsistema obcecado por um modo único de ser. (Rufino, 2019, p. 138)

Todos vão e circulam, independentemente de onde moram: “faz a pose, olha o flash, mata esse cara no trap!” (Autor desconhecido). Só que não na Praça da Juventude.

E ninguém mata ninguém de verdade! Tem a Praça do Cinquentenário, o Parque dos Ipês, o Parque do Lago, a Praça do Centro e a Praça do Canaã III⁴⁶. A depender de quem promete ser o MC da parada naquele dia, mobiliza outros MCs de outros territórios e, assim, chegam a percorrer quilômetros pra participar naquele dia. A MC Tsunade anda 4,5 quilômetros pra organizar a batalha do Canaã III, já que seu bairro, criado em 2012 e 2013 com recursos do Minha Casa, Minha Vida, fica localizado do “outro lado da rodovia” (Irabi, 2022), com grande taxa de vulnerabilidade social, e não conta até hoje com uma praça pública, além do fato de que o acesso às políticas públicas é precário, desde transporte público até educação, saúde e assistência social.

⁴⁶ Atualmente a batalha de rima no Canaã III parou de funcionar. A MC Tsunade teve dificuldade para organizar a batalha neste bairro pela distância e ainda aguarda que algum outro MC assuma a organização.

Figura 1

Mapa destacando a reserva indígena e sua distância até a Praça Antônio João

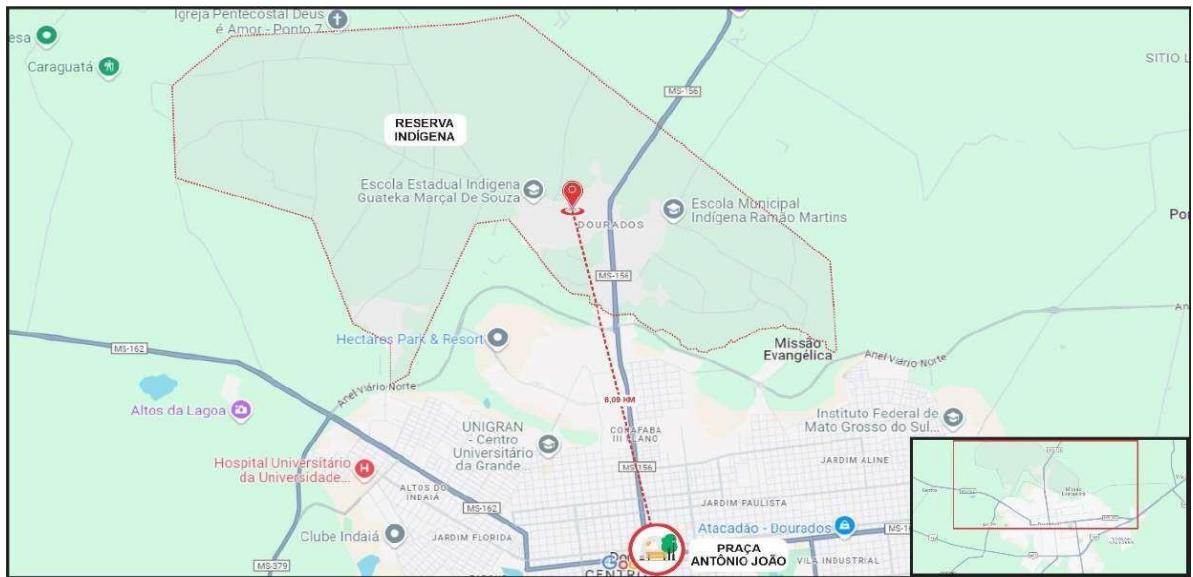


Figura 2

Mapa destacando a Praça Antônio João e as distâncias para os bairros citados

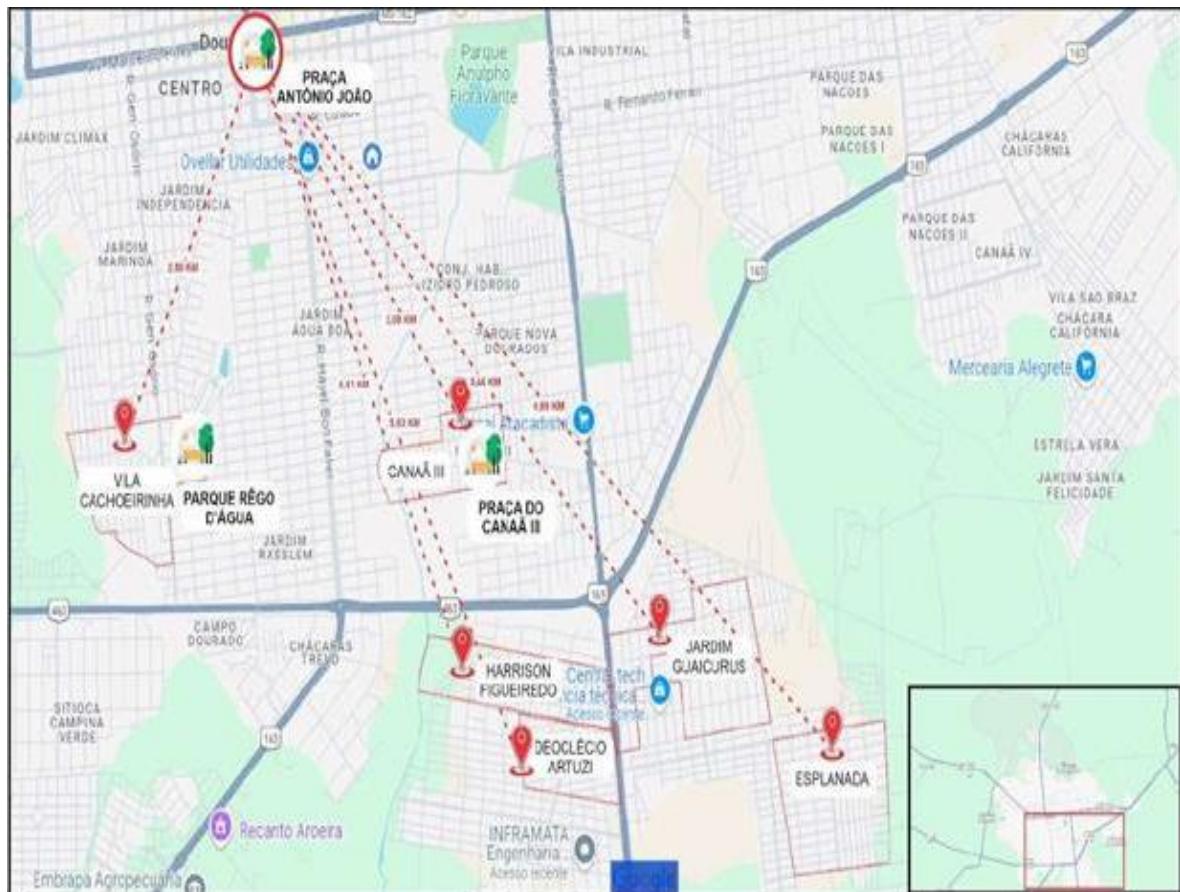
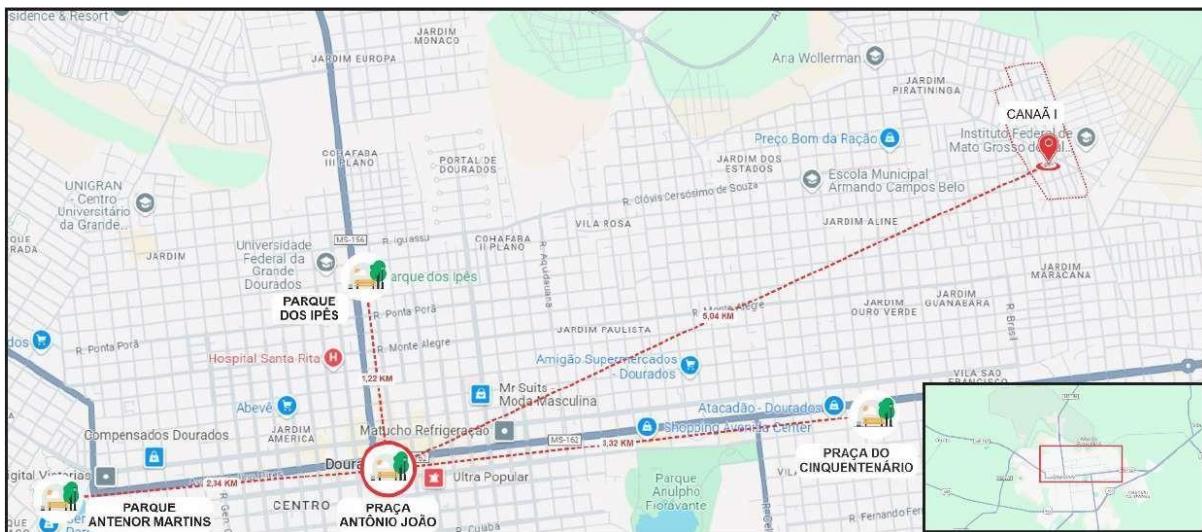


Figura 3

Mapa destacando Parque dos Ipês, Parque Antenor Martins, Praça Antônio João, Canaã I e Praça do Cinquentenário, com as distâncias entre os locais



O transporte público da cidade acaba limitando os horários para o acesso a bairros mais periféricos no período noturno (Viação Dourados, 2024), como, por exemplo, aos bairros Deoclécio Artuzzi, Jardim Harrison de Figueiredo, Jardim Guaicurus e Esplanada, nos quais os ônibus diminuem seus itinerários gradativamente, limitando os horários; em sua maioria, param de passar às 23h (algumas linhas são interrompidas bem antes desse horário). Especificamente sobre o acesso ao Deoclécio, nos dias de semana o último ônibus que vai do Centro ao bairro passa às 18h, e do bairro ao Centro, às 18h42. Para a reserva indígena Jaguapiro, ainda tem ônibus às 23h – o último ônibus da linha –, do Centro à reserva indígena, e no percurso contrário, às 20h. Embora o Parque dos Ipês fique numa região central, nenhum MC resida perto dali, também tendo de se locomover ao menos cinco quilômetros para comparecer na praça.

E assim também ocorre dessa forma para a maioria dos bairros periféricos, ao custo de R\$ 3,25 pela passagem; o valor não parece alto, porém, ao considerar a ida e a volta, acaba ficando caro para muitos. E fica parecendo que a juventude periférica não tem direito à mobilidade urbana, pois se perder um ônibus às 23h15 ou não tiver dinheiro para

a passagem, já era, bugou mesmo.

O percurso noturno da cidade para as batalhas tem gladiadores de todos os territórios. E em um estado agrário, em uma cidade também tomada por plantação de soja e criação de gado, com música sertaneja pra lá e pra cá, descobri que seguindo a juventude nas batalhas de rima, na cultura do hip-hop, eu consegui ver outros espaços da cidade que eu não conseguia ver.

Saravá para o povo que inventou a cidade – e a cidadania – que lhe foi covardemente negada e criou esse modo de ser que atropela convenções, confunde, seduz, agride e comove... Nós somos herdeiros dos homens que bateram tambor e criaram a subversão pela festa. (Simas, 2019, p. 37)

Dentre as categorias de análise interseccional, percebe-se também que, através da cartografia que vasculha sombras, algumas formas de luta e de expressividade nos espaços coletivos da rua – mais especificamente nas batalhas de rima de Dourados – parecem trazer novas modalidades de subjetivação de uma juventude periférica, que aparece na poesia do “improvviso”, em rimas usadas pelo movimento da cultura hip-hop, que vê em sua expressividade das controversas, das “rabeiras”, “das frestas”, sua forma de lidar com a disciplinaposta por um mundo formulado a partir de ideais normativos. O fio condutor da pesquisa foi a juventude no Brasil, porém, os dados indicam o quanto desigual é a nossa sociedade quando surgem jovens que por raça, gênero ou classe social estão em desvantagem e que só figuram pelas rabeiras e pelas frestas das políticas públicas feitas pros outros no Brasil.

Um outro tipo de rua parece surgir na pesquisa, construindo um outro espaço, uma outra cidade enfeitiçada, como na gramática dos “supraviventes” (Simas & Rufino, 2020, p. 7): pontuam o encantamento como ato de desobediência, que dribla e enfeitiça a lógica produtivista, utilitária das ciências. Um tipo de rua que também mobiliza uma reflexão

sobre “estamos cagando pro que querem de nós; queremos o sangue da rima e ocupar a cidade”, sobre o que o movimento deles mobiliza nas nossas ciências cheias de inteligibilidades, o que o movimento de ocupação dos espaços pelas batalhas conta sobre nós, corpos que querem trazer respostas sobre a juventude, sobre o que devem fazer, onde devem povoar, circular (ou não circular), dando dicas sobre onde podem procurar empregos ou estudar, de um universo que não pode parar pra cantar e celebrar etc.

E o sacolejo do rap anuncia: “Faz tempo que o rap vem tremendo o chão, sacudindo o mundão através da conexão. Do ritmo da rima e todo mundo no refrão. O rap começou e, pode crer, é invasão” (Atitude Rap, 2009).

Machado (2014), ao nos situar sobre a filosofia africana contemporânea, acrescenta que há uma matriz epistêmica preocupada com o indivíduo, a natureza e também a comunidade, um não existindo sem o outro, numa relação de coparticipação em que um pensamento/decisão traz princípios de ética, coletividade, ancestralidade, diversidade e reconhecimento. Sobretudo propõe pensar não sobre um lugar, mas desde um lugar, em uma proposta de mudança por uma ética de inclusão. “É corpo inteiro e não apenas razão”, trabalhando como uma ciência da sensibilidade (Machado, 2014, p. 16).

Simas e Rufino (2018, p. 46), ao argumentarem sobre contextos firmados por educações próprias, inscritas na cultura e nos modos de sociabilidades, pontuam que:

O terreiro, a roda, a esquina, o barracão e todo e qualquer tempo/espaço em que o saber é praticado em forma de ritual está a se configurar como um contexto educativo de formações múltiplas... Esses diferentes modos de educação, gerados nas frestas e nas necessidades de invenção da vida cotidiana, evidenciam a potência dos saberes de mundo que se assentam sob as perspectivas da corporeidade, oralidade, ancestralidade, circularidade e comunitarismo.

Françoise Vergès (2021) fala do direito a ter uma vida sossegada em um mundo de

violência que soa ingênuo – ao se pensar em pressões do neoliberalismo além de eventos constantes de desigualdade social e violência com a juventude –, porém não sossegada a ponto de sermos passivos à injustiça social. Sobretudo, uma prática de vida de solidariedade, com a consciência do peso do colonialismo da violência do Estado, mas de um amor revolucionário e também de alianças, como descreve Judith Butler (2019) ao se referir a uma rede de corpos que busca minimizar a impossibilidade de viver uma vida vivível, contrária a uma guerra de exigências do neoliberalismo que normaliza a precariedade.

Seguindo esses corpos, em suas afirmações de vida, surpreendo-me ao ver que foram eles que acabaram me fazendo circular por esses espaços, performando nas batalhas, erguendo os braços com a galera, permitindo a mim ser a “tia da parada” (sim, eu sempre sou a mais velha, com a diferença de pelo menos 25 anos), torcendo pelos MCs, rachando de rir quando um faz uma rima descontraída sobre o outro, cuidando pra não deixar bituca de cigarro no chão (eles também mobilizam os envolvidos a não deixarem lixo espalhado, não usarem drogas, pra não chamarem a atenção da polícia, e ficarem em paz; enfim, são os donos da parada).

Sou eu, pesquisadora, que estou conduzindo a pesquisa ou são eles quem estão me levando a seguir seus rastros, em uma submetodologia indisciplinada com a Mombaça, que eu convidei pras batalhas? Imagino que desse jeito a gente tem uma juventude com jota minúsculo mesmo, vinda deles, seguindo também os rastros de Deleuze e Guattari (1995b) sobre as minorias como subsistemas e o minoritário como devir potencial de desviar de um modelo único, de uma juventude única, de se recusar ser igual ao que todo mundo pensa, de uma forma homogênea que desqualifica existências diferentes de um padrão, e desta forma, adquire consciência para sua autonomia de existir, conectando, conjugando elementos de minoria. Uma juventude que minora, que desloca as questões

da maioria trazendo outras possibilidades e desloca também nossa própria compreensão da realidade.

Jota Mombaça fala da redistribuição desobediente da ciência, que quer bagunçar a lógica de um privilégio normativo (Mombaça, 2021, p. 74), que quer padronizar todo mundo. Seguindo os rastros de Frantz Fanon, fala em apocalipse desse mundo de colonialidade (Mombaça, 2021, p. 81), que oferece pouca chance para a descolonização que não seja pela devastação da criatividade pelo capitalismo. Seria bom então me sentir meio velha caduca, precisando me despir do papel de psicóloga-pesquisadora-branca-colonizada-sabe-tudo, querendo saber da juventude periférica nas praças da cidade, bagunçada pela resistência à razão normalizadora e cruel.

A não marcação é o que garante às posições privilegiadas (normativas) seu princípio de não questionamento, isto é: seu conforto ontológico, sua habilidade de perceber a si como norma e ao mundo como espelho... nomear a norma é devolver essa interpelação e obrigar o normal a confrontar-se consigo próprio, expor os regimes que o sustentam, bagunçar a lógica de seu privilégio, intensificar suas crises e desmontar sua ontologia dominante e controladora. (Mombaça, 2021, p. 75)

Deixar o YOUNG BLOOD correr pelas veias, com a parceria da batalha de rima, me fez questionar os espaços da diferença que querem superar na resistência, em que o jovem quer ocupar o espaço urbano de forma criativa e possibilitando que as “ciências caducas” se descolonizem e vejam outras modalidades de viver, outras formas de pensar a juventude, em uma resistência das alianças surgidas, como diria Butler (2019), com o mundo que colonizamos.

Perambulando pelas ruas da cidade, na companhia de nossos gladiadores, construindo um outro tipo de espaço, uma outra cidade, produzindo outras

subjetividades... Espaços que dialoguem, subvertendo, aliando-se, desobedecendo ou negociando com as ciências que construíram para a juventude no país.

As perguntas para a pesquisa foram várias, mas o fato é que conhecer outros espaços da cidade e perceber que, para falar da juventude montando uma matriz de inteligibilidade – montando o outro como subalterno para “minha” ciência da psicologia, sem colocar em análise meu lugar, meu corpo cheio de vícios colonizadores, sem me interrogar –, correria o risco de essencializar as coisas. E não é essa a intenção da pesquisa.

A indisciplina e a inquietação da juventude não me deixaram. Pichou nas minhas entranhas de vermelho, quebrando o dedo, a mão e meu ritmo. Em uma pesquisa que foge de moldes científicos dominantes, quero ser também gladiadora. Aliás, aqui está o princípio desleal, indisciplinar (Mombaça, 2016, p. 343) para mudar nosso trajeto cartográfico, trazendo novos elementos de criação em pesquisa, das sombras, do subterrâneo. Que norma é essa que quer que a juventude periférica se mexa e se preocupe com os dados estatísticos que a culpabilizam? Que de repente se vê descobrindo um outro tipo de rua, que permite construir um outro tipo de cidade, em uma ciência que se permite ser indisciplinada? O “chutar o pau da barraca” (pros mais velhos) surgiu e desconstruiu, querendo povoar a cidade pelas frestas.

“Mais uma vez ó nós aquí no meio da maloqueiragem / Nós tamo no Centrão, mas a arte é da margem” (MC Parrésio⁴⁷).

O surdo de terceira em bateria de escola de samba, na gramática dos tambores do genial Tião Miquimba, descrito por Simas (2022), tem muito a nos contar também sobre a juventude. Marcação que quebra o compasso ritmado da bateria, preenche o vazio, bagunça o ritmo dos outros surdos, desfazendo a monotonia provocada pelo de primeira,

⁴⁷ Parrésio é artista de grafite e muralismo, além de cantor de rap, compositor e participante das batalhas. Tem gravações em trabalhos independentes, além de parceria com Miliano em gravação.

que vai, e pelo de segunda, que vem. O surdo de terceira é trabalhoso; não tem tanta disciplina como os outros, não quer cabresto, quer liberdade de movimento, quer autonomia. Tem uma maneira diferente de levar o som para o ritmo do samba.

Como a juventude, em sua peculiaridade, no meio da maloqueiragem, barulhenta, que sempre dá o seu toque diferente, às vezes arrogante e audaciosa, propõe quebra na disciplina do universo dos mais velhos, cheios de regras. Como figura e fundo, os tambores tomam em seu colo os elementos da música, dando suas bençãos ao som contagiate do samba, em seus timbres, mas sem perder as características próprias. Mas o que o samba tem a ver com o rap no Brasil? Tudo!

“Sou da Falange de Jorge, clareia orixás, a terra e o mar / Tenho um tambor de aço, vou abrindo os caminhos / Não se preocupe comigo, nego, que eu não ando sozinho, não” (Marcelo D2, 2023).

Engraçado foi ver a comemoração do dia da Consciência Negra na Praça Central da cidade de Dourados-MS, a praça do Centrão. A praça faz em seu testemunho, de boa observadora do cotidiano das pessoas, seu ritmo: às vezes compassado, às vezes não. Na verdade, acho que a praça não gosta da monotonia, gosta do ir e vir, mas sem cabresto, não gosta da disciplina. E a disciplina tem hora que vai na marra pra juventude, de tanta inquietação.

Na celebração da praça, teve apresentação de capoeira dos jovens, show de rap de tudo quanto é jeito, acarajé, artesanato e gente de skate e patins – já que a cidade tem poucas pistas de skate e todo mundo usa a praça como pista pra patinar, cantar e dançar. Foram tantos sons, cheiros diversos, banquinha de venda de bótons de universitários... um monte de coisa no balaião da praça, tudo misturado. E era dança de centro de candomblé, em um misto de reza e dança, com meninada andando de skate e outros na fila do acarajé. E o povo do rap indígena aguardando pra se apresentar, revoltado porque

chamaram primeiro o grupo de outra cidade; quase deu briga. E apareceu também o pessoal da batalha de rima, que acontecia em várias outras praças da cidade, uma galera só.

A praça de uma cidade é viva, de passagem ou de um bocadinho de parada no banco, de gente que descansa pra depois continuar. A praça, que na década de 1980 já teve jacaré na fonte d'água (estão até hoje duvidando de mim!) – que a criançada adorava, mas não podia pegar –, parece até gostar dessa indisciplina da juventude de agora, do improviso louco na regra da cidade, que manda todo mundo render, trabalhar, estudar, não parar e depois, mais ainda, render, trabalhar, estudar e nunca parar mesmo, senão fica pra trás. Fica bem no meio da cidade, onde quem pega ônibus para ir pra escola cruza com quem vai pro trabalho. E também fica quem não tem para onde ir, às vezes com família inteira em situação de rua.

Quanto de misticismo se agita na praça do jacaré: do surdo indisciplinado do samba que quebra a monotonia, da juventude inquieta celebrando, cantando, saracoteando. E talvez o som da praça seja parecido com o som da juventude, com contradições que visam a harmonia, que não apagam o jeito próprio de cada identidade, às vezes na marra, mas sempre querendo transformação.

No dia da Consciência Negra, a praça também vira Dia de Zumbi, que deve ter batucado muito por aí, pela resistência do povo negro à escravização. Dizem na história que não era só um Zumbi; eram vários que assumiam a liderança da resistência do quilombo.

Quem sabe não foi o próprio Zumbi incorporado quem ganhou o prêmio da batalha de rima daquele domingo. Mas quem sabe se o Zumbi, que incorpora a luta da juventude desta vez, não quer disputa; só quer respeito, como o jogo dos surdos, que até gosta do ritmo, mas gosta mesmo de quebrar a rotina. Mas quem sabe? A praça sempre

sabe.

“Vai Morrer ou Vai Matar, Vai Matar ou Vai Morrer? Quem Vai Encarar a Batalha?”⁴⁸

“Tem o lado A e tem também o lado B: vai morrer ou vai matar, vai matar ou vai morrer! Só as rima mais potente, do rap que se expande: o que vocês querem ver? Sangue!”. Mas sangue do quê, se nem bituca de cigarro podia deixar no chão pra depois não dar confusão com a prefeitura ou com a polícia? Sangue só se for do rap na veia. E não pode rolar ofensa, violência ou mentira. Nem sempre a polícia deixa quieto, diziam eles: cansados de levar pau, “às vezes a gente faz umas roda com o coletivo na casa duns mano parceiro”⁴⁹.

SoulRa, uma cantora de rap douradense, sempre aparece na batalha de rima na praça central da cidade, na “Praça do Jacaré”, para rimar; Raíssa-Rainha dos palcos, cantando “Soupaz, Soul free, Somar, Sorrir, Soul Ra” (SoulRa, 2020), mas na batalha não tem rima pronta, e “não é só deixar bigode pra falar que é rap” (SoulRa, 2020). Ela fez faculdade, mas diz que só fez pra entregar o diploma pros pais e depois vazou. Gravou CD, vende mais barato pros “bros”, foi detida pela polícia por questionar por que os artistas locais ficavam por último nas apresentações em um evento – algemada e enfiada no camburão. Virou obra no grafite da cidade. E agora vai pra São Paulo tentar a vida por lá.

A rima na batalha é feita por quem leu muitos livros, só que não! O *freestyle* tem improviso; a inspiração vai aparecendo e o público vota depois, ergue a mão e grita por quem achou que tem a melhor rima. Dizem que na Idade Média os espetáculos de luta juntavam milhares e que a sentença do dedo para baixo é mito. Nos atuais, o público é o imperador. O ouvinte vira coautor e a performance também comanda a juventude-poeta

⁴⁸ Grito ouvido nas batalhas com frequência.

⁴⁹ Fala de MC Pillz, ao falar sobre a violência policial sofrida por um grupo de coletivos à noite.

da praça. Gladiadores-poetas gritando querer sangue de barulho: “mata esse cara no trap”; resistência, poesia e luta.

E às 22h, passando de volta, o coletivo ainda estava lá, no maior astral, só no ritmo, organizando os próximos duelos, esperando que a polícia não incomode. E pra ir embora pra casa, cada um se vira como dá: de magrela, de carona com o outro, às vezes de moto e nunca de ônibus.

Observando a batalha de rima como uma forma literalizada de expressividade, Gonçalves (2015) pontua que se tensiona lugar de fala, cultura e apropriação de território da linguagem urbana através das batalhas. Feitas geralmente por jovens em espaços públicos, todas parecem falar do mesmo lugar da invisibilidade, marginalização (Gonçalves, 2015, p. 118). A autora ainda fala que a produção da literatura de rua das batalhas de rima retira autores canônicos da esfera da periferia, na qual as vozes da juventude são acolhidas; parecem ter falas validadas, nem sempre institucionalmente reconhecidas (Gonçalves, 2015).

Pitta (2019, p. 177) pontua que a rua é, ao mesmo tempo, hostil e conhecida, pública e privada, nossa e dos outros, na linguagem dos rappers; rappers que se apropriam de seus elementos e transitam nesses entrelugares ao falar da contestação, da fome, da alegria, da juventude, farejando sons, visões e discursos, devorando signos e vidas para produzir rimas, também podendo criticar suas realidades utilizando modalidades expressivas para lidar consigo e com o mundo. Ou eles podem simplesmente experienciar o bem viver na rua ou, como diz Simas (2022, p. 122), utilizando “os espaços de invenção da vida no precário e viração da morte em alegria e arte”.

É a cultura de rua, é a assinatura no muro, é sobre o brilho da lua que domina a cidade, na minha até a sua, é a luz do escuro, e só continua por ser totalmente verdade. De quinta no terminal, roda de rima reunida como no quintal, e mãos pra

cima, barulho em palma da mão, alma na mão, nunca foi em vão. Calma, Netão, tem coisa pra acontecer (GREG, 2018).

Figura 4

Batalha do Centrão em 10/09/2024



Figura 5*Batalha do Centrão em 10/09/2024***Figura 6***Batalha do centrão em 10/09/2024*

Figura 7

Publicação em Instagram da Batalha do Lago feita em 10/04/2024



Figura 8

Publicação em Instagram da batalha do lago feita em 28/07/2024



Figura 9

Publicação em Instagram da Batalha do Parque do Lago em 7/10/2023



Figura 10

Publicação no Instagram do dia 7/10/2023 de evento de encontro das batalhas de rima da cidade



Nota: O evento foi promovido pela Coordenadoria da Juventude, órgão governamental do Estado para promoção de ações para a juventude, em um dos raros momentos em que a instituição aparece.

**4. “CÊIS PEDIRAM O TERCEIRO, E O TERCEIRO VEIO:
QUEBRA ESSE CARA NO MEIO! QUEBRA ESSE CARA NO MEIO!!!
FREESTYLE EM TRÊS, DOIS, UM, RIMA!”⁵⁰**

⁵⁰ Grito feito na batalha do Centrão em 30/07/2024.

“Cê sabe parceiro, que no final eu não brigo, eu sempre acredito, eu faço meu canto lírico, indo pro infinito”.

-BL da 12⁵¹, 30/07/2024

É... pra chegar no terceiro, é porque o jogo foi bom, conquistou o público, trouxe sabores, saberes, sangue, suor, reflexões, inquietações, risadas, rimas e rimas... Ou simplesmente viração da morte em alegria, como diria Simas (2022). Quem são os campeões? Quem venceu na batalha? As considerações finais chegaram, na encruzilhada da batalha. O que significa aprender a rimar?

Acompanhar nossos gladiadores sem pegar carona na bike da inteligibilidade, das ciências das normas, nas regras pensadas para enquadrá-los como corpos manipuláveis pelo poder consumidor, pareceu produzir outras formas de subjetividades, contracoloniais, nas quais o prêmio é uma “folhinha”, um desenho feito por algum artista, um reconhecimento que não vale dinheiro, como um troféu; são seus direitos a memórias, descolonizando também nossos modos de pensar sobre eles.

Na batalha do improviso, em uma política narrativa das batalhas com a população jovem periférica em Dourados-MS, dei de cara com minhas perguntas: “Como será que eles se viram? Não estão preocupados com povoar a cidade de dia pra estudar ou trabalhar”? Encarei de frente com meu pensamento colonial de imaginar que só tem valorização na vida quando algo for rentável, lucrativo; se a juventude não seguir as regras do mercado, não vai sobreviver, vai ser atropelada, massacrada, desqualificada, principalmente se tivermos o recorte de raça, cor e classe econômica.

As interrogações da pesquisa, mobilizadas pelas batalhas de rima de Dourados, reconheceram que através da ocupação dos espaços da cidade, através dos gladiadores da

⁵¹ Rima feita na batalha do Centrão.

rima na noite, os donos da rua trouxeram novas formas de subjetivação dos não lugares pra juventude preta, parda, indígena, de baixa renda, em sua maioria periférica, em circuitos de afetos e laços de coletividade das rabeiras. O batuque do rap experimentou a linguagem do hip-hop-resistência e questiona: o que a cidade quer da juventude periférica? Se a cidade não se pronuncia, a batalha responde!!! Povoando na cidade pelas frestas e por onde a juventude queira povoar!

Desta forma, respondo à pergunta da pesquisa, sobre como as batalhas de rima da população juvenil periférica na cidade de Dourados trazem para a encruzilhada uma batalha do improviso, resistindo em novos jeitos de viver, em novos circuitos de afetos, descolonizando nosso jeito de pensar com os jovens?

Durante sessão solene na Câmara Municipal (TV Câmara Dourados, 2023) em homenagem aos 50 anos do hip-hop no mundo – sessão mobilizada a pedidos dos coletivos das batalhas, em 20 de setembro de 2023 –, Juliana Vitória, a Cifra Sol⁵², famosa das batalhas de rima em Dourados, nos deu um “salve” em seu pronunciamento:

Quando eu olho pras pessoas que estão aqui, eu lembro das pessoas que também não estão aqui; das pessoas que quiseram, mas não puderam estar aqui, de quanta gente que ficou pelo caminho pra gente ocupar esse lugar e puxar um grito de resistência. Então eu digo que, a partir de agora, a gente não arreda o pé... 50 anos que a gente não arreda o pé! Ocupamos escola, faculdade, hospital; ocupamos os lugares que cê falaram que a gente não podia estar por ser marginal... De coração, não desiste não. Isso daqui é por amor, a gente faz por pulsão. Cola numa roda de rima que nós desenrola na improvisação. A realidade, sinceramente, é mó

⁵² Cifra Sol é arte-educadora, produtora cultural e atleta de rima. Veio do Paraná fazer faculdade de Psicologia e participava com frequência tanto das batalhas do Paraná quanto das de Dourados. Travesti, é classificada como a primeira mina do estado de MS com mais títulos vencidos. Foi finalista em Salvador e Fortaleza ao disputar títulos nas seletivas do Red BullFrancamente. E como ela mesma cita: “Resistimos: 044 na casa, 067 na casa, 071 na casa, bora viver RAP!”.

tiração... olha bem pra mim, não sou professora, tampouco professor. Sou mestra de cerimônia, se colar aqui vai ter amor. Eu vivo por uma cidade que esqueceu de quem tá aqui. Eu vivo por pessoas que esqueceu que tava lá. Mas eu olho no olho de quem ainda está, faço questão de um dia a gente se encontrar. (TV Câmara Dourados, 2023)

E a Cifra Sol não arredou pé, por onde ela foi. Em Salvador, junto de uma parceira, fazia rima nos ônibus da cidade pra arrecadar fundos para irem as duas às seletivas nacionais. E chegou pra ficar.

Através da mobilização do movimento do hip-hop na cidade, dos coletivos das batalhas de rima, do grafite, dos DJs e b-boys, em ação com a Câmara de Vereadores no município, foi decretada a Lei n.º 5.234, em 20 de junho de 2024, sobre a cultura hip-hop em Dourados, publicada em Diário Oficial:

Fica declarada como de relevante interesse cultural municipal a Cultura Hip-Hop em todas as suas manifestações no município de Dourados-MS. [...] Os praticantes da Cultura Hip-Hop são agentes da cultura popular e, como tais, devem ter seus direitos respeitados, sendo vetada qualquer discriminação ou preconceito de natureza social, racial, cultural ou administrativa contra essa cultura e seus praticantes. [...] As batalhas de rima e os encontros ligados à Cultura Hip-Hop não devem sofrer restrições quanto ao uso dos espaços públicos, bem como, ficam dispensadas da prévia autorização de órgão público para sua realização. (Diário Oficial do Município de Dourados-MS, 2024).

Assim como em muitos municípios do país, as batalhas de rima ecoam junto ao movimento do hip-hop de Dourados-MS; uma urbanidade da periferia que reinventa espaços, povoa afetos em uma linguagem que resiste, descolonizou meu jeito de ver a juventude, e lógico, ao som do rap (mas também podia ser ao tambor de Xangô!!!).

E eu te digo como é / A vida é só um detalhe / Como diz na rima do Emicida, a vida étudo, é nada / Entrar no clima pra duelar é só um jogo que mata, uma cilada / Woouuuu, pensa rápido, o lance é ir no improviso / A briga fica só no microfone e depois vira paraíso / Rima na batalha é a magia do encantamento / Lugar de perifa é só na perifa / Espaço urbano higienizado o cacete / Povoar a cidade fria pede um momento / MC combina o som da palavra com o beat / Juventude, urbanidade, na fresta, no batuque do hip-hop que fique / Rimar assim planejado fica zoadado / Quero ver fazer bem no improviso / Sininho da tese tá batendo, num tem riso / Na invasão do Rufino, Favero, Simas, Foucault, Mombaça, coletivo da ciência vai rolar / A gente só quer batalhar / Falar que a vida é só um detalhe, o zumbi com o EXU na sacolejada / Gladiadores só por zoeira / Batalha pra alegrar, imperador na encruzilhada é que é cilada / Curtindo o *flow* de outra maneira / O coletivo da rua gosta da lua / Já que o sol só esquenta pros mano que trabalha ou estuda / Na equação da academia com a batalha de rima / Desigualdade e racismo com a juventude habita / Mas outra forma de viver vai arrombando / Nas praças todo mundo junto / Reentrância pelo portão da frente, chutando / Mbembe aparece e ensina a rimar com o Fanon / Segundo round no desafio, só vai dar bom / A poesia chamusca / Psicologia na parada busca, de novo o beat pro segundo / Na arte da rabeira a juventude aparece, contando sua história pra todo mundo / Na lei foi desqualificada, na pobreza foi julgada, na violência com o pobre preto foi chamuscada, olha o protesto / Subjetividade brasileira do colonizado, jovem ficou sequelado, ninguém faz um gesto? / Branquitude europeia só na oportunidade, só fez atrocidade / Alvo da preocupação política, faltou humanidade / Jovem indígena também perdeu espaço, esse é a verdade / Pesquisadora permitindo se modificar, só no rastro da batalha de rima da cidade / O improviso da rua na linguagem da

rua a cantar, saindo a juventude do invisível, resistindo pela arte, o jovem faz parte / Coautores do doutorado na academia, nossos gladiadores querem sangue na batalha / Querem ser rainhas e reis, nas veias do rap, mas sem navalha / Mas a vida não é só um detalhe, não pode ser uma cilada, é a juventude povoando a cidade na parada⁵³.

Vergès (2021, p. 97) pontua que:

Se há algo que podemos aprender com as violências sistêmicas que precederam as políticas de confinamento decretadas no início de 2020 e com o agravamento mundial das desigualdades e injustiças raciais, de gênero, sexo, idade e classe, é que vivemos em uma época na qual é impossível escapar da explosão incontrolável de violência produzida pela ganância, pela cobiça e pelo poder, exceto se nos organizarmos com aqueles e aquelas que não têm nada a perder. E no final, quem ganhou a folhinha?

⁵³ Adriana G. Dourado, esta pesquisadora que de MC não tem nada, não fez esta rima no improviso, porém continua capturada pela grandeza das linguagens potentes da rua, e como diria Criolo (2018), citando verso de Waly Salomão: “Agora, entre eu ser e o ser alheio, a linha de fronteira se rompeu”.

Figura 11

Folhinha feita pelo professor, artista visual, grafiteiro e muralista Henrique Silveira de Sousa



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abílio, L. C. (2020). Uberização e Juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. *Dossiê Juventude e Trabalho. Novos Estudos*.CEBRAP: São Paulo.
- Abramo, H. W. (2005). O uso das noções de adolescência e juventude no contexto Brasileiro. In: *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. Freitas, M. V. de. (org). São Paulo: Ação Educativa.
<http://bdae.org.br/jspui/handle/123456789/2344>
- Agamben, G. (2004). *Estado de exceção*. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo.
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?* Coleção Feminismos Plurais. Ribeiro, D. (Coordenação). Belo Horizonte: Letramento.
- Araujo, L. (2019). *A distribuição espaço-temporal e avaliação qualitativa das praças e parques urbanos de Dourados-MS*. [Dissertação de mestrado em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados]. Repositório UFGD.
<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/2555>
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Atitude Rap. (2009). O rap começou [música]. *O rap começou* (faixa 1). Nova Safra Produções.
- Baco Exu do Blues. (2018). Bluesman [música]. *Bluesman* (faixa 1). 999.
- BBC. (2023, 28 de junho). Potência do agro e sertanejo, Centro-Oeste cresce mais do que o dobro do Brasil e cumpre ‘sonho de JK’. *G1*. Agro.
<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/06/28/potencia-do-agro-e-sertanejo-centro-oeste-cresce-mais-que-dobro-do-brasil-e-cumpre-sonho-de-jk.ghtml>
- Bechis, M. (2008). *Terra Vermelha*. Rai Cinema.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bernardes, A. G., Guareschi, N. M. de F., & Galeano, G. B. (2021). Reflexões ético-políticas de questões metodológicas de pesquisa em psicologia: problema e objetivos. *Revista Psicologia E Saúde*, 13(2), 83–96.

<https://doi.org/10.20435/pssa.v13i2.1263>

Bernardes, A.C.R., & Voigt, J.M.R. (2022). A empresarização escolar: reflexões sobre empreendedorismo e currículo. *Revista Retratos da Escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforc-) - v. 16, n. 34, jan/abr. 2022.* Brasília: CNTE. <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>

Bocco, F. (2006). *Cartografias da infração juvenil* [Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Federal Fluminense]. Niterói-RJ. http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/05/2006_d_Fernanda_Bocco.pdf

Brasil. (1890). *Decreto n. 847 de 11 de outubro de 1890.* Promulga o Código Penal. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídico. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm

Brasil. (1927). *Decreto n. 17.943-A de 12 de outubro de 1927.* Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Revogado pela lei n. 6.697, de 1979. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm

Brasil. (1984). *Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984.* Altera dispositivos do decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 19-0 - código penal, e dá outras providências. Presidenciada República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l7209.htm

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.* Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasil. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil. (1990). *Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasil.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

Brasil. (1993). *Lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993*. Lei Orgânica da Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília-DF.http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm

Brasil. (2007). *Área de Atenção à Saúde do Adolescente e do Jovem*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília-DF, Editora do Ministério da Saúde.
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/07_0400_M.pdf

Brasil. (2008). *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras Providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasil.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

Brasil. (2010). *Emenda constitucional n. 65, de 13 de julho de 2010*. Altera a denominação do capítulo VII do Título VII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasil.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm

Brasil. (2012). *Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012*. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. (SINASE). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)

Brasil. (2013). *Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013*. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional da Juventude – SINAJUVE. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm

Brasil. (2016). *Resolução n.º 181, de 10 de novembro de 2016*. Dispõe sobre os parâmetros para interpretação dos serviços relacionados ao atendimento de Crianças e Adolescentes pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil. Ministério da Justiça e Cidadania/Secretaria Especial dos Direitos Humanos. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24796217

Brasil. (2018a). *Relatório da Pesquisa Nacional das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Sistema Único de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2018.

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/relatorios/Medidas_Socioeducativas_em_Meio_Aberto.pdf

Brasil. (2018b). *Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base*. Ministério da Educação. 2018.

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf

Brasil. (2019). *Decreto n. 10.088, de 5 de novembro de 2019*. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT – ratificadas pela República Federativa do Brasil. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm#art5

Brasil. (2021). *Desemprego de longo prazo afeta principalmente jovens e com baixa escolaridade, aponta SPE*. Ministério da Economia. Assuntos. Notícias. Agosto. <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2021/agosto/desemprego-de-longo-prazo-afeta-principalmente-jovens-e-com-baixa-escolaridade-aponta-spe>

Brasil. (2022a). Brasil registra mais de 2.7 milhões de empregos formais em 2021. Governo Federal. Serviços e Informações do Brasil. Notícias. Trabalho e Previdência. O1. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2022/01/brasil-registra-mais-de-2-7-milhoes-de-empregos-formais-em-2021>

Brasil. (2022b). *Lei nº 14.297, de 5 de janeiro de 2022*. Dispõe sobre medidas de proteção asseguradas ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega durante a vigência da emergência em saúde pública decorrente do coronavírus responsável pela covid-19). Presidência da República. Secretaria Geral. Subchefia para assuntos jurídicos.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/114297.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2014.297%2C%20DE%205%20DE%20JANEIRO%20DE%202022&text=Disp%C3%B3e%20sobre%20medidas%20de%20prote%C3%A7%C3%A3o,coronav%C3%A9us%20respons%C3%A1vel%20pela%20covid%2D19

Brasil. (2023a). Retrospectiva MDHC. 2023: o ano em que as políticas de direitos humanos voltaram para promover e proteger o direito à cidadania no Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Assuntos. Todas as notícias. 2023. Dezembro. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/2023-o-ano-em-que-as-politicas-de-direitos-humanos-voltaram-para-promover-e-proteger-o-direito-a-cidadania-no-brasil>

[humanos-voltaram-para-promover-e-proteger-o-direito-a- cidadania-no-brasil](#)

Brasil. (2023b). Ministério da Educação. *Resultado da Consulta Pública do Ensino Médio.*

Brasília: Ministério da Educação, 2023. <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/relatorio-consulta-publica-ensino-medio.pdf>

Brasil. (2023c). *Portaria nº 627, de 4 de abril de 2023.* Suspende os prazos em curso da Portaria MEC nº 521, de 13 de julho de 2021, que instituiu o Cronograma Nacional de Implementação do Novo Ensino Médio. Ministério de Estado de Educação.

Diário Oficial da União, Seção I. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-627-de-4-de-abril-de-2023-475187235>

Brasil. (2023d). *Levantamento Nacional de dados do SINASE – 2023.* Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

Brasil. (2023e). *Censo SUAS – Bases e Resultados.* Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. Ministério da Cidadania.

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snus/vigilancia/index2>

Brasil (2023f). *Portaria GM/MS nº635, de 22 de maio de 2023.* Institui, define e cria incentivo financeiro federal de implementação, custeio e desempenho para as modalidades de equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde.

Ministério da Saúde/Gabinete da Ministra. *Diário Oficial da União, Seção I – Extra B.* <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-635-de-22-de-maio-de-2023-484773799>

Brasil; Ministério da Cultura; Prefeitura Municipal de Dourados (2024, 26 de junho). *Do analógico ao digital – Hip Hop Dourados (Trailer Oficial)* [vídeo]. Youtube.

<https://www.youtube.com/watch?v=TL8Ho9ShR1I>

Brô MC's. (2022). Terra Vermelha [música]. In: *Rap Indígena* (faixa 5). Produção

- Fonográfica Brô MC's.
- Buczenko, G. (2019). Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no Currículo Escolar. *Revista TEL: Tempo, Espaço e Linguagem*. Irati, v. 10, n 1, p. 30-40.
<https://revistas.uepg.br/index.php/tel/article/view/13733>
- Butler, Judith. (2019). *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Rio de Janeiro: civilização brasileira.
- Castel, R. (2010). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 12^a ed. Vozes.
- Castro, R. P. (2004). Escola e Mercado: a escola face à institucionalização do desemprego e da precariedade na sociedade colocada a serviço da economia. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v. 22, n. 01, p. 79-92.
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10084/9309>
- Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo*. Willer, C. (tradução). D'Salete, M. (ilustração).
- Cesop (Centro de Estudos de Opinião Pública)/Unicamp. (2013). Tendências – As manifestações de junho de 2013 no Brasil. *Revista Opinião Pública*, vol. 19, nº2.
https://www.cesop.unicamp.br/por/opiniao_publica/artigo/552
- Coimbra, C., & Nascimento, M. L. (2008). A produção de crianças e jovens perigosos: a quem interessa? *Infância e Juventude*. Rio de Janeiro, UERJ. <http://www.infancia-juventude.uerj.br/pdf/livia/aproducao.pdf>
- Coimbra, C. C., Bocco, F., & Nascimento, M. L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, p. 2-11.
<https://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v57n1/v57n1a02.pdf>
- Collins, H. P., & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. 1.ed. São Paulo: Boitempo.
- Corrêa, V. B., & Corrêa, L. S. (2021). *Uma reflexão sobre a história de Mato Grosso do*

Sul.

- Criolo. (2018). *Boca de Lobo* [música]. Oloko Records.
- Deleuze, G., & Guattari. (1995a). *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. F. Neto, A.G.; Costa (trad.). Coleção TRANS, vol. 1. Rio de janeiro: Ed. 34.
- Deleuze e Guattari. (1995b). *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*. Oliveira, A.; Leão, L. (trad.). Coleção TRANS, vol. 2. Rio de janeiro: Ed. 34.
- Dornelles, S. S. (2018). Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. Dossiê: Por Escravos e Libertos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 38, nº 79. <https://doi.org/10.1590/1806-93472018v38n79-05>
- Dourado, A. G. (2017). *A construção da noção de perigo na psicologia e sua relação com a vigilância socioassistencial no Sistema Único de Assistência Social* [Dissertação de mestrado em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco]. Observatório SUAS. <https://www.observatorio.sead.ms.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/A-construcao-da-nocao-de-perigo.pdf>
- Emicida. (2015). Mandume [música]. *Sobre crianças, quadris, pesadelos e lições de casa* (faixa 12). São Paulo: Laboratório Fantasma/Sony Music.
- Enfoque MS. (2025, 9 de janeiro). Policial. Rapper de MS é encontrada morta em Cuiabá após quase uma semana desaparecida. <https://www.enfoquems.com.br/rapper-de-ms-e-encontrada-morta-em-cuiaba-apos-ficar-desaparecida-por-quase-uma-semana/>
- Fase Terminal. (2004). 463 [música]. *De bobo a majestade* (faixa 01). Acervo Digital Memória Fonográfica de MS.
- Favero, S. R. (2020). Pesquisando a dor do outro: os efeitos políticos de uma escrita situada. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, vol. 15, n.3. São João del-Rei.

<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v15n3/10.pdf>

FGV social. (2019). *Juventude e Trabalho – Qual foi o impacto da crise na renda dos Jovens? E os nem-nem?* FGV Social: Rio de Janeiro.

Foucault, M. (1954). *Doença Mental e Psicologia*. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1984.

Foucault, M. (2005). Galvão, M. E. (trad.). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2008). *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Freire, P. (2018). *Pedagogia do oprimido*. 65ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freitas, M. V. de (org.). (2005). *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa.

<http://bdae.org.br/jspui/handle/123456789/2344>

G1 Mato Grosso do Sul. (2024, 25 de novembro). Indígenas bloqueiam trecho da MS-156 como protesto à falta de água em aldeias de Dourados. <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/11/25/indigenas-bloqueiam-trecho-da-ms-156-como-protesto-a-falta-de-agua-em-aldeias-de-dourados.ghtml>

Garcia, S. R. O., Czernisk, E. C. S., & Pio, C. A. (2022). ‘Novo’ Ensino Médio? Customização neoliberal da formação integral. *Revista Retratos da Escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce)*. v. 16, n. 34. Brasília: CNTE. <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>

Gb King. (2024). *Loquidoido* [música]. Gb king. Gravadora independente.

GOG, F. Brazza, & Renan Inquérito (part. Orquestra na Rua). (2019). Matemática na prática –Parte 2. [música]. Prod: LP.

Gonçalves, R. A. (2015). Rima e a estética da resistência. *Revista Matraga*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 37, p.118-132. <https://www.e->

- publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/19934
- GREG. (2017). *A rua é mais* [música]. Elefante Records.
- GREG. (2018). Hip Hop [música]. In: *Ahggreg* (faixa 2). Elefante Records.
- Gros, F. (2018). *Desobedecer*. Euvaldo, C. (trad.). Coleção Exit. São Paulo: Ubu Editora.
- Grosfoguel, R. (2016). A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado* – volume 31, número 1.
- Guimarães, N.A., Brito, M. M. A., & Comin, A. A. (2020). Trajetórias e Transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? Dossiê Juventude e Trabalho. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, Volume 39, Número 3, sep-dec 2020, p. 475-498. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030002>
- Hirano, C. Y. M. (2020, 10 de setembro). *Entenda o que foi o Movimento Caras-Pintadas*. Politize! <https://www.politize.com.br/movimento-caras-pintadas/>
- Hüning, S. M., & Gomes, C. A. R. (2019). “A pesquisa-experiência na Psicologia: Corpos, Afetos e Experiências em Territórios urbanos”. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 39 (n.spe 2.), pp. 100–111
<https://www.scielo.br/j/pcp/a/n8FP4g6gYMyqtnTmChPZvXD/?format=pdf&lang=pt>
- IBGE. (2021). Síntese de Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira 2021. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, número 44. Rio de Janeiro, RJ.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>
- IBGE. (2023). Síntese de indicadores sociais. Publicações. *Síntese de indicadores sociais*: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos & Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica.
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>

sociais.html?=t=publicacoes

IBGE. (2024a). Censo 2022. Tudo o que você precisa saber sobre o Censo 2022.

<https://censo2022.ibge.gov.br/?localidade=BR>

IBGE. (2024b). Brasil. Mato Grosso do Sul. Dourados.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>.

IBGE. (2024c). Brasil. SIDRA. Censo Demográfico. Tabela 9606 – População residente, por cor ou raça, segundo o sexo e a idade.

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9606/#resultado>

IBGE. (2024d). Brasil. Mato Grosso do Sul. Dourados. Pesquisas. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/pesquisa/40/78192?tipo=ranking>

IBGE. (2024e). Agência IBGE - Notícias (2024, 31 jan.). PNAD Contínua. Taxa de Desocupação cai a 7,8% em 2023, menor patamar desde 2014.

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39022-taxa-de-desocupacao-cai-a-7-8-em-2023-menor-patamar-desde->

2014#:~:text=A%20tend%C3%Aancia%20%C3%A9 confirmada%20quando,%2C8%25%20acima%20de%202022.

IBGE. (2024f). Brasil. Mato Grosso do Sul. Dourados. *Censo Escolar* - sinopse. Ano: 2022.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/pesquisa/13/78117?ano=2022>

IFMS. (2024). IFMS em números. <https://www.ifms.edu.br/paineis>

IPEA. (2020). *Diagnóstico da situação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização*. Governo Federal, Ministério da Economia: Brasília.

- https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdfs/relatorio_institucional/200707_ri_diagnostico_de_insercao_de_jovens.pdf
- IPEA. FBSP. (2024a). Atlas da violência. Cerqueira, D.; Bueno, S. (coord.). Brasília, 2024.<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/287/atlas-da-violencia-2024>.
- IPEA. FBSP. (2024b). Atlas da violência. Retrato dos municípios brasileiros. Cerqueira, D.; Bueno, S. (coord.). Brasília, 2024.
<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/286/atlas-2024-municipios>
- Irabi, M. M. de A. (2022). *As políticas habitacionais e a (re) produção da cidade: a área do Grande Guaicurus em Dourados-MS* [Dissertação – Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados]. Repositório UFGD
<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/5199>
- Júnior, L. R. R. (2018). Pedagogias das encruzilhadas. *Revista Periferia*, v.10, n.1, p. 71-88.
- Krenak, A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das letras.
- Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022. (2022). Diário Oficial da União de 8.7.2022 - Edição extra. Brasília, DF.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm
- Lei nº 5.234 de 20 de junho de 2024. (2024). Diário Oficial de Dourados de 27 de junho de 2024 – Edição 6.159. Dourados, MS.
<https://do.dourados.ms.gov.br/?s=LEI+N%C2%BA+5.234+DE+20+DE+JUNHO+DE+2024+hip+hop>
- Machado, A. F. (2014). Dossiê Educação e diversidade cultural: as relações de gênero e as relações étnico-raciais no ensino. Filosofia para descolonizar olhares: perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais. *Tear: Revista de Educação, Ciência e*

- Tecnologia*. Canoas, v.3, n.1.
- <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/1854/1438>
- Mano Lan MC. (2024). Intro [música]. In: *Inimigo da Própria Mente* (faixa 1). Mano Lan MC/ TMG067.
- Marcelo D2. (2023). Tambor de Aço [música]. In: *Iboru* (faixa 7). Pupila Dilatada Gravadora.
- Marin67. (2023). Índios no Topo. [música]. In: *Índios no Topo* (faixa 3). CL Vaz 79.
- Martín-Baró, I. (1996). O Papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2 (1), pp. 7-27
<https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nnKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf>
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da Razão Negra*. Antígona: Lisboa.
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Revista Arte & Ensaios*, n. 32, dezembro. Temáticas: Achille Mbembe. <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>
- Mbembe, A. (2021). *Políticas da inimizade*. N-1 edições.
- Menor DDs (part. Degê MC). (2024). *Superação* [música]. Gui\$fe/Lp067.
- Mignolo, W. (2007). Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Gragoatá: Revista dos programas de pós-graduação do Instituto de Letras da UFF*. vol. 12, n. 22.
<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33191>
- Miki, Y. (2020). Imaginando fronteiras: uma história negra e indígena do Brasil pós-colonial. In: Mattos (org.). Histórias Indígenas: Memória, Interculturalidade e Cidadania na América Latina. *História Diversa*, v. 19. Humanitas; Zamora; El Colegio de Michoacán: São Paulo.
- Moassab, A. (2011). *Brasil Periferia (s). A comunicação insurgente do hip-hop*. Educ/FAPESP: São Paulo.
- Mombaça, J. (2016). Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Concinnitas*. Ano 17,

- volume 01, p. 341-354. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/concinnitas/article/view/25925>
- Mombaça, J. (2021). *Nos matar agora*. Rio de Janeiro, Cobogó.
- Morrison, T. (2019). *A origem dos outros. Seis ensaios sobre racismo e literatura*.
- ABREU, F.(trad.). Coates, T. (prefácio). 1ed. São Paulo, Companhia das Letras.
- MV Bill. (2002). Só Deus pode me julgar [música]. In: *Declaração de Guerra* (faixa 3). Natasha Records/BMG.
- Nascimento, M. L. do & Coimbra, C. M. B. (2015). Transvalorando os conceitos de juventude e direitos humanos. In: Scisleski, A., & Guareschi, N. (org.). *Juventude, Marginalidade social e Direitos Humanos. Da psicologia às políticas públicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Nascimento, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3.ed. São Paulo: Perspectivas.
- Nicoceli, A. (2024, 9 de janeiro). Entenda quais foram os significados de “pardo” nos últimos 80 anos e como isso dificultou a identificação racial no Brasil. *G1 Economia*. <https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/01/09/entenda-quais-foram-os-significados-de-pardo-nos-ultimos-80-anos-e-como-isso-dificultou-a-identificacao-racial-do-brasil.ghtml>
- Oliveira, R. (2015). Precarização do trabalho: a funcionalidade da educação profissional. *Revista Diálogo Educ.* Curitiba, v. 15, n. 44, p. 245-256, jan./abr. <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189137759012.pdf>
- Oriente (part. Fábio Brazza, Sant, Sid, & Gog). (2018). *Brasil Colônia* [música]. Bendita gravadora.
- Passos, E., & Eirado, A. (2009). Pista 6: Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (orgs.). (2009). *Pistas*

- do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.*
- Porto Alegre: Sulina.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (orgs.). (2009). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Pitta, A. C. (2019). *O rap do fim do mundo: modernidade tardia brasileira e insurgência nas canções de Criolo e Emicida* [Tese de doutorado em Letras, Universidade Federal da Bahia]. Salvador.
- Poder 360. (2024, 19 de junho). Em vitória do Governo, Senado aprova Novo Ensino Médio. *Poder Congresso*. <https://www.poder360.com.br/poder-congresso/em-vitoria-do-governo-senado-aprova-novo-ensino-medio/>
- QEdu. Juventudes e Trabalho. (2023a). *Retratos da Juventude*.
<https://juventudesetrabalho.qedu.org.br/retrato-das-juventudes/>
- QEdu. Juventudes e Trabalho. (2023b). *Situação de estudo e trabalho*.
<https://juventudesetrabalho.qedu.org.br/situacao-do-estudo-e-trabalho/>
- QEdu. Juventudes e Trabalho. (2023c). *Mundo do trabalho e escolaridade*.
- QEdu. (2023d). Brasil. Mato Grosso do Sul. Dourados. *Taxas de rendimento*.
<https://qedu.org.br/municipio/5003702-dourados/taxas-rendimento>
- Racionais MC's. (2014). A praça [música]. In: *Cores & Valores* (faixa 1). Cosa Nostra e Boogie Naipes.
- Ramos, M. (2019). Ensino Médio no Brasil contemporâneo: coerção revestida de consenso no “Estado de Exceção”. *Revista Nova Paidéia*, Brasília, v.1 n. 1 p. 2-11. <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/11>
- Ramos, M., & Paranhos, M. (2022). Contrarreforma do ensino médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? *Revista Retratos da Escola/Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (Esforce)* – v. 16, n.

34. Brasília: CNTE. <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1488>
- Redbull, (2021, 17 de fevereiro). Música. *Como foi o movimento da cultura hip-hop no Brasil.* O rap ajudou o movimento a ganhar todo o país.
- <https://www.redbull.com/br-pt/O-surgimento-da-cultura-hip-hop-no-Brasil#:~:text=Os%20primeiros%20rappers%20brasileiros,se%20tornaram%20legendas%20na%20cena.>
- Relatos da Periferia. (2010, 5 de novembro). *Face da periferia* [vídeo]. Youtube.
- <https://www.youtube.com/watch?v=N3ZwCEUBx1A>
- Resolução CNAS N° 13, de 13 de maio de 2014. (2014). Inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada por meio da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, a faixa de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Diário Oficial da União - seção 1 - nº 90. Brasília, DF.
- https://www.blogcnas.com/_files/ugd/7f9ee6_0762d454da754047b9cdeeaabdec3ecd.pdf
- Ret, F., & Mäolee. (2012). Devaneios Retianos [música]. In: *Vivaz* (faixa 10). Tudubom Records.
- Ribeiro, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento.
- Rizzini, I. (2008). *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.* 2.ed. rev. São Paulo: Cortez.
- Rufino, L. (2019). Pósfácio. Lajeiro tão grande. In: Simas, L. A. (2019). *Pedrinha miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros.* 2.ed. Rio de Janeiro: Mórula.
- Sabotage (part. Black Alien). (2000). Um bom lugar [música]. In: *Rap é compromisso* (faixa 3). Cosa Nostra.
- Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude

- paulistana. *Psicologia & Sociedade*, 26 (1), 83-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>
- Scisleski, A., & Hüning, S. (2016). Imagens do escuro: reflexões sobre subjetividades invisíveis. *Revista Polis e Psique*, 6(1), 8-27.
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2016000100002&lng=pt&tlang=pt
- Scisleski, A., Reis, C. dos, Hadler, O., Weigert, M., & Guareschi, N. (2012). Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Rio de Janeiro, 64 (3): 19-34.
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v64n3/v64n3a03.pdf>
- Silva, C. A. F., & Bicalho, P. P. G. (2022). Psicologia e Direitos Humanos: por que discutir necroliberalismo nas políticas de segurança. *Rev. Direito e Práx.* Rio de Janeiro, Vol.13, n. 13, p. 2009-2023.
- Silva, R. (2017, 6 de junho). 5 vezes em que a juventude brasileira marcou a história do país. *Politize!* <https://www.politize.com.br/juventude-Brasileira-marcas-na-historia/>
- Silva, R. N. da, Hartmann, S., Scisleski, A.C., & Pires, M. L. (2008). As patologias nos modos de ser criança e adolescente: análise das internações no Hospital Psiquiátrico São Pedro entre 1884 e 1937. *PSICO*, v. 39, n.4, pp. 448-455, out./dez. Porto Alegre, PUCRS.
- Silva, V. de O. (2022). *Dispositivo de fronteirização de Mato Grosso do Sul e o uso que se faz da droga: a montagem de um estado que confina e encarcerá*. [Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco]. Campo Grande.
- Simas, L. A. (2019). *Pedrinha miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros*. 2.ed. Rio de Janeiro: Mórula.

Simas, L. A. (2020, 27 de janeiro). Drible e flecha de fulni-ô. *Revista CULT*, edição 254.

[https://revistacult.uol.com.br/home/drible-e-flecha- de-fulni-o/](https://revistacult.uol.com.br/home/drible-e-flecha-de-fulni-o/)

Simas, L. A. (2022). *O Corpo Encantado das ruas*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Simas, L. A., & Rufino, L. (2018). *Fogo no Mato: A ciência encantada das macumbas*. Mórula: Rio de Janeiro.

Simas, L.A., & Rufino, L. (2020). *Encantamento: sobre política de vida*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.

Soares, J. de S. (2017). *A proteção social e jurídica dos direitos fundamentais da criança e do adolescente no Brasil*. Jus.com.br. <https://jus.com.br/artigos/55419/a-protecao-social-e-juridica-dos-direitos-fundamentais-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil>

Sordi, A. R. (2018). *A constituição do sujeito indígena jovem Kaiowá e Terena: um estudo a partir da teoria da subjetividade* [Tese de Doutorado em Psicologia da Saúde, Universidade Católica Dom Bosco]. Campo Grande.

SoulRa. (2020). *SoulRa* [vídeo]. <https://www.youtube.com/watch?v=MoNUp0DN9EI>

Taborda, J. C. (2017). *Uso dos espaços e uso dos afetos: cartografias da prática da pichação para pensar as relações entre a cidade e a governamentalidade* [Tese de doutorado em Psicologia, Universidade Católica Dom Bosco].

<https://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/1023422-1.pdfTV>

TV Câmara Dourados. (2023, 20 de setembro). *Ao Vivo - Sessão Solene - Homenagem a cena douradense nos 50 anos do Hip Hop*.

<https://www.youtube.com/live/SAMHazunIvU?feature=shared>

TV Senado. (2022, 26 de setembro). *Que Brasil é este?* Sueli Carneiro: de que barro somos feitos para permitir a situação dos negros deste país?

<https://www12.senado.leg.br/tv/programas/que-Brasil-e-este/2022/09/sueli-carneiro->

- de-que-barro-somos-feitos-para-permitir-a-situacao-dos-negros-deste-pais.
- Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia (FACE); Ciências Econômicas UFGD. (2018). *Perfil Socioeconômico de Dourados*. <https://www.dourados.ms.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/Perfil-Socioecon%C3%B4mico-de-Dourados-1.pdf>
- Vasconcelos, C. A. de. (2005). *A colonização contemporânea de Mato Grosso do Sul*. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina.
- Vergès. F. (2021). *Uma teoria feminista da violência: Por uma política antirracista da proteção*. Ubu Editora.
- Viação Dourados. (2024). Horários e Linhas. *Confira os horários e linhas do seu bairro*. <https://www.viacaudourados.com.br/horarios-linhas-viacao-dourados>